

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Luiz Henrique Roberti

**JUVENTUDE E SENTIDOS DO TRABALHO:
estudos sobre ex-participantes do Projovem**

Belo Horizonte
2010

Luiz Henrique Roberti

**JUVENTUDE E SENTIDOS DO TRABALHO:
estudos sobre ex-participantes do Projovem**

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação
Linha de pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana

Orientadora: Prof^ª Dra. Antônia Vitória Soares Aranha - Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG

Co-orientadora: Prof^ª Dra. Rosilene Horta Tavares Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG

Belo Horizonte
2010

R639j

Roberti, Luiz Henrique, 1963-

Juventude e sentidos do trabalho [manuscrito] : estudos sobre ex-participantes do ProJovem / Luiz Henrique Roberti. - Belo Horizonte, 2010.
174 f.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Antônia Vitória Soares Aranha

Coorientadora: Rosilene Horta Tavares

Inclui bibliografia

I. Educação -- Teses. II. Educação de adultos e Estado - Brasil -- Teses. III. Educação de jovens e adultos -- Teses. IV. Trabalho - Educação -- Teses. V. Trabalho - Aspectos sociais -- Teses. VI. Capitalismo -- Teses..

I. Aranha, Antônia Vitória Soares. II. Tavares, Rosilene Horta. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD- 374

Catálogo da Fonte^o: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivaney Duarte. CRB6 2409

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

ATA DA 871ª (OCTINGENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) DEFESA DE DISSERTAÇÃO NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez realizou-se, na Faculdade de Educação da UFMG, uma reunião para apresentação e defesa da dissertação: "**Juventude e sentidos do trabalho. Estudos sobre ex-participantes do Projovem**" do aluno **Luiz Henrique Robertti**, requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Educação. A banca examinadora foi composta pelos seguintes membros: Rosilene Horta Tavares - Co-orientadora (presidente da banca em substituição à Profa. Dra. Antônia Soares Vitória Aranha), José Eustaquio de Brito e Geraldo Magela Pereira Leão. Os trabalhos iniciaram-se às 14:00h com a síntese da dissertação feita pelo mestrando. Em seguida, os membros da banca fizeram uma arguição pública. Terminadas as arguições, a banca examinadora reuniu-se, sem a presença do aluno e do público, para fazer a avaliação final da defesa da dissertação apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a dissertação: APROVADA, destacando a importância da pesquisa realizada para o campo de estudos sobre juventude, trabalho e políticas públicas.

O resultado final foi comunicado ao aluno **Luiz Henrique Robertti** e ao público, concedendo ao aluno o título de Mestre em Educação. O aluno deverá encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 05 (cinco) exemplares. Nada mais havendo a tratar eu, Rosemary da Silva Madeira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e por seus membros. Belo Horizonte, 27 de agosto de 2010.

Rosilene Horta Tavares
Profa. Dra. Rosilene Horta Tavares - Co-orientadora (presidente da banca em substituição à Profa. Dra. Antônia Soares Vitória Aranha - orientadora)

José Eustaquio de Brito
Prof. Dr. José Eustaquio de Brito - UEMG

Geraldo Magela Pereira Leão
Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão - UFMG

Rosemary da Silva Madeira
Secretária do Programa de Pós-graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social – FaE/UFMG

Aos meus pais,
À minha companheira Ivone,
Às minhas filhas Marina e Mariana, Aos meus
colegas de trabalho,
Às professoras Antônia e Rosilene, Aos jovens
entrevistados,
Ao povo brasileiro que vem sustentando minha
formação na escola pública.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar que *sentidos* os jovens envolvidos na participação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem), em Belo Horizonte, atribuem ao Trabalho, a partir de suas experiências e condições de trabalho e de formação. Este estudo se insere como interface do campo dos estudos do trabalho e educação com o campo dos estudos da juventude, considerando as mudanças no mundo do trabalho e seus reflexos na complexidade social, onde se constituem os sujeitos jovens em processo de transição para a vida adulta e de inserção no mundo do trabalho. O referencial epistemológico é o materialismo histórico e a concepção dialética de interpretação da realidade, bases de análise da Teoria Crítica. A partir dessa teoria, o objeto de estudo - *os sentidos do trabalho para jovens* - se insere no contexto das transformações do mundo do trabalho, derivadas dos processos de reestruturação produtiva e de acumulação do capital, com reflexos em outras esferas sociais. Partiu-se da posição da centralidade do trabalho na vida humana como ser social, bem como da centralidade deste nas relações sociais de trabalho, com base na constituição complexa da sociedade humana contemporânea. Sociedade essa estruturada sob as relações capitalistas de produção, na atual fase de sua organização e desenvolvimento transnacional e da tecnologia informacional. Em segundo plano desenvolveram-se análises acerca da relevância do referido ProJovem na formação e nos *sentidos* que os jovens constituíram em experiências de trabalho, localizando o programa no contexto das políticas públicas do Estado, direcionadas à juventude brasileira. Para isto, empreendeu-se uma investigação acerca da implantação do Programa na cidade de Belo Horizonte, em sua primeira fase, correspondendo ao período de 2005 a 2007. Em relação ao suporte teórico, o estudo parte do conceito sociológico da juventude, tendo como referências centrais as concepções sociológicas de José Machado Pais (2003), e para as análises da categoria do trabalho, as empreendidas por Ricardo Antunes (2007). Foi utilizada, além dos demais autores de referência inscritos nos debates dos dois campos de investigação, uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas com roteiro semi-estruturado. As entrevistas foram desenvolvidas com seis jovens, homens e mulheres com idades variadas entre vinte e vinte e oito anos, no momento das entrevistas, e ex-participantes do ProJovem. Foram também da mesma forma entrevistados cinco gestores e coordenadores do referido programa em Belo Horizonte. O conjunto dessas entrevistas ocorreu no período de outubro de 2009 à outubro de 2010. Com base nas análises das entrevistas e na bibliografia pertinente concluiu-se pela identificação da importância e centralidade do trabalho na vida dos jovens das classes trabalhadores, bem como da precariedade de suas condições de inserção e sobrevivência no trabalho, o que se reflete nas dificuldades gerais de suas vidas, como jovens em transição para um mundo adulto. E ainda, que há sérias limitações em programas sociais para a juventude (e para as camadas populares), como o ProJovem, especialmente devido ao pouco alcance ou resultados sociais de tais programas, uma vez que, essencialmente, se constituem enquanto políticas de controle social. Entretanto, implementadas pelo Estado cada vez mais restrito em termos de soberania, ao passo que auxilia na franca instrumentalização de um poder cada vez maior da própria dinâmica de transnacionalização do capital.

Palavras-chave: Trabalho. Juventude. Sentidos do Trabalho. Reestruturação produtiva.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze which *senses* the young people involved in the participation of the Youth Inclusion National Program: Education, Qualification and Community Action (ProJovem) attach to Work, from their experiences and working and formation conditions. This study is inserted as an interface of the field of labor and education studies in the field of youth studies, considering changes in the workplace and its effects on social complexity, where constitutes the young people in process of transition to adulthood and insertion into the world of work. Our epistemological reference is historical materialism and dialectical conception of interpretation of reality, bases of analysis of Critical Theory. From which we introduce our object of study, *the meanings of work for young*, in the context of the changes of world of work derived from the processes of productive restructuring and capital accumulation, with consequences to other social spheres. We start from the position of centrality of work in human life as social weight, as well as its centrality in social relations of work and like basis of constitution of complexity of contemporary human society. This one, structured under capitalist relations of production at the stage of its organization and transnational development and informational technology. In the background, were developed analysis about the relevance of ProJovem in formation and *senses* that these young people have provided in work experience, locating the program in the context of public policy of the State, directed to the Brazilian youth. For this, we undertook an investigation about the implementation of the Program in Belo Horizonte, in its first phase, corresponding to the period from 2005 to 2007. Regarding the theoretical support, the study starts of sociological concept of youth, taking as central reference the sociological conceptions of José Machado Pais and, for analysis of the work category, those undertaken by Ricardo Antunes. Were used, in addition to other authors of reference included in the debates of the two fields of research, a qualitative methodology based on interviews with semi-structured screenplay. The interviews were developed with six young, men and women aged between twenty and twenty-eight years, at the time of the interviews, and ex-participants of ProJovem. Were also similarly interviewed five managers and coordinators of the program in Belo Horizonte. These interviews occurred from October 2009 to October 2010. Based on interviews and analysis of relevant literature, we concluded by identifying the importance and centrality of work in the lives of young people from the working classes, as well as the precariousness of their conditions of insertion and survival at work; which reflects the general difficulties in their lives, as youth in transition to an adult world. We also concluded that there are serious limitations in social programs for youth (and for the lower classes), like ProJovem, especially due the short range or social results of such programs, as well as because, essentially, constitute themselves as social control policies. However implemented by the state, increasingly restricted in terms of sovereignty, while assists in a frank instrumentation of an increasing power of the very dynamics of transnationalization of capital.

Keywords: Labor. Youth. Meanings of Work. Productive reestruturation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificações de Competências de Jovens e Adultos
FAE	Faculdade de Educação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNDAR	Fundação Darci Ribeiro
Fundep	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OIJ	Organização Íbero-americana
ONG	Organização não governamental
PANFLOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNJ	Plano Nacional da Juventude
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem Social do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
ONESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Percursos metodológicos	12
1.2 A caracterização dos principais sujeitos da pesquisa	13
2 A QUESTÃO DA JUVENTUDE	18
2.1 A construção sócio-histórica da juventude	18
2.2 A juventude como questão sociológica	35
2.3 Políticas públicas e juventude	50
2.3.1 Política pública e Estado	50
2.3.2 Políticas de juventude no cenário latino-americano	53
2.3.3 As políticas de juventude no Brasil	58
2.3.4 As políticas de juventude e seu contexto na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)	64
3 TIPO DE INCLUSÃO DO PROJovem	71
3.1 A proposta nacional do programa	72
3.2 O ProJovem em Belo Horizonte	75
3.3 Análise do ProJovem no campo da Educação Profissional e da Educação para Jovens e Adultos (EJA)	88
3.3.1 O ProJovem como ação pública no campo da Educação Profissional	88
3.3.2 O ProJovem como ação pública no campo da EJA	93
3.4 Afinal, de que inclusão se trata no ProJovem?	99
4 O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO ATUAL	105
4.1 Em que sentido do trabalho?	105
4.2 Crise do capitalismo e centralidade do trabalho	110
4.3 Mudanças no mundo do trabalho	115
4.4 A classe trabalhadora num fazer-se na história	118
4.5 Brasil, capitalismo periférico e mudanças no trabalho	124
5 OS JOVENS E OS SENTIDOS DO TRABALHO	138
6 CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS	169

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se pautou em apreender, como problema de investigação, na temática geral das juventudes das classes trabalhadoras brasileiras, quais os sentidos que estas vêm dando à esfera do trabalho como prática social, ou seja, como atividade prática de trabalho e como relações sociais.

A investigação parte da constatação acerca das profundas mudanças sociais, políticas e culturais sofridas a partir das transformações tecnológicas e científicas das últimas três décadas.

Entretanto, entende-se que a plêiade de transformações no âmbito das diversas esferas sociais que possui interações entre si, e tem em seu cerne determinações provenientes das atuais condições das relações de classe, nas condições do capital transnacional. Tais condições moldam a forma de exploração e alienação do trabalho, porém, mantêm a essencial contradição social e produtiva entre o capital e trabalho nos moldes do entendimento de Marx (1970).

Para buscar compreender possíveis novas manifestações, posturas e expressões da juventude acerca do trabalho diante das transformações tão rápidas e estruturais, empreendeu-se um esforço no campo dos estudos da juventude, bem como no campo do trabalho.

O risco de uma investigação na fronteira de dois campos distintos da pesquisa acadêmica seria, não só a tarefa de abranger as duas áreas com tradições e histórias diferenciadas, mas, sobretudo, tecer alinhavos coerentes e profícuos entre ambas.

Entretanto, a opção por desenvolver os estudos a partir da Linha de Pesquisa Política Trabalho e Educação, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFMG, se justifica devido ao objeto central deste estudo, que é o de buscar a centralidade mesmo do trabalho como base do ser social juventude.

Evidentemente, buscar a compreensão dessas relações de sentidos de uma juventude inserida como nova geração de trabalhadores, tem implicações para o aprofundamento tanto no campo da investigação do trabalho humano, quanto para a sociologia e os demais estudos da juventude.

A questão e objeto de investigação, a relação entre juventude e trabalho, se desdobram então tanto na dimensão de se perceber a centralidade e a forma da manifestação do trabalho dentre a juventude, quanto a dimensão de se perceber em que medida a juventude faz permanecer e ou modificar a classe trabalhadora.

Para tanto, tomou-se como ponto de partida, certos jovens, como sujeitos desta pesquisa. São eles os ex-estudantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem: Educação,

Qualificação e Ação Comunitária (doravante ProJovem). A preocupação inicial da pesquisa constituía-se em desvendar o que é ser jovem no contexto histórico e social em que vivemos. Para o aprofundamento acerca da noção de juventude tanto na dimensão histórica quanto em sua dimensão científica foram consideradas as contribuições de autores referenciais como Abramo (1994), Dayrell (2005, 2006), Pais (2003) e Spósito (1999, 2003a, 2003b, 2005).

Nessa perspectiva, um dos meios sociais mais importantes é a escola, ou melhor, as relações travadas e protagonizadas por jovens, entre eles mesmos e com os adultos, no contexto específico escolar. Isto, porque a escola se configura hoje como um dos centros de conflitos, na qual os jovens são por vezes tratados como ‘problema’ na sociedade atual.

No que tange ao lugar da escola nesta questão, a pesquisa pressupõe que os públicos conflitos entre professores e estudantes, e entre os próprios jovens, por exemplo, não se originam fundamentalmente das relações escolares, mas de conflitos da própria sociedade.

Ainda que haja estudos que apontem para certa natureza específica das fases da vida, e mesmo que se possam identificar componentes de uma inserção ou constituição cultural distinta entre as gerações, é preciso fundamentar com mais profundidade como se constitui ou se processa o ‘ser jovem’; inserido que está nos processos de constituição e dinâmica da própria sociedade da qual os jovens são sujeitos, no sentido de que são dialeticamente constituídos e constituintes dessa realidade social em processo.

Assim, se o olhar sobre os jovens não pode ser estreitamente enquadrado pelo olhar de professor e adulto, também não se pode encarar o sujeito fora de seu contexto. Não há dúvida, de que o contexto econômico, social, cultural, tecnológico, comunicacional, científico, político e ambiental da contemporaneidade não é simples de ser analisado. Todo esforço de se tentar compreender aspectos específicos da realidade deve então ser empreendido em suas relações com a totalidade, de pensar o fenômeno na sua relação dialética com a sua essência (MARX, 1970). Esta dissertação parte de tal premissa teórica e filosófica.

Este estudo procura reafirmar, tanto nas análises teóricas quanto nas apreensões empíricas, a centralidade do trabalho nas relações do mundo contemporâneo, por ter este, em essência, os mesmos mecanismos – em especial no que tange às relações sociais de produção pautadas pela mais-valia – analisados por Marx e Engels (1970).

A partir do que serão feitos aprofundamentos com a contribuição de autores que vêm realizando investigações e análises acerca do atual patamar de desenvolvimento capitalista mundial. Pretende-se com isto evidenciar que, a lógica da desigualdade social e humana não está numa ordem quantitativa de desenvolvimento econômico, científico ou tecnológico, mas na forma central da extração da mais valia no processo mesmo do trabalho, na extração e

acumulação da diferença do valor produzido pelo trabalho em relação ao valor, que este consome para ser repostado nas mesmas condições sociais vigentes.

Portanto, se as bases da produção da desigualdade continuam em sua essência no processo produtivo, configura-se que quanto mais desenvolvido, mais explorador e mais concentrador de capital se tornou o sistema. Esse raciocínio apreende-se de autores como Antunes (2007), Aranha (2006), Frigotto (1999), Mézáros (2006), Santos A. (2004), Souza Júnior (2008), Tavares (2010), entre outros, que contrapõem-se em relação às afirmações teóricas e ideológicas de que, com os processos tecnológicos científicos e comunicacionais, chega-se ao fim da sociedade do trabalho e do conflito das classes sociais. Portanto, que não haveria mais o que se fazer, senão buscar formas melhores de inserção na nova ordem social, a sociedade do conhecimento, da tecnologia e da informação.

Para proceder a uma conexão entre trabalho e juventude foram importantes as contribuições de Bajoi e Frassen (1997), Corrochano (2008), Martins (2008), Sanchis (1997), entre outros.

1.1 Percursos metodológicos

O referencial epistemológico desse estudo é o materialismo histórico e a concepção dialética de interpretação da realidade, bases de análise da Teoria Crítica. Para tanto, subjacente às análises desta dissertação foi trabalhada complementarmente na perspectiva apontada por Gadotti (1986), com base em Henri Lefebvre (1974), uma “filosofia da pesquisa” (Gadotti, 1986, p. 33), cujos pontos basilares são: 1. dirigir-se ao objeto: os jovens e suas experiências e relações e sentidos com o trabalho; 2. apreender os aspectos e suas conexões internas: as relações e as condições de suas vivências com o trabalho, aspectos subjetivos e culturais: ideologias e valores constantes na família, escola, no próprio trabalho; 3. as contradições internas do objeto/sujeitos: valores contraditórios em relação ao trabalho (positividade/negatividade, alienação / humanização, instrumental / expressivo), práticas versus idealizações, outras vivências da juventude versus mundo do trabalho, valores referentes ao trabalho das gerações mais velhas e das gerações jovens, antigas/atuais condições de trabalho. No caso do ProJovem, as contradições se situam entre a proposição e as condições da efetivação prática; 4. perceber qual a tendência diante das contradições: foi o que se buscou, ao analisar as entrevistas; 5. Interações essenciais: procurou-se perceber nas entrevistas os aspectos que interagem dentro do universo juvenil em questão; consumo, cultura, educação, trabalho, tempo livre, família, relações afetivas, familiares.

No texto de Gadotti (1986), o método dialético da pesquisa busca apoderar-se do objeto em seus pormenores, das formas de seu desenvolvimento e das suas conexões. Para isto (como no texto de Marx), não há como debruçar-se sobre esse real sem as lentes, os instrumentos intelectuais, a mediação das categorias abstratas. Nessa pesquisa tais categorias foram: trabalho, relações de trabalho, condições de trabalho, reestruturação produtiva, acumulação flexível, globalização do capital, juventude e classe trabalhadora.

1.2 A caracterização dos principais sujeitos da pesquisa

Os jovens sujeitos serão tomados nessa dissertação em seu conjunto, e não particularmente. Essa opção se baseia na constatação de que o grupo (alguns dos ex-alunos do ProJovem entrevistados) como um todo, tem relativa homogeneidade etária e social. E em se tratando de um grupo numericamente pequeno, as classificações e estabelecimento de uma tipologia poderiam ser forçados, artificiais e, portanto, pouco proveitosos para as análises. Além disso, são jovens com características socioeconômicas, etárias e escolares próprias, o que conferiram nivelamento entre os jovens.

Entretanto, a opção por não tentar classificá-los em subgrupos ou categorias quaisquer, não significa que não haja diferenças pessoais e socioculturais entre eles. Também, não significa que serão explicitadas no texto as diferenças mais marcantes e importantes entre eles, para os objetivos deste estudo; tanto em relação às suas condições concretas de vida, quanto aos aspectos de suas subjetividades e de seus valores. Sobretudo, acerca das suas experiências de formação e de trabalho.

A primeira referência em comum: são jovens que participaram e concluíram a formação no ProJovem entre 2005 e 2007¹. Tinham no período das entrevistas idades entre 20 e 28 anos². Foram entrevistados duas jovens mulheres e quatro rapazes. A quantidade de jovens entrevistados e sua composição de diversidade de gênero e raça, não foram preestabelecidas. A intenção inicial era contatar e entrevistar um número maior, cerca de vinte ex-participantes do programa e que representassem as proporções quantitativas do perfil de participação dos jovens do programa.

Entretanto, apresentaram-se as dificuldades concretas em se conseguir contatos, via telefone, a partir de dados já defasados pelo tempo, nos arquivos do programa, e a partir de um convencimento pessoal, conseguir, efetivamente, os encontros com os jovens.

¹ O ProJovem teve início nacional em 2005. Em Belo Horizonte o curso teve início no 2º semestre deste ano.

² Lembramos que nesse primeiro período do ProJovem a faixa etária do público destinado era de 18 a 24 anos

A seguir, serão apresentados alguns dados sumários acerca de cada um dos jovens, para que se possa ter uma percepção da totalidade, conforme limites já explicitados. Serão utilizados no decorrer da dissertação falas reais desses jovens, porém, com nomes fictícios para preservar suas identidades, como já justificado.

A mais jovem, Lilian, se define como negra. Tinha 22 anos, era solteira e morava com os pais e os irmãos solteiros no bairro Salgado Filho, numa moradia própria. Tinha irmãos casados que não moravam com a família. Estava trabalhando numa lavanderia como dobradeira de roupas. Antes disso, havia começado a trabalhar como babá e depois como doméstica em casa de família. Depois do ProJovem tentou trabalhar como cabeleireira, mas “não deu certo”. Segundo ela, “não foi uma boa experiência, a clientela era muito exigente”. Após o curso do ProJovem, iniciou, mas não concluiu, o primeiro ano do Ensino Médio.

Gilda tinha 25 anos, não definiu sua cor ou raça. Era solteira, natural de Guanhães. Morava com a mãe, um irmão mais velho e sua filha de 3 anos, no bairro Milionários, numa moradia alugada. A mãe exercia trabalho informal e o irmão estava desempregado.

Durante o curso do ProJovem, ficou grávida e teve problemas para frequentá-lo, interrompendo-o e retornando a ele, posteriormente. Depois da conclusão do ProJovem, Gilda não voltou a estudar devido aos seus horários de trabalho como frentista em um posto de gasolina. Começou a trabalhar muito cedo, em casa de família como doméstica e também como ajudante de limpeza em empresas.

Carlos tinha 26 anos. Definiu-se como preto. Era solteiro, morava com a mãe, o padrasto e com as irmãs solteiras no bairro São José, numa casa própria. A mãe trabalhava em casa, fazendo salgados. O padrasto era padeiro. As irmãs solteiras não trabalhavam.

Tinha uma irmã casada que trabalhava, mas que não morava na casa. Depois do ProJovem, Carlos não continuou a estudar. Estava desempregado há poucos dias (quando da entrevista), mas já havia conseguido um novo trabalho através da irmã casada. Começou a trabalhar com 17 anos. Durante 8 meses trabalhou em uma fábrica de peças para bijuterias.

Nessa época, estava sem estudar e decidiu se dedicar ao trabalho para ajudar em casa e pagar suas despesas.

Conseguiu seu primeiro emprego através de amigos do bairro, que também trabalhavam na fábrica. Não foi um emprego registrado em carteira de trabalho, mas tinha o regime normal de tempo e de funções. Depois fez ‘bicos’ de servente de pedreiro, serviço que dizia gostar, apesar de ser ‘pesado’. Seu último emprego foi de ajudante de mecânico em uma oficina de consertos de radiadores automotivos, onde aprendeu o serviço no próprio trabalho.

Fábio tinha 22 anos, se identificou como negro. “Ajuntou” (segundo ele) aos 15

anos com sua namorada, com quem depois se casou oficialmente aos 18 anos. Morava com a esposa e dois filhos pequenos em um barracão alugado no terreno de uma irmã, no bairro Bonsucesso. Posteriormente, comprou um lote e construiu sua moradia.

Depois de concluir o ProJovem não continuou os estudos, pois, segundo ele, a esposa além de trabalhar, cursava o Ensino Médio e não havia com quem deixar as crianças à noite. Fábio trabalhava desde os 9 anos, ajudando o tio, que também era seu padrinho, em sua marcenaria. Aprendeu com ele a profissão. Mais tarde saiu da marcenaria e trabalhou informalmente em construções fazendo outros ‘bicos’. Empregou-se em várias oficinas de marcenaria, onde aprofundou na prática, seu conhecimento na área. Atualmente, trabalha em uma fábrica de móveis planejados como marceneiro e montador.

Walter tinha 26 anos. Não declarou sua cor ou raça. Era solteiro, morava ‘de aluguel’ com a mãe e uma irmã mais velha, no bairro Milionários. Morou na cidade do Rio de Janeiro, durante um ano, dos três aos 14 anos. Parou de estudar na 6ª série porque “não aguentava mais a escola”.

Em Belo Horizonte tentara o supletivo e depois fora para o ProJovem. Não voltou a estudar depois disso. Disse que sua documentação estava com problema. Walter começou a trabalhar ajudando o pai marceneiro, quando tinha doze anos. Estudava e trabalhava para conseguir dinheiro para suas despesas pessoais. Depois, trabalhou no comércio de móveis, automóveis, sorveteria, por pouco tempo e sem registro em carteira. “Nunca tive carteira assinada. A minha carteira, até hoje, não é assinada”, dizia Walter.

Trabalhou de ajudante em obras de construção civil com um primo. Atualmente, trabalha em um depósito de coleta de materiais recicláveis, mas não possui registro em carteira. Faz alguns bicos em manutenção de equipamentos de informática, profissão que aprendeu por sua conta em contato com os amigos do bairro.

Com 28 anos, Jonas era o mais velho do grupo. Definiu-se como preto/moreno. Era solteiro. Morava na casa do pai e com dois irmãos mais novos, no bairro Alípio de Melo.

A mãe era falecida. Trabalhava desde menino nas firmas do bairro, em fábricas de biscoitos e distribuidora de produtos para bazares.

Trabalhou na construção civil, serralheria, no transporte de mercadorias como ajudante. Quando criança, aprendeu a profissão de ourives e joalheiro com o pai. Só quando mais velho, depois de outras experiências, resolveu seguir a profissão do pai. Trabalhava como autônomo em sua casa, onde havia pequena oficina. Fabricava jóias e peças em ouro e prata. Usava um *site* na internet para divulgar seu trabalho. Usava também para isso, fotografias digitais em seu celular.

Não tinha certeza se havia concluído o ProJovem pois, segundo ele, a administração do programa não emitira o seu certificado. Alegando problemas com a documentação, não havia continuado sua formação no Ensino Médio. Seu projeto de vida era se aprimorar profissionalmente na área de joalheria e montar um negócio mais formal e construir no terreno da família um espaço mais independente.

Todos os jovens entrevistados eram moradores de bairros populares em diversas áreas da cidade de Belo Horizonte. Três eram da região do Barreiro, dois da região noroeste e uma da região oeste da capital. A maioria do grupo, quatro deles, se definiu entre negro e preto. Outros dois não se definiram por cor ou raça. Dos seis jovens, três habitavam em moradias alugadas. Um dos rapazes estava construindo sua moradia e três moravam em casas próprias. Todas as moradias, alugadas ou não, eram bem simples.

Observou-se que o nível socioeconômico das famílias dos jovens entrevistados era basicamente condizente com os das camadas populares da cidade, apesar de não ter sido objeto da entrevista uma averiguação mais rigorosa em termos de renda familiar. Apenas um jovem estava na condição de casado e dois tinham filhos.

A estrutura familiar nuclear, com algumas ausências parentais de mãe e pai, é o eixo estruturador das famílias dos jovens. Os laços familiares parecem bem fortes e importantes na estrutura afetiva e de sobrevivência nessas famílias, inclusive para além da parte estritamente nuclear da família, ou seja, incluindo, além de pais e irmãos, os tios os avós e primos.

Os dois jovens com filhos, mesmo a jovem Gilda, solteira, eram o suporte financeiro familiar. Os demais tinham suas rendas vinculadas às suas despesas e complementares na família. Mas apenas um, Jonas, tinha renda suficiente para obter uma vida independente dos recursos familiares. Ainda assim, preferia morar na casa do pai.

Nenhuma das entrevistas apresentou jovens como protagonistas de expressões culturais especificamente juvenis, tampouco grupos ou movimentos de atuação política ou social. Sua participação social, fora a vida familiar e o trabalho, era composta por frequência a igrejas, como a Lilian, que participava no coral da sua congregação.

Os solteiros freqüentavam nos fins de semana, os bailes *Funk*, como Carlos o fazia; além de barzinhos, como Gilda, quando tinha folga; e pagode e barzinho, como fazia Jonas. A exceção era Walter, que preferia a interação com os amigos da rua e “ficar na internet”. Fábio e sua esposa ficavam em casa, cuidando das duas crianças, construindo sua moradia ou, às vezes, visitavam os parentes.

Um dado importante é que, apesar de reiteradamente falarem da importância de estudar e de seus projetos de retornar aos estudos, nenhum dos jovens estava frequentando escola ou

estudando de outra forma qualquer. Com algumas poucas exceções, as experiências de trabalho dos jovens pareciam dar continuidade ao patamar social de trabalho dos pais. Um trabalho mais simples com pouca qualificação.

Quanto à escolaridade, os jovens apresentavam em geral um nível pouco acima dos pais, visto que pelas narrativas, a maioria de seus pais não concluiu o Ensino Fundamental. Todos os jovens apontavam que a principal razão de terem participado do ProJovem era a certificação que teriam em pouco tempo para cursarem o Ensino Fundamental.

A formação profissional não se constituiu em motivo para investimento pessoal em escolarização, que também não foi encarada como parte de uma formação efetivamente profissional por nenhum deles. Apesar disso, todos os jovens consideraram interessante, e às vezes divertida, a parte de formação profissional do ProJovem.

Mas, como se pôde observar, suas trajetórias profissionais, de fato, não foram alteradas por essa formação profissional. A bolsa de R\$100,00, custeada aos alunos que cumpriam o mínimo da frequência no Programa, foi encarada como insignificante para a maioria dos jovens entrevistados, mas para alguns foi um complemento importante.

Intencionou-se com essa breve caracterização dos jovens entrevistados, auxiliar a um melhor entendimento das análises que serão desenvolvidas nos capítulos apresentados neste estudo.

O primeiro capítulo abordará as principais questões sociais e sociológicas no campo dos estudos sobre a juventude na sociedade contemporânea.

O segundo capítulo tratará especificamente sobre o ProJovem, no contexto das políticas públicas para a juventude, na região da América Latina e no Brasil.

O terceiro capítulo tem a intenção de se aprofundar no pólo Trabalho, devida à sua centralidade na constituição humana, bem como na dinâmica e no desenvolvimento da sociedade atual.

O quarto capítulo abordará o propósito de teoricamente entrelaçar Juventude e Trabalho, buscando apreender os sentidos do trabalho para os jovens brasileiros que nele se inserem, ou não.

Por fim, as considerações finais.

2 A QUESTÃO DA JUVENTUDE

Neste capítulo inicial a intenção é, primeiramente, buscar uma breve recuperação de como se constituiu a condição juvenil como uma realidade social, manifestada e destacada como categoria social com suas determinações complexas no processo histórico do desenvolvimento das sociedades modernas. Em segundo lugar, constitui componente acerca dessa recuperação uma apreensão de como as Ciências Sociais tem se posicionado diante do ‘problema’ (real-social) da juventude, e transformado esses em ‘problemas sociológicos’ (PAIS, 2003).

Como respostas às implicações sociais e sociológicas da problemática da juventude, serão apresentadas como terceiro ponto, as chamadas políticas públicas relacionadas às parcelas juvenis da sociedade contemporânea, sobretudo daquelas que efetivamente se transformam em alvo de controles sociais e pretensos processos de erradicação das desigualdades sociais e juvenis.

Nesse ponto, será primeiramente abordada uma questão mais conceitual: as políticas públicas e sua relação com o Estado, tratando de suas possibilidades limitadas de ação e, posteriormente, uma breve contextualização das manifestações concretas de tais políticas e ações no campo da juventude na região da América Latina, no Brasil e na região metropolitana de Belo Horizonte.

Dentro do problema geral deste estudo, que é a relação da juventude com o trabalho, a idéia específica desse capítulo será identificar os sujeitos para os quais se dirige o olhar desta investigação: os jovens das camadas populares. Estes, emergem dos processos de construção de uma condição específica geracional e de classe, frutos de processos históricos complexos e em torno dos quais se constituíram categorias científicas de diversas áreas, noções e representações sociais das mais diversas acerca dos jovens e das juventudes.

Serão apresentadas no percurso desta análise algumas ponderações dos jovens entrevistados que participam do ProJovem, sujeitos desta pesquisa, como parte destes estudos. E ainda, serão citadas algumas referências às entrevistas que dialoguem com as análises expostas neste capítulo.

2.1 A construção sócio-histórica da juventude

A juventude tornou-se tema e conjunto de questões desafiantes inseridos na cena das sociedades ocidentais contemporâneas. A visibilidade e tratamento das questões relacionadas

à juventude são abordados pelas mídias, pelos discursos políticos do setor público, pela instituição escolar, pelas instituições ligadas à cultura e arte, pelos movimentos sociais e pelas ciências e instituições de pesquisa.

O termo juventude aparece nas representações correntes na sociedade atual sem despertar, à primeira vista, maiores questionamentos referente à obviedade do que se trata.

Contudo, essa mera aparência de elemento concreto, ‘natural’, da realidade social se desfaz mesmo diante da mais simples discussão no contexto cotidiano da vida social. As percepções da diversidade da realidade juvenil, bem como as valorações e as concepções do ser jovem, entram em apreciações diferenciadas e mesmo conflitantes, diante das variadas opiniões das pessoas nas situações concretas desfazendo, parcialmente, as generalizações do senso comum acerca da juventude.

Essa diversidade não exclui, por outro lado, que haja uma generalização e mesmo homogeneização do termo e de seu valor como ‘o novo’, ‘atual’, um valor em si; e mesmo como um estado de espírito coletivo ou pessoal na dinâmica social e, sobretudo na esfera da ‘produção’ do consumo (LEÓN, 2005).

Quanto ao tratamento do termo pelas diversas áreas científicas não há menos variação de tratamento e de compreensão. O termo juventude apresenta sérias dificuldades de precisão e de consenso mesmo dentre cada uma das áreas das ciências humanas, visto que as áreas elegem diferentes recortes de análises e apontam referenciais teóricos diversos.

Além disso, considerando, e aqui já antecipando, que juventude, assim como outros grupos etários destacados socialmente se constituem em contextos sócio-históricos concretos, a variação dos critérios dessa categorização social em cada contexto resultará em múltiplas noções e definições. Assim, juventude, se se puser a aprofundar, mostra-se, portanto uma ‘categoria escorregadia’, já não tão óbvia (SANCHIS, 1997). Essa imprecisão e dificuldade/diversidade de percepção e tratamento tem, inclusive, ainda ocupado boa parte do debate acerca dos estudos da juventude (ABRAMO, 2005; SANCHIS, 1997).

Para Abramo (1994), a investigação científica e o debate das diversas concepções e enfoques acerca da juventude não estão restritos como demanda acadêmica, mas se revestem de um conteúdo político centrado na necessidade de aferição dos termos do debate, as convergências e as diferenças. Isso tem implicações diretas na compreensão dos elementos que compõe a questão da juventude, tanto nas ações da sociedade civil, como nas políticas públicas relativas a esse segmento.

Antes, serão abordadas algumas conexões entre contextos históricos, os percursos, configurações e noções da juventude. Para isto, serão seguidas as trilhas abertas (ABRAMO,

1994).

Para a autora, a noção mais corrente do termo juventude corresponde ao período onde há a passagem da infância para a vida adulta, correspondendo ao final de um desenvolvimento físico do indivíduo e mudanças psicológicas e sociais. Contudo, essa noção é variável socialmente, ou seja, a sua duração, seu conteúdo, valoração, suas diversas formas de manifestação são produtos de uma construção histórica e social.

Cada sociedade em determinado momento da sua história, incluindo as determinantes da esfera global, constitui as várias noções acerca desse grupo etário. Abramo (1994) discorrerá de forma ampla em seu texto as conexões entre as feições socioculturais que vão (re)configurando a condição juvenil em cada contexto histórico as sociedades ocidentais e, paralelamente, como os estudos das ciências sociais, principalmente a sociologia, se posicionam em relação a cada manifestação das diversas formas de ser jovem e de sua caracterização em geral.

A constituição desse período intermediário e de transição entre a infância e o mundo adulto se dará e será percebida distintamente de outras etapas de vida, a partir de uma configuração mais complexa da sociedade ocidental moderna.

Ariès³, em sua *História Social da Infância* (apud ABRAMO, 1994), sustenta que nas sociedades mais tradicionais, incluindo o medievo ocidental, ou seja, antes das sociedades industriais modernas, não constituía à juventude, uma etapa socioculturalmente destacada e seus sujeitos constituídos num grupo especialmente visível. Não havia inclusive, uma separação entre ‘um mundo infantil’ e ‘um mundo adulto’.

Até esse período, o medievo ocidental, a vida familiar estava inserida numa esfera social mais ampliada e não numa dimensão privada como hoje. A socialização dos indivíduos se processava de forma mais contínua sem fases de rupturas.

Tal indistinção da juventude e mesmo da infância permaneceu até que transformações se efetivassem só a partir do século XVII nas sociedades ocidentais. Uma das mudanças foi a retração da família para a esfera privada, que se reestruturou em torno de uma nova relação afetiva e de novos significados em torno da infância.

As crianças estavam sobre a tutela exclusiva da família, pelo menos até sua socialização na escola. A emergência da escola, modificada e estendida como espaço institucional da educação (não mais informal e direta) dava continuidade à separação das crianças, outra transformação que determinava não só as formas da infância ocidental moderna, mas

³ ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

posteriormente a emergência da juventude como categoria social destacada, fase intermediária e anterior ao mundo adulto.

Contudo, adolescência e juventude emergiram como categorias destacadas e visíveis socialmente no século XX, com a extensão do tempo de especialização escolar e sua expansão e generalização pelos diversos seguimentos e classes sociais. Entende-se, portanto, que a condição de juventude será variável dentro de uma mesma sociedade, restrita inicialmente a determinados grupos de classes médias, da burguesia e de setores remanescentes da nobreza que tinham como e por que bancar a preparação de seus jovens, através da escola, para a sua capacitação para assumir suas futuras posições e papéis na sociedade.

Ainda que uma escolarização das classes populares se constituísse a partir do século XVIII, o processo foi lento e parcial e Ariès⁴ (apud ABRAMO, 1994) acreditava que as antigas etapas da vida e suas formas de transição entre os grupos etários sobreviveriam nessas classes populares.

Segundo Eisenstadt (1968), a dinâmica de constituição de valores universalistas fundamentais para uma normatização e controle na moderna sociedade ocidental exigia que se extrapolasse a esfera familiar (cada vez mais privatizada) da socialização dos indivíduos, impondo um tempo de preparação para a adequada transição para a vida adulta e social.

Tal prolongamento do tempo gerava uma descontinuidade entre as etapas da infância e adulta. Esse período de espera gerou uma desconexão entre as formas prescritas de preparação e dos papéis sociais futuros em relação às expectativas e necessidades surgidas na personalidade dos adolescentes.

Estes tenderiam a formar grupos de pares importantes, geradores de símbolos de identificação e de solidariedade. Tais grupos poderiam processar internamente uma integração da personalidade do jovem em aproximação à normatividade social e, com isto se poderia voltar a conectar-se com a sociedade e dar condição de continuidade à ordem social vigente pelas novas gerações.

Entretanto, esse papel reintegrador dos grupos de pares nem sempre se efetiva. Ao contrário, esses grupos podem se tornar foco de anormatividade ou de contestação social constituindo-se em ‘grupos problemáticos’ que poderão comprometer os próprios jovens como elo de continuidade da herança cultural da sociedade.

A descrição da constituição da juventude traçada por Eisenstadt (1968) como etapa e grupo etário destacados na sociedade moderna, limita as concepções de família, de grupos

⁴ ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

juvenis e de escola. O autor faz uma abordagem sobre esses conceitos, funções pré-determinadas na dinâmica e continuidade do sistema social. Entretanto, isso não invalida a compreensão do surgimento da juventude em meio às demandas de transformação na socialização da nova ordem moderna capitalista.

E também, das contradições e crises que tal racionalização do processo de preparação e transição possa gerar, sobretudo para as novas gerações surgidas em meio às transformações capitalistas.

Portanto, será o surgimento dos grupos de pares e caráter *problemático* que marcarão a visibilidade da juventude como ‘anormal’, delinqüente, excêntrica ou contestatória em contraste com os padrões vigentes. Será essa mesma visão ‘problemática’ que fará emergir os primeiros estudos do tema da juventude no campo sociológico (ABRAMO, 1994).

Abramo (1994) apresenta ainda alguns exemplos de situações e expressões juvenis que farão constituir gradualmente a juventude no cenário social com questões, demandas e condições específicas e que implicaram noutras visibilidades e tratamento por parte da sociedade e das ciências.

A autora cita o Movimento Juvenil Alemão, que no final do sec. XIX caminhava para o rompimento com as formas sociais hegemônicas pela geração adulta. Mencionava o ressentimento e perplexidade diante do massacre dos jovens soldados em combate na primeira guerra, o niilismo, como expressão da perda ou falta de sentido da vida. E ainda a crise de valores, a embriaguês e intensidade dos jovens no período entre guerras e a predominância e o estilo de vida de jovens nos movimentos vanguardistas na arte e cultura.

Nos anos 20 e 30 os pesquisadores da Escola de Chicago⁵, debruçam-se diante dos grupos delinqüentes de jovens das ‘classes baixas’ dos bairros de imigrantes das metrópoles. A concepção funcionalista, compreendendo as instituições sociais com funções específicas e harmoniosas com uma organicidade do todo social, continua a se ocupar dos “desvios” da juventude pobre, que destoam da norma.

O descompasso entre os valores sociais das camadas médias e altas, desenvolvidos e transmitidos nas instituições escolares em expansão, de um lado, e a real impossibilidade dos jovens das camadas pobres para acessá-las e assimilá-las, por outro, abririam espaço para agrupamentos alternativos de valores culturais e comportamentais diferentes e opostos como respostas aos inacessíveis valores prescritos, uma subcultura delinqüente como formula Cohen

⁵ Corrente de pensamento fundada pelos professores do Dep. de Sociologia da Universidade de Chicago. Teve importância nos estudos urbanos relacionados à desorganização social e à criminologia na década de 1910. Suscitam o tema do desvio no processo de integração dos jovens à vida social (ABRAMO, 1994).

(1968).

Ao lado disso, vai se constituindo outra direção de investigação voltada para a chamada ‘juventude normal’. Mas, mesmo esta continua a inspirar percepções de risco de rupturas com a ordem e as regras causadas por ‘disfunções’ no sistema social que, no limite, deverão ser corrigidas para uma efetiva reinserção social da juventude. Entretanto, os estudos da Escola de Chicago, sobretudo Parsons⁶ (1942 apud ABRAMO, 1994) percebe que os grupos juvenis não têm apenas elementos negativamente desestabilizadores.

Configurando ‘subculturas’ derivadas (e em conflito) da cultura geral dos adultos, os grupos juvenis se constituem como espaços de importantes funcionalidades na complementação do processo de socialização que contêm elementos de afetividade e de bases similares de condições entre seus membros, gerando trocas e reciprocidades na formação de identidade coletiva e de respostas mais consensuais aos problemas enfrentados pelos jovens em sua difícil transição à vida adulta e social.

Tal complementaridade é necessária e possível, dados os limites e disfunções das instituições formais e hierárquicas prescritas pela sociedade adulta para a socialização dos jovens, a família e a escola. Além disso, essa linha de estudos reconhece a função positiva dos grupos de jovens no papel de renovação e mudanças necessárias ao desenvolvimento da sociedade e da civilização.

Outra tematização da juventude relacionada a um momento da história, descrita por Abramo (1994), é a percepção de seu papel nas transformações sociais. A autora situa o início dessa abordagem após a II Guerra, destacando os estudos de Mannheim (1967) que propõe que a juventude tem em potencial, energias e tendências a se empenhar em ações de mudanças sociais, desde que devidamente canalizadas e viabilizadas para tais processos.

Fatores de ordem biológica do desenvolvimento adolescente (predispondo à experiência e aventura) combinam-se com as situações de entrada consciente nas questões da vida social em geral (MANNHEIM, 1967). A condição de ‘ainda não enredado’ no jogo de interesses da sociedade e por não se encontrar ainda com hábitos cristalizados, por um lado e, por outro, percebendo as contradições entre valores e normas transmitidos pela instituição escolar e as práticas e valores reinantes concretamente na esfera social pública. Esses fatores produzem contestação e crítica tendente, inclusive a serem solidários e aliados a outros movimentos e ações de contestação social.

No Brasil, praticamente no final dos anos 1960 é que se inicia uma preocupação da

⁶ ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

sociologia com a situação da juventude na sociedade brasileira. Otávio Ianni (1994) e, principalmente, Marialice Foracchi (1972) produzem estudos inéditos e de peso para aquele momento.

Os autores procuram compreender com significativa profundidade a juventude que invadia o cenário urbano e nacional a partir, da esfera política e cultural. A juventude focada será, então, aquela dos movimentos estudantis, sobretudo universitária, que se vê numa contradição entre as expectativas criativas geradas pela formação acadêmica e a falta de ressonância e acolhimento nas instituições sociais, somadas à efervescência política do contexto.

Tais movimentos e manifestações não são compreendidos como únicas formas de reação juvenil. Para estes estudos, o sentimento de rejeição da ordem podem também orientar-se para posturas de recolhimento e alienação dos jovens da realidade social.

No pós II Guerra emerge no cenário do mundo ocidental algo que será entendido como uma ampla cultura juvenil de massa e internacional, inédita até então. Tal fenômeno será possibilitado por um ciclo de desenvolvimento econômico industrial, pelas políticas do *Welfare State*, garantindo uma política de pleno emprego.

A indústria de produtos de consumo avança e se especializa em nichos de mercado, incluindo o infantil e o juvenil. Com recursos mais disponíveis, camadas médias e mesmo de trabalhadores das classes mais baixas, possibilitam maior liberação de tempo livre, de tempo escolar e de consumo a seus filhos gerando, enfim, uma nova condição juvenil, não mais considerada como uma subcultura, restrita a grupos na marginalidade, mas com uma participação ampliada numericamente e com manifestações internacionalizadas e abarcando diversos setores e classes sociais.

Nasce assim a idéia de uma cultura juvenil que parece vinculada às padronizações e massificações constituídas, tanto pelos novos produtos seriais da indústria e suas campanhas de publicidade, quanto do desenvolvimento dos meios de comunicação e da indústria cultural.

O *rock'n roll* apresenta-se como uma estética musical especificamente jovem e uma espécie de linguagem internacional da juventude. Uma juventude constituída a partir da vivência do tempo livre, de lazer e do consumo, cada vez mais específicos: lanchonetes, vestuário, alimentos e congêneres industrializados, música, cinema, TV, motocicleta e bicicleta etc.

Tais elementos são símbolos de identidade juvenil cada vez mais distanciada dos padrões adultos, cada vez mais autônoma, pelo menos enquanto valores. Abramo (1994) expõe que esta certa uniformização de padrões de comportamento, de valores estéticos,

e mesmo de uma linguagem juvenil que extrapolam fronteiras nacionais e mesmo classes sociais, sustentem a abordagem de alguns estudiosos como Edgar Morin, ao atestarem acerca de um aparecimento da juventude como ‘nova classe social’, evidentemente fora da concepção marxiana de *classe social* relacionada à posse dos meios de produção.

Paralelas a esses processos de massa, outras manifestações juvenis minoritárias são destacadas por Abramo (1994) em seu balanço historiográfico. Um desses grupos, presentes em outras manifestações juvenis, seria o grupo dos jovens existencialistas⁷ europeus, setor mais intelectualizado sob influência de Jean-Paul Sartre, que expunha a necessidade de se contrapor a subjetividade e a liberdade aos propósitos e às formas rígidas da sociedade burguesa.

Outro grupo, citado por Abramo (1994), é o movimento *beat* dos Estados Unidos, cujos jovens, também inspirados no existencialismo francês, procuram inspiração com a aproximação dos setores sociais marginalizados da sociedade, como os negros, músicos de *jazz* e andarilhos das grandes cidades.

Abramo (1994) vê essas manifestações como precedentes dos movimentos de contracultura dos anos 60 e 70. São também relacionadas outras manifestações ligadas às formas de diversão, de consumo, de violências, chamadas correntemente de grupos ‘rebeldes sem causa’. Esses grupos, como os *Teddy boys*, os *skinheads*, *mods* e o *rockers*, surgidos predominantemente das camadas populares da Inglaterra irradiam-se mundialmente.

Tanto esses grupos “marginalizados” quanto outros comportamentos juvenis mais disseminados, mesmos nas classes médias e altas, são analisados pela sociologia como uma subcultura peculiar, ainda vinculada à noção de desvio (brigas de gangs, de torcidas esportivas, histerias e quebradeiras em shows e eventos públicos etc.).

Nos anos 70 surge uma contraposição crítica em relação à idéia de uma cultura juvenil genérica. Os pesquisadores da Universidade de Birmingham⁸ postulam que todas as

⁷ Existencialismo: movimento filosófico constituído por diversas doutrinas unidas por dois aspectos fundamentais: 1) o objecto da sua reflexão é a existência humana entendida como realidade individual concreta que não se explica nem se demonstra, mas unicamente se descreve; 2) reage contra a identificação hegeliana entre realidade e racionalidade porque a existência não está iluminada pela luz da razão. Afirmar, como o fez Hegel que tudo o que é real é racional implica desvalorizar os aspectos dramáticos, angustiantes, imprevisíveis e absurdos que caracterizam a existência humana. Jean P. Sartre representa o existencialismo ateu, Gabriel Marcel o existencialismo cristão. Outros pensadores, como Heidegger e Karl Jaspers (1883-1969), e Albert Camus (1913-1960), são por alguns historiadores da filosofia incluídos neste movimento muito heterogêneo (RODRIGUES, 2003).

⁸ Pesquisadores do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCES) da Universidade de Birmingham, realizam estudos reinterpretando o significado dos grupos juvenis surgidos nos anos 50, questionam a noção de cultura juvenil genérica aplicada anteriormente a esses grupos, pois viam nítidas origens de classe, portanto deveriam ser classificados como subculturas de classe.

manifestações juvenis expressavam, na verdade, suas origens de classe social.

Tais manifestações de jovens das classes trabalhadoras seriam ‘subculturas de classe’, expressões de problemas e conflitos internos das classes trabalhadoras e que, mesmo tratando-se de questões específicas de um grupo etário, daí a designação ‘subcultura’, estas estariam inseridas no conjunto da dinâmica interna e do contexto geral e histórico da classe social.

Nesse específico contexto das classes trabalhadoras, sobretudo inglesas, as transformações tecnológicas envolvidas na produção e no trabalho, geram uma acentuação da divisão interna entre trabalhadores mais e menos qualificados.

A presença de imigrantes, as mudanças de posicionamento político do Partido Trabalhista Inglês abrem caminhos para uma política de conciliação de classes. Esses são aspectos de potencial, conflito e tensão interna da classe, elementos complexos que produziram fragmentação e perdas de identidade de classe nos moldes tradicionais.

Diante desse quadro, diversos grupos, então, constroem formas de autovalorização mesclam elementos e valores de grupos sociais. Outros absorvem e resignificam objetos, símbolos, estéticas, buscando uma marca diferenciada para um estilo ‘subcultural’. Esta combinação híbrida, com elementos policulturais, contudo, não escaparia da lógica e contexto da classe.

Manifestações como as dos *Teddy boys*, que buscavam espaços de participação além das fronteiras da classe, mesclavam elementos próprios dos jovens das camadas altas; ou dos *skinheads*, que reafirmavam e extremavam marcas tradicionais da classe como a rudeza no trato e na aparência, no machismo e no chauvinismo contra imigrantes, foram entendidos pelos pesquisadores de Birmingham como formas de negociação e resistência frente à cultura dominante.

As contribuições importantes desses estudos dos pesquisadores de Birmingham são resumidas por Abramo (1994) como sendo a valorização da origem social dos grupos, a constituição da noção de estilo, a idéia de apropriação e reapropriação de elementos simbólicos de grupos distintos e a idéia de negociação de espaço, que se tornariam chaves importantes para outras investigações de outras realidades juvenis.

Contudo, Abramo (1994) aponta dificuldades de aplicação direta da noção de ‘cultura de classe’ e ‘subcultura de classe’ na realidade brasileira, tanto pelas especificidades da composição das classes trabalhadoras no Brasil, distante dos processos correntes na Europa e Estados Unidos, como pelas diferenças da estrutura econômica, dos arranjos sociais e das especificidades históricas e socioculturais do Brasil.

Abramo (1994) analisará ainda as manifestações juvenis dos anos 60 com sua dimensão

de radicalismo, diversidade e simultaneidade em diferentes países. Uma geração que parecia ter vivenciado uma maior liberação dos costumes, mostrava-se menos disposta a aceitar e adaptar-se à condição servil e burocrática da sociedade industrial capitalista.

Todavia, parece não haver posturas de peso nos movimentos sociais e políticos de esquerda que canalizassem programaticamente tais movimentos da juventude em pleno momento de auge na história. Os conteúdos se multiplicam e vão desde as contestações políticas como Maio de 68, em Paris, às expressões pacifistas, mas não menos contestatórias e radicais dos *hyppies*, constituindo uma percepção de que a juventude caminhava para uma ‘revolução juvenil’.

As contestações e expressões desses anos se diluíram durante a década de 70 deixando, entretanto, um impacto considerável na cultura e nos costumes. Um mérito importante foi o passo para a crescente valorização da imagem social da juventude, não só sendo vinculada à idéia de transformação e mudança, mas também de disponibilidade para o novo, para o desenvolvimento o progresso as novas tecnologias, as novas organizações e modo de vida.

Para um capitalismo em pleno processo de ascensão tecnológico de meios de produção e de novos produtos tais valores da juventude são incentivados e massificados indústria cultural.

Com a dissipação dos anos de uma ‘revolução juvenil’ as manifestações parecem caminhar para uma fragmentação e, para alguns, certa regressão aos padrões dos anos 50 na Inglaterra, sob o rótulo de tribos que se associam em torno de estilos e culturas, principalmente musicais. Contudo, são mais numerosos, mais exagerados e com dimensão internacional.

O movimento *punk*, segundo Abramo (1994), inaugura a proliferação de tais expressões. Iniciado na Inglaterra expande-se para todo o ocidente com uma atitude de contraposição à cultura *pop*, ao estrelismo do *rock*, propondo uma volta às bases e ao modo simples e crítico, e ao mesmo tempo perturbador e anárquico de se posicionar contra as contradições da sociedade capitalista.

Os jovens *punks* originam-se das camadas pobres trabalhadoras dos subúrbios ingleses. Vivem numa crise econômica com diminuição dos empregos e desmonte das políticas sociais do Estado da Era Thatcher.

A fúria e o desencanto e a falta de perspectiva quanto ao futuro pautam as manifestações artísticas do movimento. Entretanto a explosão de suas improvisações e rusticidade na criação e expressão reflete por toda a cena cultural e juvenil posterior, abrindo caminho aos novos

movimentos artísticos e comportamentais.

Tais repercussões históricas, válidas para se perceber com nitidez como as juventudes se constituem, são representadas socialmente e analisadas pelas áreas científicas de forma profunda. São relacionadas com contextos sócio-históricos perpassados por elementos de longa e curta duração, de caráter mundial e local, com variantes econômicas, culturais, políticas, sociais, de gênero e raça, que perfazem uma trajetória multifacetada com traços de continuidade e descontinuidade, base para a compreensão acerca da juventude.

De acordo com León (2005, p. 12), “Em seus diferentes tratamentos, a categoria juventude foi concebida como uma construção social, histórica, cultural e relacional, para designar com isso a dinamicidade e permanente evolução/involução do mesmo conceito”.

Abramo (1994), apontará a transitoriedade e a crise potencial como dois traços gerais amplamente tratados pelas diferentes formulações teóricas da condição juvenil. A transitoriedade é frequentemente expressa como etapa de transição, período de preparação, enfim, processamento da passagem para a família própria, para a independência, para a produtividade, para a autonomia etc. Nessa condição de transitoriedade vigora socialmente uma relatividade e uma ambiguidade em relação aos direitos e deveres legais e sociais, responsabilidades e independência que se colocam no meio do caminho à plena condição adulta, levando ao que Mannheim (1967) entendia como suspensão da vida social⁹.

Na formulação clássica tal suspensão se dá, sobretudo, para e por causa da escola, uma preparação para a atuação futura. Tal situação, segundo Abramo (1994), conduz a uma definição da juventude marcada pela falta e pela negatividade – já não são mais crianças, contudo, não são propriamente adultos.

O potencial, os talentos, a disposição e a energia não são plenamente aproveitados pelas instâncias adultas da sociedade, que abrem espaços para uma socialização e agrupamento de pares com feições de identificação coletiva e de individuação (identidade mais singularizada).

A transição inclui toda uma diversidade de experimentação e de trânsito entre os diversos ambientes e atitudes, culturas e valores, descobertas e novas identidades. Os grupos de pares são o ambiente e a dinâmica relacional que possibilitam tal trânsito, experimentação e constituição de identidades. Os elementos simbólicos e práticos desse transitar e dessa filiação em grupos e atitudes põem em conflito, e mesmo em oposição, os jovens em relação às gerações mais velhas.

⁹ Uma espécie de estar dentro estando ainda ‘de fora’, ser mantido à margem ou, como os iniciantes nas brincadeiras infantis: brincando de sociedade com ‘carta branca’ ou como ‘café com leite’.

Contrastes e conflitos levam assim, ao outro traço básico das percepções sociais e sociológicas sobre a juventude, a crise potencial apontada por Abramo (1994). Crises de auto-estima, familiares, de autoridade, conflitos com a ordem social, com a lei e com a herança cultural. Tal estado de revolta e de mal-estar pode desencadear uma crise de ruptura na dinâmica de transmissão cultural, de valores e da manutenção da ordem social entre as gerações, um problema para a continuidade da sociedade ocidental moderna.

Para Lapassade¹⁰, (1968 apud ABRAMO, 1994) a crise da fase adolescente de cunho mais psicológico, físico e individual, abre-se para uma crise mais propriamente juvenil: de caráter coletivo constituindo-se num fenômeno propriamente social de contestação dos padrões da sociedade e da cultura. Foracchi (1972) considera esta uma segunda crise que, condicionada e combinada com uma crise instalada na sociedade, faz emergir a juventude como categoria social e protagonista de revoltas e buscas de mudanças na sociedade.

A perspectiva de considerar a juventude como um período de transitoriedade é um componente de análise sociológica acerca de um processo vital contínuo, a vida começa, desenvolve e termina e pode-se, para efeitos de análises, criar ou constatar construtos sociais relativos a fases da vida para efeito da investigação desse processo. Contudo, tomar cada momento do círculo da vida como apenas preparatório de outro, de forma prescrita e linear, seria pensar num etapismo, uma seqüência linear e fixa de fases naturalizadas e predeterminadas, perdendo-se assim a dimensão histórica do indivíduo ou mesmo da sociedade humana.

Os cientistas que analisam a parte (a fase) como componente de um processo (círculo da vida) e mesmo os adultos que já passaram por fases iniciais da vida têm percepção de um passado preparando e constituindo o devir, contudo, pensar que cada época e cada sujeito vive o seu presente em função desse devir como um elemento dado (o futuro ou a vida adulta) seria um equívoco de tipo teleológico, não aceitável cientificamente, em procedimento historiográfico ou sociológico com dimensões históricas e temporais.

A noção de transitoriedade poderia ser reduzida a uma lógica finalista, a mera passagem provisória (sem sentido por si) de uma fase à outra, pois cada fase seria, dessa forma, uma transição. Na cultura do mundo ocidental contemporâneo a fase almejada, e nesse sentido ‘final’, se localizaria na fase adulta. A velhice seria o declínio (ou mesmo uma regressão à infância) desse ‘auge adultocêntrico’. A noção de transitoriedade deve evitar, também, lógicas deterministas, seja na perspectiva de reprodução de padrões sociais dominantes, seja na

¹⁰ ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

perspectiva de reprodução de padrões de classe. Sposito (1999) reforça que,

Assim, é preciso considerar criticamente a idéia de transição que, frequentemente, tem implicado a subordinação das fases de vida e, nesse caso, o sentido a ser imprimido à juventude estaria apenas restrito à preparação para algo que está fora dela, ou seja a etapa posterior, consagrada à vida adulta (SPOSITO, 1999, p. 08).

Se a juventude está primariamente circunscrita a uma fase de vida, assim como a infância, não significa que todos os jovens de todo lugar e época se perceberão como alguém que apenas passa por uma fase, transitória, de preparação, de espera, de maturação, para depois realmente viver a vida plenamente. Essa parece ser uma percepção mais própria dos adultos acerca da juventude.

Como afirma Abad (2002), as antigas gerações de jovens aguardavam as boas coisas da vida para quando chegasse a fase adulta. Entretanto, entre outros elementos que condicionam uma nova condição juvenil, a transmissão dos valores de uma cultura adulta hegemônica tem ficado comprometida pela crise das instituições tradicionais como a família e a escola, que não mais conseguem cumprir suas promessas de integração e sentido simbólico (ABAD, 2002).

As análises de uma chamada crise das instituições socializadoras tradicionais são um campo amplo e diversificado de concepções acerca de uma desinstitucionalização, descristalização e latência, descronologização são alguns conceitos que buscam caracterizar e explicar tal crise. A latência seria a situação de descompasso entre uma condição latente, de estar o indivíduo jovem preparado para o exercício de atividades ou funções consideradas adultas sem que exista uma real absorção social ou oportunidade para seu efetivo exercício.

A descristalização compreende uma descaracterização de algumas funções, papéis e práticas, antes restritas ao mundo adulto, que são assumidas, na atualidade, pelos indivíduos jovens, como a prática da sexualidade e a participação em alguns temas e atividades sociais. A entrada na vida adulta se processaria então de forma desnormatizada e desregulada em relação aos padrões anteriores mais lineares como a sequência: família de origem, escola, trabalho, família própria. A quebra dessa sequência seria a chamada descronologização do percurso das idades.

A expressão de desinstitucionalização vem dando sentido a diversos significados na sociologia. Sposito (2003a) aborda que o sentido do termo por Abad (2003) compreende um processo de enfraquecimento das tradicionais agências de socialização no sentido de transmissão da 'cultura adulta hegemônica'.

Há um espaço para a própria diversificação e desinstitucionalização da condição juvenil

que abre possibilidades para experiências juvenis inéditas, marcadas por forte autonomia individual, pela multiplicidade de experimentações de modos de vida e pela rápida maturidade mental e física. E também, para a correspondente emancipação de processos emocionais e afetivos, ainda que mantenha uma ausência de responsabilidades maiores para com a provisão e sobrevivência da vida familiar e própria e uma dependência econômica e material.

Assim, ao mesmo tempo em que fatores diversos como o prolongamento e expansão da escolarização, ou a diminuição contínua e estrutural de postos de trabalho, sobretudo regulamentados, afetando prioritariamente a inserção e permanência dos jovens, impõe um alongamento na duração da condição juvenil.

Por outro lado, a despeito de contradições e desvantagens relacionadas a esta fase da vida e, sobretudo da dependência econômica, e principalmente em relação aos jovens das camadas mais pobres, a maioria dos jovens não manifesta vontade de adentrar apressada e efetivamente nas condições de adultos onde percebem: privações de tempo, responsabilidades, compromissos interpessoais mais rígidos.

A nova condição juvenil reserva algumas vantagens como maior liberação sexual, maiores possibilidades de experiências e de reversibilidade dessas, autonomia pessoal e emocional. Além do mais, o processo de juvenilização da cultura, estética, atitudes, produtos, relacionados ao jovem e à jovialidade, garantem certas vantagens, ao menos aparentes, aos jovens (ABAD, 2003).

A diferença de percepção entre jovens e adultos pode ser, inclusive uma das controvérsias intergeracionais, principalmente na família ou na escola. Para alguns jovens, a questão problemática parece ser mais o caso de ainda não se ter acesso aos devidos recursos (materiais e de reconhecimento) para vivenciar suas capacidades, desejos e projetos.

Vivências essas que podem se diferenciar e mesmo se contrapor aos padrões estabelecidos hegemonicamente pela sociedade. Se há uma ampliação dos repertórios de modos de ser jovem, é possível que as projeções de vida adulta também possam estar se estabelecendo, pois, “torna-se fundamental reconhecer que o modo de se tornar adulto tem sido construído historicamente, tendo por base uma ampla diversidade sócio-cultural” (SPOSITO, 1999, p. 08).

Entretanto, sobretudo para as camadas ‘baixas’ da população, muito da ampliação dessas alternativas de juventude e projeção de futuro se fixam numa esfera idealizada e os verdadeiros repertórios de projetos de vida vão se mostrando cada vez mais reduzidos. É o caso da decrescente mobilidade social proporcionada pela escolaridade e pelo crescente desemprego e precariedade dos postos de trabalho, sobretudo para a juventude

(POCHMANN, 1998; SPOSITO, 2005).

Os jovens entrevistados por este estudo, dentro do perfil socioeconômico do próprio ProJovem, atestam a dificuldade e a precariedade desses fatores no campo do trabalho e no campo da formação. A diversidade só se apresenta de fato na precariedade.

No Brasil, a visibilidade da juventude se detém, até meados dos anos 1960, centrada nos jovens das camadas médias, em geral relacionadas com o universo político-partidário, estudantil e dos movimentos de inovação artístico-cultural. Os processos de modernização econômica e social dos anos 1950 parecem contar privilegiadamente com as gerações jovens das camadas médias e alta por suas capacidades de mobilidade, ascensão, maior formação e socialização escolar, sobretudo do meio urbano.

Noutra ponta, o grande contingente de jovens das camadas ‘baixas’ urbanas ou rurais está à margem desse contexto e não aparece mesmo como grupo etário. Está de fora do processo da modernização da sociedade e mesmo de fora da própria condição juvenil (ABRAMO, 1994). Assim, juventude tende a ser plasmada com o ser estudante, sobretudo com os universitários, que nessa conjuntura não só detêm socialmente um grande valor social, dado pela formação, mas também devido ao seu protagonismo político. Assim, seja na esfera política, seja na esfera privada, o jovem adquire uma identificação específica na medida em que ocupa e se mescla com a condição de estudante.

Os poucos estudos acadêmicos desse período debatem com as dicotomias que imperavam nas preocupações de então, integração/marginalidade e radicalismo/alienação. O foco das análises (comum também na América Latina) detém-se nos movimentos estudantis, acerca de seu potencial e limites de atuação política e de articulação com outros setores e movimentos, principalmente ante a perspectiva de empunhar projetos de mudanças sociais. Relativamente a esse período de inauguração da juventude como categoria de análise acadêmica no Brasil, Abramo (1994) destaca os estudos de Otavio Ianni, Marialice Foracchi e Luciano Martins.

Otavio Ianni, com o ensaio *O jovem radical*, de 1968, destaca a importância da atuação política radical da juventude estudantil (que seria uma condição de contradição interna nas sociedades capitalistas) nos países capitalistas em desenvolvimento como campo de tomada de consciência e de proposição de novas formas sociais.

Marialice Foracchi, em *Juventude na sociedade Moderna*, de 1972, aprofunda sua análise nas diversas formas de contestação juvenil, em especial ao movimento estudantil e aponta como naquele contexto histórico nacional, os jovens das camadas mais privilegiadas possuíam maiores possibilidades de sentir a crise e descompasso entre sua formação e a ausência de efetivação de suas potencialidades na realidade social. A disposição de contestação de uma ordem social encontra sentido e engajamento a partir do movimento estudantil, junto a

outros setores de contestação social.

Outro estudo seria *A geração AI-5*, de 1979, de Luciano Martins, que na verdade parece apontar outro lado da juventude dessas mesmas camadas sociais, um setor que diferentemente do engajamento político e social, se vê mais pressionado pelo ambiente autoritário (entre os anos 68/75) e se retrai numa imobilidade alienada. Para o autor, trata-se de demonstração da incapacidade de uma geração em dar respostas propositivas diante de uma cultura autoritária (ABRAMO, 1994, p. 24-25).

Posteriormente, em torno das décadas de 80 e 90, as preocupações sociais, políticas e também acadêmicas se voltam para a situação de risco e marginalidade de crianças e adolescentes. Além de refletirem o agravamento das questões sociais urbanas pós-milagre econômico, sinalizam o arrefecimento das mobilizações estudantis/juvenis na esfera política e de oposição à ditadura militar.

Essa conjuntura histórica restringiu o debate e as ações ao seguimento adolescência, deixando a juventude propriamente dita¹¹ ‘de fora’ ou ‘de lado’. Diversos autores como Corrochano (2008), Freitas (2005) e Sanchis (1997) têm feito referência à diferença de formulação e de visibilidade entre as questões sociais relacionadas à juventude e as direcionadas às crianças e adolescentes.

Esta ordem de prioridades refletiu não só uma estratégia de articulação e sensibilização da opinião pública, mas a uma manifestação das *questões problemas* que em cada momento específico se tornaram problema político.

Nos anos 2000, a situação dos jovens apresenta-se como questão social das mais catastróficas, inclusive, as dimensões demográficas do problema. Dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Revisão 2008, apontam que em 2007, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50,2 milhões de pessoas, representando 26,4% da população total.

Destes jovens, 29,8% poderiam ser considerados pobres, porque viviam em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. No grupo de 15 a 17 anos, apenas 47,9% cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado a esta faixa etária. Na área rural, este índice não ultrapassava 30,6%. Ainda em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, representando um número de 60,74% do total de desempregados no país e correspondente a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos.

A pesquisa de opinião *Perfil da Juventude Brasileira*, de 2003, analisada no livro organizado por Abramo e Branco (2005), deixou evidente que, para os jovens entrevistados,

¹¹ Esse termo é aqui utilizado no sentido explicitado por Freitas (2005) que corresponde aos jovens já saídos do período adolescente e inscritos na faixa de idade de cerca de 15 a 24 anos (ou mais).

os aspectos positivos de ser jovem são bem maiores que os aspectos negativos: 74% dos informantes declararam que há mais coisas boas em ser jovem do que ruins contra 11% que declararam o contrário, e 14% que optaram pelas duas possibilidades simultaneamente.

Se por um lado, declaram as vantagens de ser jovem por não se ter maiores responsabilidades, aproveitar a vida, ter liberdade, fazer amizades, ter saúde e disposição física, mas também, poder estudar e adquirir conhecimentos e poder trabalhar, de outro lado, entre os fatores ruins de ser jovem, destacou-se o convívio com riscos variados: drogas, violência, más companhias, a falta de trabalho e renda, além da falta de liberdade expressa pelo controle familiar. Consequentemente, quando inquiridos sobre os assuntos que mais lhes interessavam, três temas predominaram: educação, trabalho e oportunidades de cultura e lazer.

Entretanto, nesse período, a juventude brasileira, vem, na verdade, sofrendo um agravamento mais intenso das transformações que dissolvem ainda mais as poucas ofertas formais de trabalho, apesar da propagação, pelo atual governo, de índices de decréscimo da taxa de desemprego geral. Como atesta Gonzalez (2009), em seu capítulo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Em suma, os jovens receberam a maior parte do impacto da retração das oportunidades de emprego na segunda metade da década de 1990 e seu patamar manteve-se mesmo após 2005, quando a taxa de desemprego geral tendeu a diminuir. Este efeito foi desigual em termos de gênero – as mulheres apresentaram taxas de desemprego crescentes – e de classe social – os jovens de famílias mais pobres têm maior probabilidade de abandonar a escola antes do término e entrar no mercado de trabalho mais cedo (GONZALEZ, 2009, p. 119).

O número de jovens que não estudavam nem trabalhavam se mostra muito elevado (19,8%). Além dos dados relativos ao desemprego, os dados da violência aparecem particularmente destruidores: na faixa etária entre 15 a 24 anos, as mortes violentas representaram, em 2007, o percentual alarmante de 67,7%. O óbito, por causa violenta, vem aumentando seu peso na estrutura geral da mortalidade no Brasil desde os anos 1980, afetando principalmente, jovens do sexo masculino, pobres e negros, com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades do país (GONZALEZ, 2009).

Os índices da educação escolar vêm se mantendo no nível dos países mais pobres, apesar de que se divulgam melhorias nas avaliações oficiais dos índices de aprendizagem e no tempo de escolaridade em geral, sobretudo no ensino fundamental.

O analfabetismo da população brasileira, medido pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever, ainda se encontrava no patamar de 10% em 2007. É uma taxa bem elevada, quando comparada a de outros países do continente sul-americano,

como Uruguai, Argentina e Chile, cujas taxas variam entre 2% e 4%.

Cerca de 82% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam, em 2007, algum nível ou modalidade de ensino, mas apenas 48% deles cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado à faixa etária (GONZALEZ, 2009). Essas taxas sofrem diferenciações significativas se relacionadas à raça e a região geográfica.

No campo das políticas públicas, como se verá no próximo capítulo, festeja-se no governo federal a inauguração de instituições e ações propriamente destinadas aos jovens como parte constituinte de uma Política Nacional de Juventude (PNJ).

Uma reflexão acerca do tratamento da juventude como objeto de estudos das Ciências Sociais, particularmente do campo da sociologia, será abordada a seguir. A intenção é buscar referenciais científicos que fortaleçam as análises da problemática dos sujeitos reais na suas dinâmicas concretas da vida social em geral e do trabalho em especial.

2.2 A juventude como questão sociológica

Abramo (1994) traz em sua análise uma abordagem do conceito de ‘geração’, a partir da formulação de Mannheim (1982). A autora justifica a importância deste conceito como chave para compreensão do problema colocado pela relação entre a continuidade da herança cultural e a constituição de formas culturais próprias da juventude de cada contexto histórico.

Entretanto, mesmo na acepção inovadora de Mannheim (1982), o termo geração parece requerer cuidado visto que se corre o risco, ao buscar compreender especificidades geracionais, acabar por encobrir processos e sujeitos concretamente distantes das condições e características prescritas em determinadas plataformas de comportamento de geração. A questão trazida por Mannheim (1982) é de que a localização comum de indivíduos da mesma geração na estrutura social teria pertinência similar à localização de classe dos indivíduos.

Contudo, para haver uma profunda compreensão dos processos diversos e complexos das experiências juvenis, seria necessária uma relação do fator geracional com outros fatores, inclusive a classe, sob pena de se praticar um determinismo geracional, como alerta Pais (2003).

Para Mannheim (1982), as pessoas de uma mesma geração têm uma localização comum no processo histórico-social, predispondo-os a certos sentimentos, pensamentos e comportamentos.

Essas mesmas pessoas localizam-se em outras tantas coordenadas no processo social como a classe, a raça, a região, o gênero. Assim, não daria pra equivaler de forma absoluta as

experiências de jovens negros das periferias cariocas com as das jovens mulheres jovens iranianas apenas pela faixa etária. A diferença geracional é explicada através de uma ‘consciência similarmente estratificada’.

Mannheim (1982) entende que as experiências não se aglomeram uma por sobre as outras, mas configuram uma ‘estratificação de experiências’ que, em cada etapa entram em relação dialética com outros ‘extratos de experiência’ posteriores, mas permanecendo os elementos constitutivos do primeiro, ainda que de forma a negar esse mesmo conjunto estratificado de experiências.

Entretanto, se há tal estratificação, ela só poderá ser feita, com todos os elementos constitutivos da experiência social, não se limitam a simples e mesma configuração de condição etária. Assim, uma ‘consciência similarmente estratificada’ deve conter os demais fatores de localização e situação social como a classe, a raça e o gênero principalmente.

Segundo a formulação de Mannheim (1982), o processo da sucessão das gerações acontece no interior do processo de transmissão da herança cultura da sociedade. O processo, na verdade envolve tanto a transmissão como a criação de elementos novos. Envolve, também, tanto elementos relativamente consensuais e espontâneos como elementos problemáticos entre as gerações, principalmente quando enredados em contextos de mudanças sociais significativas.

Contudo, não há uma única resposta e posicionamento de uma geração diante desses elementos problemáticos. Para uma consciência social geracional seria preciso pensar em um grupo com um conjunto de similaridades além da faixa etária como classe, escolaridade, espaço geográfico, gênero e raça. Mannheim (1982) formula então, o conceito de ‘unidades de geração’, uma unidade mais refinada onde os seus componentes percebem e dão respostas unificadas às questões da realidade histórica (MANNHEIM, 1982).

Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte de uma mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro de uma mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas. (MANNHEIM, 1982, p.87).

Portanto, se por um lado a noção de geração apresenta limitações para a análise de mentalidades e comportamento de grupos e setores específicos existentes mesmo dentro de uma mesma sociedade, a noção de ‘unidade de geração’ pode estar mais concretamente potencializada a estabelecer compreensões acerca de uma unidade de certos indivíduos e contraposição a outros de uma mesma geração.

Mesmo assim, para se perceber as determinações das ‘situações de geração’ e as motivações das ‘unidades de geração’, Mannheim (1982) alerta para que se atente aos fatores históricos e sociais constituintes da base dos vínculos geracionais.

Na prática, isso significa que o estudante do problema das gerações não pode tentar especificar os efeitos atribuíveis ao fator das gerações antes de ter isolado todos os efeitos devidos ao dinamismo específico das esferas histórica e social. Se essa esfera intermediária é negligenciada, “fica-se tentado a lançar mão imediatamente de princípios naturalistas, tais como geração, raça ou situação geográfica ao se explicar fenômenos devidos a influências ambientais e conjunturais” (MANNHEIM, 1982, p. 95).

Outro ponto seria o ritmo das mudanças sociais. Os processos que transcorrem com dinâmicas rápidas de transformações favorecem as gerações mais jovens a se integrarem nas novas realidades estabelecidas, pois estão de certa forma, mais ‘descompromissados’ com os antigos padrões e podem assimilar as novidades de forma menos traumática e rápida.

Além disso, o processo de constituição do que seria um estilo geracional, que marcará o sujeito pela vida, se dá mesmo no momento da juventude, quando os problemas pertinentes à sociedade e ao mundo se mostram com clareza e agudeza, até então inéditas, para a pessoa, pois, se trata da sua experiência concreta e pessoal diante da vida, do presente.

Ainda conforme Mannheim (1982), esse contato inicial do jovem com as questões concretas do social e do cotidiano do mundo adulto se dá numa fase de formação de personalidade, modelando atitudes que serão básicas de novos posicionamentos futuros. Assim, para esse autor, as gerações novas teriam a possibilidade de incorporar primeiro as mudanças em seu comportamento. A maior adaptabilidade juvenil seria um fator importante na produção de novas mentalidades e atitudes na sociedade.

Essa disposição maior para uma nova realidade não se constitui total e diretamente. Muito das inovações tecnológicas e de procedimento no campo da produção e do trabalho parece depender de certa continuidade, de uma lógica seqüencial que demanda um domínio mínimo de um saber e de uma cultura ‘tradicional’, anterior. Daí que nem sempre os valores pronunciados correntemente acerca da jovialidade estejam efetivados nas práticas sociais, como por exemplo, algumas relacionadas ao trabalho.

Tal ‘atualidade’, característica da juventude, poderia estar relacionada ao que parece ser um imediatismo, uma relação exagerada com o tempo e com os processos do presente, e em parte um distanciamento em relação ao futuro, às projeções. Entretanto, imediatismo e ausência de um futuro palpável têm sido as marcas do nosso tempo, produtivista, competitivo e sem sentido, independente dos grupos etários que nele vivem.

Inconcebível é a idéia de uma despreocupação generalizada e absoluta das gerações jovens de hoje em relação ao futuro. Ainda que o futuro esteja obscuro e incerto, principalmente para os jovens das camadas pobres, eles mantêm fortes expectativas que são depositadas no devir.

Afinal o fato de um indivíduo viver sem a conformação de que está se preparando para um futuro prescrito não quer dizer que esteja desconectado de qualquer perspectiva ou idealização do devir. A noção de tempo, que necessariamente relacionam o passado e o futuro ao presente são estruturas da racionalidade humana como define Durkeim (1989).

Pais (2003) busca superar as questões relativas a um entendimento correntemente reducionista e pré-construído na sociedade que encara a juventude como ‘problema social’, mas, sobretudo, procura ampliar e atualizar a questão da abordagem sociológica acerca da juventude para além da bifurcação conceitual em que se encontra entre duas tendências, uma corrente geracional e uma corrente classista.

Para Pais (2003), trata-se de construir uma nova problematização sociológica da juventude para além de uma categoria de linguagem comum, ou seja, para além de um *doxo* comum, tornado tal problematização ‘paradoxal’, como seria toda teoria científica que busca ir além dos fundamentos empíricos e correntes.

Segundo Pais (2003), a juventude tem sido percebida histórica e socialmente como fase onde os jovens ainda não se defrontam com determinadas responsabilidades da fase adulta, qual seja, as de provedor paterno/maternal, as da vida conjugal e as do trabalho.

A entrada nessa fase posterior se fará então na medida em que o indivíduo se vê imerso nessas dimensões da vida social. Sendo assim, toda dificuldade manifestada pelo indivíduo de se caminhar para essa condição adulta, seja pela constituição de nova família, pela constituição de uma prole própria e, sobretudo, pela inserção no trabalho, resulta em uma configuração de problema que sobre ele cairá, via-de-regra. Ao jovem, debitado o ‘fracassado’ em não atingir as etapas e dimensões prescritas e previstas pela sociedade caracteriza, portanto, sua irresponsabilidade, seu desinteresse e sua imaturidade.

Para o autor, o foco problemático da condição juvenil deslocou-se da juventude rebelde e contestadora dos valores e da ordem dos anos 60 para o foco da falta de emprego e as dificuldades de entrada na vida produtiva, sendo por vezes traduzida quase como uma questão de ordem econômica.

Para Pais (2003), “os problemas que, contemporaneamente, mais afetam a ‘juventude’ – fazendo dela, por isso mesmo, um problema social, são correntemente derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho” (PAIS, 2003, p. 24). Para o

cerne da presente pesquisa, esta afirmação do autor português tem importante significado, visto que na realidade brasileira a situação aponta para uma gravidade social e sociológica ainda maior.

A despeito dessa constatação, Pais (2003) percebe que há entraves em se apreender tais dificuldades dos jovens mesmo pelos oficiais levantamentos de dados sociais. Esses estão sujeitos a maior incidência de variações e oscilações entre as diversas situações de ocupação.

Sendo assim, tornam-se necessárias especificidades, ou seja, maior detalhamento e flexibilidade do tratamento estatístico e das relações de pertencimento e de circulação dentre as diversas situações dos jovens. Estas situações estão na esfera do trabalho que transitam de maneira ainda mais incessante que os adultos entre desemprego, inatividade, emprego, formação, aprendizagem, trabalho clandestino, intermitente, parcial etc.

As dificuldades de inserção e estabilidade na esfera do trabalho e da renda condicionam, problematicamente, a resolução de outras dimensões como a moradia, a constituição e manutenção familiar e mesmo a vivência juvenil, pois a vida e a cultura juvenil requerem espaços e recursos específicos.

Tais problemas de inserção e permanência têm servido de motivação, segundo os entendimentos correntes e mesmo para os órgãos públicos, para os casos de comportamento delinqüente e antissocial entre os jovens.

Na fala de um dos jovens entrevistados neste trabalho, percebe-se que mesmo entre eles há uma percepção convencionalmente trágica entre a relação da juventude pobre e o comportamento delinqüente e atividades criminosas: “aqui mesmo na rua uns quarenta por cento foram pro dinheiro fácil” (Jonas, 28 anos).

Entretanto, mesmo convivendo com elevados índices de violência na sociedade, a relação entre criminalidade e precariedade sócio-econômica dos jovens não pode ser tratada de forma mecânica. Seria preciso considerar outros fatores e variáveis que distinguem trajetórias entre jovens de um mesmo meio geográfico, social e cultural, assim como a ausência de outros elementos de projeção mais social e coletiva que não permitem maiores expectativas.

Um cenário pessimista acerca do futuro da juventude visualizado pelas gerações adultas tem, portanto, se constituído e generalizado, e ao que parece Pais (2003) contamina a própria ciência social. Aqui, o autor coloca a questão de que a juventude limitada a um ‘problema social’ não traz espontaneamente uma problematização de cunho científico. Portanto, deve-se constituir uma problematização sociológica da juventude. Ou seja, deve se transformar o ‘problema social’ da juventude em problema sociológico.

A construção social da juventude, sobretudo com a atuação e divulgação das mídias,

produz imagens míticas do jovem e da juventude. A atuação da análise sociológica deve constituir em ‘interrogações’ acerca dessas imagens, desconstruindo falsas certezas e mitos, e explorando incertezas existentes. No lugar de uma representação social tomará lugar uma realidade sociologicamente construída.

Alguns jovens reconhecer-se-ão parte integrante desse mito, outros não. Entre os primeiros, o mito transforma-se parcialmente em realidade, formando-se entre eles uma espécie de «consciência geracional» que os leva a acentuar diferenças relativamente a outras gerações. Entre os segundos há o reconhecimento (quase sociológico) de que “ser jovem é uma experiência distinta daquelas que outros jovens vivem” (PAIS, 2003, p. 28).

Uma questão inicial que o autor apresenta como problema sociológico é acerca de “quais os fatores sociais determinam, em determinados períodos, a construção de determinadas fases da vida?” (PAIS, 2003, p. 29). Tal questão remete diretamente a busca de explicações acerca de como a juventude é constituída e reconstituída em meio às transformações dos processos sociais.

Para Pais (2003), juventude é uma categoria socialmente constituída, assim como outras fases da vida, em meio a um contexto econômico, social e político específico. Sendo assim, sujeita à modificações diante das alterações desses mesmos elementos constituintes do contexto sócio-histórico. Tais contextos fazem constituírem-se determinadas fases e grupos etários em ‘problemas’ que se tornarão visíveis e sensíveis a sociedade, como a infância, a velhice, a adolescência, a juventude.

A identificação de grupos e fases destacadas no conjunto social pode constituir-se em assimilação de elementos e características a eles referidos como constituintes de modos de vida ou, se identificados como ‘problema’ poderá gerar ações e políticas dos poderes públicos. O caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso são exemplos no Brasil, ainda que seja necessário frisar a pouca efetividade e materialidade dessas políticas.

As ações sociais e oficiais, diretas ou indiretas, afetarão as conformações e relações desses grupos etários na sociedade, sobretudo o tempo de duração e de passagem entre elas. No caso citado por Pais (2003), a questão de desemprego juvenil gera tanto ações relativas à formação profissional quanto de aumento do tempo de escolarização, ambos gerando uma extensão da juventude e um conseqüente adiamento da entrada na fase adulta.

A noção de juventude pode ser percebida e constituída socialmente quando um prolongamento entre a fase da infância (esta também em construção) e a fase adulta vão se dando e gradualmente gerando conseqüências cada vez mais agudas e perceptíveis ao conjunto

da sociedade como problemas de ordem social. Estarão então, instituídos uma fase e um grupo etário diferenciado de outros, a 'juventude', que, contudo, este não estará definitivamente constituído, visto que continuará a sofrer transformações diante das mudanças histórico-sociais.

Além disso, não se pode compreender que um grupo etário possa encerrar o entendimento acerca da categoria juventude. Apesar de uma aparente unidade, a noção de juventude carrega internamente uma gama de situações e configurações diferentes e sobrepostas em relação a outras posições dos indivíduos na sociedade e na história.

É possível que num determinado contexto histórico venha emergir apenas um determinado grupo de jovens de um setor social em condição de experiência juvenil como fase de vida deslocada das referências infantis e das referências adultas. Também é possível que em outros contextos, determinadas vivências de juventude, de determinados segmentos sociais não tenham a mesma visibilidade de outros setores juvenis. Entretanto, a juventude concebida como unidade tende a estabelecer uma referência abstrata constituída com base em um grupo específico que se faz de geral.

No Brasil, apesar dos apelos por 'qualidades juvenis' na sociedade e no trabalho, sobretudo relacionadas aos produtos de consumo e atributos físicos e estéticos perceptíveis na mídia, há elementos negativos relacionados à juventude como a rebeldia e a irresponsabilidade. Uma visão profundamente negativa de 'juventude perigosa', contudo, se dá mesmo é em relação aos jovens das camadas pobres e moradores da periferia das grandes cidades.

Para Pais (2003), não se deve falar em juventude como fenômeno sociologicamente homogêneo, pois se aparentemente assim se reveste o termo, quando olhado concretamente, apresentam-se atributos sociais distintos que diferenciam os jovens.

A sociologia da juventude segundo Pais, tem se posicionado nesses dois campos de entendimento do conceito uma vertente da unidade e uma vertente da diversidade.

Mesmo reconhecendo a importância das contribuições dos estudos que se localizaram na concepção da unidade, desde os estudos funcionalistas, está claro que a abordagem acerca da diversidade que compõe a juventude, é a que mais contribuições podem acrescentar aos estudos da condição juvenil, sobretudo à sociedade brasileira.

Além de evitar riscos de transposições mecânicas de análises de contextos bem distintos, a realidade dos jovens brasileiros, mesmo do conjunto da classe trabalhadora se constitui em um conjunto muito heterogêneo de práticas, comportamentos e valores, como se pode perceber, pelo menos, dentre os jovens entrevistados nesta pesquisa.

Assim, será argumentada de forma breve a orientação deste estudo em torno da

compreensão da juventude que aponte e atente para as suas feições e situações diversas. As principais abordagens conceituais da juventude, no campo da sociologia e da educação, têm tomado a sistematização de Pais (2003) como referência, conforme discriminado a seguir: “Não há, de facto, um conceito único de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados. A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias”. (PAIS, 2003, p. 37).

Pais (2003) classifica em seu texto essas diferentes teorias sobre a juventude em dois grupos. O primeiro será a ‘corrente geracional’ que entende a juventude com base na noção de fase de vida, nessa visão a juventude trata-se de um grupo geracional, portanto uma unidade social. Para essa corrente, o problema central da investigação acerca das gerações será a questão da continuidade e descontinuidade dos padrões e valores da sociedade a partir das relações intergeracionais.

Nessa corrente podem ser identificadas as teorias funcionalistas da socialização que concebem a juventude a partir dos problemas de socialização, vendo-os como disfunções que devem ser diagnosticadas e corrigidas. Uma segunda linha dessa corrente é a ‘teoria das gerações’ baseadas nas formulações clássicas de Mannheim (1982).

A corrente entende que os fenômenos das descontinuidades geracionais (as relações inter-geração) são a base da constituição da juventude. A descontinuidade se expressaria na forma de uma cultura juvenil diferenciada dos padrões predominantes. As relações intergeracionais menos contundentes poderiam caminhar para uma socialização contínua, ao contrário, as relações mais conflituosas e oponentes caminhariam para uma descontinuidade, um conflito geracional onde os jovens tenderiam a estabelecer formas próprias de socialização.

Renovação ou continuidade dos padrões sociais dependeria, enfim, dos resultados das relações intergeracionais. Para a corrente geracional os indivíduos se posicionam perante os acontecimentos e problemas da realidade social, conforme sua configuração geracional e sua cultura de geração.

Ainda que se possa creditar a presença de outras influências e variantes sociais, as determinantes geracionais estariam acima destas. O resultado é uma concepção que, de certa forma, naturaliza, ou simplifica as correspondências de determinadas faixas etárias às mesmas e determinadas motivações, interesses, comportamentos, indistintamente.

O segundo grupo de teorias, Pais (2003) nomeará de ‘corrente classista’. Esta fará oposição à noção de juventude como fase da vida indistinta social e culturalmente. Para essa corrente qualquer conceito de juventude acabaria sendo diluído nas relações de classe.

As culturas juvenis seriam, na verdade, ‘culturas de classe’, ‘culturas de resistência’, que buscariam soluções para as questões dos jovens de determinadas classes sociais.

Para Pais (2003), a posição teórica dessa corrente não consegue tratar as manifestações juvenis que mostram elementos extraclasses como questões relacionadas à moda, esportes, sexualidade, música etc. O autor questiona as abordagens deterministas de alguns trabalhos dessa linha teórica que concebem uma homogeneidade cultural (sem correspondente empírica), onde jovens de uma determinada classe social se manifestam e se portam com as mesmas concepções e valores, com as mesmas formas e sentidos (PAIS, 2003).

A posição que Pais (2003) adota diante das alternativas teóricas apresentadas, é um procedimento metodológico de corte antropológico aplicado em sua atuação investigativa.

Assim, mesmo destacando contribuições e potencialidades das duas correntes, geracional e classista, o autor faz uma ‘suspensão’ teórica que remete para uma relação ‘pré-teórica’¹² aos dados de caráter qualitativo das entrevistas que em geral são feitas com jovens. Ou seja, o aprofundamento analítico com base nas conceituações teóricas acerca das observações de campo não é definido *a priori*.

A investigação com base na realidade cotidiana dos jovens deve fazer fluir um diálogo entre as observações e conceitualizações. Nesse movimento de vai e vem, acredita Pais (2003), estar mais ‘aparelhado’ para compreender as determinações da constituição de condições e culturas juvenis concretas, se encontram mais relacionadas a questões de classe ou de geração, bem como o potencial de reprodução ou transformação social que cada configuração sociocultural dos jovens e ou de setores da juventude comportam em cada contexto. Nesse sentido é que este estudo também procurou caminhar nas tentativas de percepções da realidade e da manifestação de sentidos dos jovens entrevistados.

Nessa perspectiva também caminha Dayrell (2006), para quem “na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contextos sociocultural onde se inserem” (DAYRELL, 2006, p. 05). Nesse sentido, o autor compreende ser adequada uma abordagem a partir da idéia de ‘condição juvenil’ do que limitar-se a traçar conceitos de juventude.

Buscando separar a noção de ‘juventude’ e de ‘jovem’ geralmente confundida, Abad (2002) fará distinção entre ‘condição juvenil’ e ‘situação juvenil’. A ‘condição’ relacionando-se a como se constitui e se representa socialmente o momento ou a fase de vida da juventude e

¹² No sentido de que a teoria não deve comandar o processo de investigação. Nas observações qualitativas as análises se realizam de forma de idas e vindas entre a observação da realidade empírica e a conceitualização teórica num processo dialético (PAIS, 2003).

‘situação’ referindo-se aos percursos concretos vivenciados pelos jovens a partir de recortes sociais outros como de gênero, raça, etnia, classe.

Dayrell (2006), assim como Sposito (2003b), parece reforçar que são, na verdade, duas dimensões inseparáveis, constituídas no mesmo processo sócio-histórico, contendo tanto elementos do campo simbólico e de representação, quanto elementos das relações sociais, econômicas, políticas e materiais.

Por fim, para descortinar os enigmas que por vezes escondem os sentidos das formas de consciência, sentimento, de percepção e ação das diversas ‘juventudes’, Pais (2003) apresenta três questões gerais para a investigação acerca dos jovens: “Se os jovens compartilham os mesmos significados. Se, no caso de compartilharem os mesmos significados, o fazem de forma semelhante. A razão por que compartilham ou não, de forma semelhante ou distinta, determinados significados” (PAIS, 2003, p. 56).

As questões encampam as questões da relação dos jovens com o trabalho, com suas experiências e sentidos com relação ao trabalho, foco da presente pesquisa. E a partir dessas questões puderam ser percebidas diferenças e semelhanças importantes entre os entrevistados da pesquisa, que vão para além das diferenças apenas pessoais, mas que sinalizam questões relacionadas ao gênero, cultura profissional familiar, raça, entre outras variações que serão tratadas no quarto capítulo.

Além de construções de sentidos e significados das experiências de trabalho, entre os jovens, podem ser acrescentadas, também, as percepções sobre as continuidades e descontinuidades de valores e práticas relativas a essa relação na comparação com as gerações mais velhas.

Outra questão importante também levantada por Pais (2003) é a de como a juventude se vê diante dessa ampla e diversa construção social da sua imagem. Incluiria aqui, também, a importância das percepções correntes em relação a atuação dos jovens na esfera do trabalho, não só na sociedade em geral ou pelas políticas de Estado, mas na própria órbita das relações de trabalho.

Há tolerâncias e expectativas diferenciadas em relação à transição, preparação e efetivo exercício dos jovens quanto à inserção e consolidação na esfera do trabalho quanto aos diferentes grupos de jovens. Enquanto há uma legitimação da tradicional ‘moratória’ (de viver a juventude) para com os jovens das classes mais ‘altas’, há uma visão mais negativa dessa ‘moratória’ quanto aos jovens das classes mais ‘baixas’, principalmente se a desocupação em relação ao trabalho soma-se com a ausência desses da escola.

A maioria dos jovens da pesquisa empírica deste estudo traz essa característica de

inserção muito cedo na esfera do trabalho e de outros elementos da vida adulta como constituição família própria e filhos.

Na realidade não se trata só de valorações sociais e discriminatórias em relação aos diferenciados sujeitos, mas de condições e vivências realmente diferenciadas. Se for exagero expressar que os jovens das camadas pobres estão suspensos num tempo de espera, vazio, destituído de preparação e expectativas de futuro, haverá de se reconhecer que uma noção de ‘moratória’ juvenil aplicável à maioria da juventude brasileira só reveste de sentido se reformulada.

Para tanto, devem ser levadas em conta especificidades da realidade social e cultural desses jovens inseridos, ainda que parcial e precariamente, em todas as esferas da vida adulta (trabalho, filhos, família), além das esferas e dimensões propriamente juvenis (ABRAMO, 2005).

Dayrell (2006) relaciona as diversas dimensões que compõem a complexidade da categoria juventude no contexto contemporâneo, enfocando também a realidade dos jovens no Brasil. As transformações que vem gerando uma nova arquitetura do social vêm impondo uma multiplicidade e simultaneidade de experiências ao indivíduo, ampliando a sua esfera de construções simbólicas, implicando-o em dilemas de escolhas, ao mesmo tempo numerosas e inevitáveis.

O indivíduo se vê deslocado de antigas esferas de produção coletivas da experiência, uma ‘autonomização’, que produz uma ampliação da incerteza e insegurança (DAYRELL, 2006). As bases de uma transformação social global se encontram nas dinâmicas de reestruturação socioeconômica do capitalismo mundial, que por sua vez reordenará tanto a organização produtiva quanto as configurações do mundo do trabalho.

Desestruturação do mercado de empregos, maior desemprego, desassalariamento, informalidade, desregulamentação, terceirização, ampliação da exploração na aplicação tecnológica, foram as precarizações ocorridas nas duas ou três décadas. No Brasil, esse quadro afeta as diversas dimensões da condição juvenil. Heterogeneidade nas formas expressões e multiplicadas desigualdades de condições e acessos são as condições que permanecem no contexto impondo-se de forma mais problemática aos jovens das camadas mais pobres.

Segundo Dayrell (2006), as marcas da presença dos jovens no cenário brasileiro, nos últimos anos, vêm sendo através das formas de expressão e comunicação cultural e artística das diversas culturas juvenis. Comportamentos, atitudes, percepções críticas da sociedade e das instituições são expressas em diversas linguagens e manifestações. Um elemento novo no

cenário é a visibilidade que as camadas de jovens pobres urbanas alcançaram nesse campo, aparecendo com suas expressões próprias.

Tais manifestações implicam a constituição de espaços e agrupamentos de sociabilidade, auto-imagens positivas e construção de identidades cujos valores e críticas são afirmados perante a sociedade de forma crescente. Somam-se as expressões culturais as práticas de sociabilidades entre os pares, as turmas de amigos, nas atividades de lazer, esporte, diversão, rompendo com as marcas do mundo infantil, articulando maior autonomia frente as esferas adultas, com maior simetria e reciprocidade, estabelecendo vínculos afetivos e dialógicos para além da esfera familiar, ainda que predominando as relações nos mesmos estratos sociais.

Dayrell (2006) ainda adverte que não se pode deixar de fora a dimensão de conflitos e mesmo de intolerância, preconceitos e violências que essas dinâmicas de socialização podem gerar em relação à sociedade ou com relação a outras turmas e grupos.

Uma observação a ser feita aqui é a de que essas expressões, próprias da juventude da periferia das grandes cidades brasileiras, não estão isentas de incorporarem símbolos, valores e produtos da indústria cultural e, nem mesmo, de fornecerem elementos básicos para a produção de novos objetos dessa indústria. Ao contrário, a condição desses jovens é de grande vulnerabilidade aos apelos dos valores do mercado cultural e de consumo, mesmo reconhecendo as potencialidades de contestação e inquietação dessas manifestações culturais juvenis.

Na verdade, como alerta Zuin (2002), com uma observação da estrutura e da superestrutura social de forma mais ampla, constata-se a plena vigência dos processos de massificação da cultura com o propósito de mercantilização de produtos simbólicos, mas principalmente, com o objetivo de uma ‘reconciliação forçada’ entre o indivíduo e a sociedade.

O conceito de ‘indústria cultural’ exposta por Theodor W. Adorno¹³ (1996 apud ZUIN, 2002), estaria sendo considerado por muitos como anacrônico, diante da proliferação de produtos com marcas estéticas e identitárias próprias de grupos e indivíduos, que estariam em processos de plena interação e intercâmbio diante das possibilidades colocadas pelo avanço tecnológico e dos meios de comunicação. Assim, haveria vias de concretização de uma democratização da cultura e da sociedade.

Entretanto, esse aspecto aparente de individualidade de cada produto da indústria cultural que possibilitaria escamotear a hegemonia ideológica e permitindo uma validação do

¹³ ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Sobre a atualidade do conceito de Indústria Cultural. **Cadernos Cedes**, Campinas, n.54, 2002.

indivíduo, se desmascara quando se atenta para o fato de que, na verdade, são produtos padronizados (ainda que diversificados) reduzidos à sua condição e lógica de mercadoria. Assim, se faz necessário, segundo Zuin (2002), o resgate de uma formação emancipadora, necessariamente crítica, que se supere a falsa democratização da cultura e da sociedade.

Outra dimensão destacada por Dayrell (2006) será o trabalho. A condição de juventude das camadas pobres se dá ao lado da condição de precariedade social, frente à necessidade de garantir a sobrevivência própria e do seu núcleo familiar, e das dificuldades da esfera escolar. Tais fatores distanciam esses jovens das possibilidades de mobilidade e ascensão social.

O autor alerta para extremos de avaliações estigmatizadas ou romantizadas que arriscam entre uma imagem de jovem delinqüente ou de jovem trabalhador precoce. De qualquer forma, a condição juvenil própria das camadas populares no Brasil não pode ser caracterizada de forma generalizada como período de moratória e preparação. Na verdade, o trabalho, em suas diferentes condições, se constitui numa condição material e mesmo subjetiva de experiência juvenil, o trabalho também faz a juventude.

A vida escolar constitui-se numa dimensão fundamental da vida juvenil. Há, historicamente, uma relação de constituição mútua entre a instituição escolar e a construção social da juventude. A atividade escolar constituiu-se numa das vias de prolongamento de transição para a vida adulta. Contudo, como já abordado anteriormente, os processos de enfraquecimento das agências tradicionais de socialização incluem a escola.

Por um lado, a vida contemporânea amplia as demandas de formação e socialização pela via da forma escolar, por outro, seu papel de prescrever normas, conhecimentos e valores se chocam com os sujeitos que não mais se reduzem a condição de ‘alunos’, mas trazem consigo toda uma experiência e cultura social e juvenil.

A escola torna-se espaço de ações recíprocas dos sujeitos, os adultos que representam a instituição e os jovens. Fluxos e refluxos de força e resistências o cenário escolar contemporâneo tende a um conjunto heterogêneo de culturas, valores e sujeitos. A massificação escolar ampliou decisivamente esse espaço heterogêneo e de tensão com a entrada de estratos até então excluídos da escola.

Pode-se dizer que nas últimas décadas a escola foi ‘invadida’ tanto pela vida juvenil como pelas camadas populares. Há em parte uma inversão, onde a escola começa a ser apropriada pelos jovens e suas formas de interação e expressão gerando mais ou menos conflitos conforme a própria unidade escolar se reconfigura em função das demandas e potencial de renovação e negociação de seus grupos dissidentes e docentes.

As tensões no espaço escolar, portanto, não se resumem ao aspecto intergeracional,

mas também de classe, de cultura e uma série de outras marcas e limites identitários. No Brasil esse processo é ainda muito recente e seus contornos e prognósticos ainda são incertos, mas uma contradição que já se mostra clara é como a escola vem ampliando sua dimensão de espaço de socialização e ao mesmo tempo perdendo sentido como investimento pessoal no presente. Permanece, ambigualmente, o valor da educação escolar como promessa de futuro e de mobilidade no mercado de trabalho.

Essa relação entre educação e trabalho é elemento obrigatório para se aprofundar e pensar a perspectiva de construção de condições sociais e humanas mais justas e dignas para a juventude da classe trabalhadora brasileira. Far-se-á, porém, uma abordagem mais aprofundada junto às análises do ProJovem como política de educação profissional e de jovens e adultos.

Enfim, a abordagem acerca da condição juvenil até aqui apresentada, considerando a avaliação síntese de Abramo (2005), em *Retratos da juventude brasileira- análises de uma pesquisa nacional*, organizada pelo Instituto Cidadania e a Fundação Perseu Abramo, é um dos mais abrangentes e recentes levantamentos de dados da condição juvenil no Brasil.

Os resultados do levantamento apontam que os jovens brasileiros vivem com a estrutura material e afetiva familiar de origem. Suas vidas estão inseridas nas esferas do estudo, do trabalho e do lazer e diversão, variando a intensidade e qualidade conforme as referências e desigualdades de gênero, raça e classe.

O quadro da juventude é profundamente diversificado. Uma das grandes questões relacionadas aos mais adolescentes trata-se da qualidade e sentido da formação escolar, contudo metade desses já está de alguma forma, inseridos no trabalho, pois o acesso aos recursos de lazer é muito limitado.

Para os mais adultos (com mais de 20 anos) o trabalho ocupa 90% dos jovens (trabalhando ou em busca de trabalho) e o estudo é atividade de apenas metade desse grupo. O trabalho está, então, inserido plenamente na vida dos jovens no Brasil. Estes, não se colocam, portanto, apenas como projeção futura, ou preparação para a vida de trabalhador.

Também, não aparece como uma esfera anuladora da dimensão de suas vidas juvenis. A grande questão para esses jovens é o desemprego. Aparecem também preocupações quanto à qualidade das ocupações, sobre os difíceis empreendimentos para sua capacitação, e as dificuldades de conciliação do trabalho com outras dimensões.

A questão da educação apresenta um quadro de baixa escolaridade, precocemente interrompida e a ausência de possibilidades ou sentido retoma diante de uma condição já cristalizada de vida. O sentimento de ser jovem é diverso, mas predominam as noções de

menos responsabilidades e encargos financeiros. Além disso, há uma satisfação em ser jovem, como uma conquista em si.

Abramo (2005) se indaga a respeito do significado futuro dessa autovalorização positiva: se demonstram possibilidades de uma articulação de caráter geracional juvenil ou afirmações geracionais no seio de outras identidades: de classe, gênero, raça.

Outra possibilidade, menos positiva, seria tratar-se apenas do reflexo de um ‘paradigma cultural juvenil’ da sociedade contemporânea. Segundo os dados referentes ao perfil da juventude brasileira, conforme Abramo (2005), em geral, a maioria dos jovens parecem mais atraídos pelas demandas de viver a vida do agora do que as de preparação para a vida futura.

Assim, uma apreensão geral dos dados mostra que a juventude brasileira está menos relacionada com a idéia clássica de ‘moratória’ ou de espera e preparação, e está mais condizente com uma vivência de experimentação e inserção em todas as esferas do mundo adulto, mas de maneira diferenciada, própria, com suas marcas juvenis, sobretudo com menos encargos e compromissos, com vínculos menos definitivos, com mais liberdade e menos constrangimentos.

Considerando o contato com os jovens deste estudo, percebemos que apresentam autovalorização como jovens, ainda que em tons e significados diferentes, mas, em geral, muito relacionado a uma noção de duração de vida com falas do tipo “ainda sou nova, tenho um futuro pela frente”. Há um otimismo em relação ao futuro, mas o horizonte não se mostra, em suas falas, tão ampliado e ousado.

Parecem ficar contentes com algumas conquistas básicas como um emprego e condições de moradia, principalmente os que já constituíram família e outro que tem uma perspectiva estável de trabalho e profissão. Uma moratória como tempo exclusivo de preparação está fora de questão para esses jovens, independente da diversidade entre eles. Uma preparação para o futuro se relaciona à conjugação de estudo e trabalho.

Todos os jovens entrevistados têm na família, algum tipo de suporte de sobrevivência, mesmo os casados. Moram com parentes ou nos imóveis destes. Os casados, entretanto, estão à procura de maior independência e de espaço próprio.

As questões demandadas pela juventude brasileira, de forma mais aguda do que nos países centrais da economia capitalista, apontam para uma implicação de ordem estrutural da sociedade e da economia, visto que há aspectos de um tratamento subjetivo das esferas de interesse e necessidade, por outro, são indistintamente questões que estão presentes no ‘mundo adulto’ brasileiro, ou mesmo dizendo relacionado ao conjunto das demandas das classes trabalhadoras do país.

A demanda que se apresenta diante das dificuldades materiais e subjetivas expressas pelas experiências desses jovens é por transformações profundas da sociedade. Na verdade, se é necessário uma análise das especificidades sociais da juventude, para discernir campos de permanências e de transformações entre as gerações, essas especificidades têm de ser consideradas dentro da realidade social da classe e da sociedade em geral.

Não é possível, portanto, uma solução das questões apontadas pela realidade desse setor jovem das camadas pobres da sociedade brasileira, sem um amplo projeto de emancipação da própria classe. Não bastarão as ações compensatórias e mitigantes que se colocam no horizonte atual das políticas sociais e de juventude que, em geral, tem se traduzido como uma inclusão precária e 'excludente', como será aprofundado nos próximos pontos.

2.3 Políticas públicas e juventude

Para uma primeira aproximação da temática das políticas voltadas para a juventude, foi considerado pertinente concebê-las inseridas no campo das chamadas políticas públicas. Tais políticas, para uma compreensão sucinta, serão aqui entendidas, conforme a breve exposição publicada em artigo de Abad (2003), como ações desempenhadas pelo aparelho de Estado (nas suas diversas instâncias: municipal estadual e federal) e com suas dotações de recursos que visam enfrentamento ou solução de problemas da agenda política dos governos.

Para complementar, será acatada também sua concepção de Estado como expressão institucional das relações de poder e dominação estabelecida em determinado contexto histórico na sociedade, ainda que seja considerada uma definição simplificada, diante das complexas e polêmicas teorias e análises dos diversos campos científicos e filosóficos.

2.3.1 Política pública e Estado

Estado se constitui como articulador e instrumento de reprodução das relações de dominação através da coerção, cooptação ou repressão, e, simultaneamente, reproduzirá, nas suas ações, as tensões, contradições e conflitos resultantes dos processos de produção de desigualdades nas relações de classe, gênero, raça, cultura, região, geração, na dinâmica da sociedade.

A constituição de ações de governabilidade do Estado está, portanto, na dependência das correlações de poder e mobilização dos setores sociais e se expressam no campo geral da

política (*politics*). Desse campo mais geral da atividade política da sociedade se estabelecem o que, na América Latina, chama-se de políticas públicas (*policy*), ações inseridas num programa de governo.

Assim, pode-se perceber que, se por um lado, está imbuído na noção de políticas públicas um elemento de transformação social, visto que resultam da intenção de solução de problemas políticos e sociais, elas não deixam de ser, por outro lado, instrumentos de dominação.

Isto se dá porque as demandas e conflitos são transformados em ações institucionalizadas, que buscam o consenso, ou no mínimo uma articulação de interesses, controle cidadão e responsabilidade pública pertinente à ação do Estado (ABAD, 2003).

Para que uma política pública se estabeleça, é condição que esta se faça necessária como solução política diante de um problema. Ou seja, uma solução que busca uma implicação coletiva da sociedade em relação ao problema.

Um problema que demande uma ação política é fruto de demandas e conflitos que se transformaram em agenda política dos governos a partir do desencadeamento das correlações de forças no interior da sociedade e em relação ao Estado/governo.

Para Abad (2003), um ‘estado de conflito’ ou ‘demanda’ se transforma em ‘problema político’¹⁴ a partir da conjugação das seguintes condições: a) que exista uma mobilização de recursos de poder por parte de grandes ou pequenos grupos, ou de atores individuais, estrategicamente situados; b) que o estado de conflito ou demanda constitua uma situação de crise de calamidade ou catástrofe; c) que o problema seja uma situação de oportunidade para que os atores sociais adquiram ou incrementem seu capital político (ABAD, 2003).

Assim, a concretização de uma política de juventude, fruto da demanda de inclusão social e integração do jovem, ainda que proveniente dos conflitos e tensões sociais que emergem das contradições do sistema do capital, não representa por si, seguindo Abad (2003), uma disfunção (contradição) em relação ao sistema ou ao modelo de desenvolvimento tomado pelo capital e pela sua forma de Estado.

A funcionalidade das políticas públicas para a manutenção do sistema e dos planos de governabilidade do Estado é argumentada pelo autor ao constatar que as lutas emancipatórias,

¹⁴ Idéia semelhante apresenta Maria das Graças Ruas (apud SPÓSITO, 2003a) “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. A expressão ‘problemas políticos’ contrapõe a ‘estado de coisa’ que se entende por questões e situações sociais que ainda não tomaram lugar nas agendas políticas das instâncias do Estado. Segue-se aqui, a observação de Sposito [...] acerca do cuidado de não conceber o Estado (como definidor e executor de políticas públicas) limitado à esfera do poder executivo federal, mas, um entendimento que abarca o poder executivo, o legislativo, o judiciário, bem como o nível federal, o estadual e o municipal.

inclusive dos jovens, foram incorporadas pelo capital e sua forma Estado na reestruturação e estabilização da ‘lei de valor’, diluindo-se os componentes antagonistas dessas lutas.

Abad (2003) entende que a própria estabilidade política do Estado/capital depende dessas lutas libertárias, talvez pela possibilidade de sua afirmação como articulador/controlador das forças em conflito. Superar tal funcionalidade seria possível, para ele, se as políticas de juventude fossem inseridas dentro de uma dinâmica de construção da democracia e dos direitos humanos com controle dos gastos públicos sociais restringindo, a partir daí, o processo de reestruturação do mecanismo de reprodução do capital via políticas do Estado (ABAD, 2003).

Entretanto, o que este autor constata é que vem predominando, no Brasil e na América Latina, esse caráter funcional e instrumental das políticas de juventude. Ressalta ainda, o problema de uma classificação por parte de especialistas que as consideram como políticas setoriais e focalizadas, visto que se apresentam como ações em áreas bem delimitadas ou direcionadas a grupos bem específicos.

Outro ponto destacado por Abad (2003), e que se relaciona com as ressalvas acima, é que as análises das ciências políticas, sobretudo aquelas que dão foco aos aspectos técnicos das políticas públicas têm influenciado as análises das políticas de juventude com um viés ‘apolítico’.

Constatando, ainda, a ausência de uma reflexão filosófica e política nos debates sobre as políticas de juventude, sugere que o fortalecimento desse enfoque poderá contribuir com o desvelamento das interpretações institucionalizadas que constroem a seu modo os problemas políticos, bem como o conteúdo das demandas e dos conflitos dos jovens e sua relação com o mundo adulto, lembrando que “quem define o problema define também as suas estratégias de solução” (ABAD, 2003, p. 17).

Seria aqui o ponto em que, neste estudo, se define, de forma mais conclusiva o entendimento acerca do papel do Estado contemporâneo. Abad (2003), em suas considerações finais e propositivas parece entrar em contradição com suas definições acerca do caráter de classe do Estado.

Diante das absorções dos conflitos e do caráter funcional e de controle das políticas, parece tímida e limitada a proposta de simples controle social dos ‘gastos públicos sociais’ em detrimento de uma reversão em favor do capital.

Primeiramente, o Estado não controla os mecanismos de reprodução e concentração do capital, no atual estágio de desenvolvimento transnacional. São as grandes empresas transnacionais, que transpassam o Estado nacional, é que detêm o controle dessa dinâmica.

Além disso, e através disso, controlam também as definições das políticas do Estado.

João Bernardo¹⁵ (1998 apud SANTOS O., 2004) salienta que o ‘Estado amplo’, nas condições atuais do sistema, torna-se necessário incluir as grandes empresas, onde se tomam as decisões da organização central do sistema, a extração da mais valia, e as estratégias de reprodução e acumulação.

Cabe ao ‘Estado restrito’, seu papel clássico, de gestão intracapitalista, contudo, esvaziado cada vez mais, de poder estratégico do sistema. Pode-se então considerar que se a democratização do sistema significa apenas controlar os gastos do Estado, pelo público, aos poucos significa controlar nada.

Parece que a consideração de que o sistema e sua forma Estado, segundo Abad (2003), tendo conseguido incluir em seu metabolismo os conflitos e as lutas pela emancipação no plano da superestrutura política e ideológica, não há mais o que fazer, a não ser tentar administrar o capitalismo via políticas públicas.

Acontece, como se verá no capítulo três deste estudo, que as contradições não começam e não se encerram nesse plano. E mesmo no plano político e ideológico, as resistências e manifestações populares e de trabalhadores, ainda que com questões fundamentais para superar em sua organização e articulação da sua unidade, não permite tal vaticínio.

Entretanto, será identificado o que nesse marco da institucionalidade do Estado e das demais instituições do sistema têm se articulado, como ações em resposta às demandas colocadas pela juventude diante das transformações em processo nas regiões periféricas do sistema, como a América Latina e Brasil.

2.3.2 Políticas de juventude no cenário latino-americano

Antes da abordagem mais específica no contexto das políticas de juventude no Brasil, serão apresentadas breves considerações acerca do percurso geral dessas ações na região da América Latina e que trazem também, previamente, elementos conceituais e de análise comuns à situação brasileira.

A América Latina Constitui-se hoje, região de maior desigualdade social do mundo. O Brasil, ainda que se apontem algumas especificidades econômicas comparativamente positivas, não só se encaixa na situação estrutural (as condições materiais de existência) da região, como se constitui no caso mais representativo dessa situação iníqua, sob a qual têm

¹⁵ SANTOS, Odeir José dos. Reestruturação Capitalista, Educação e Escola. In.: FÓRUM NACIONAL DE PEDAGOGIA, Belo Horizonte, 2004. 24 p. Mimeografado.

de sobreviver, especialmente prejudicados, as crianças e os jovens do continente (BANGO, 2003).

Tal contexto regional, interconectado com o processo de desenvolvimento do capitalismo mundial, também chamado de globalização, produz uma intensificação dos processos de segregação.

Constitui-se um dualismo social, onde a parcela dos jovens das classes médias e altas encontra-se naturalmente integradas às dinâmicas da sociedade globalizada, enquanto, no mesmo espaço social, a parcela pobre, cada vez maior, deixando de ser necessária ao setor mais central de acumulação capitalista, é relegada à margem ou à esfera secundária da vida econômica e social.

O antigo ‘exército industrial de reserva’ que possibilitava uma desvalorização ainda maior sobre a força de trabalho se torna, nos marcos da acumulação flexível, um enorme ‘excesso de contingente’, usando ainda um linguajar militar. As novas gerações das camadas pobres da sociedade já surgem com o *status* de ‘desnecessárias’, não são sequer dispensadas visto que nunca estiveram inseridas.

Tal ruptura do modelo de inserção da força de trabalho e de acumulação coloca em questão, não só os parâmetros tradicionais da reprodução da classe trabalhadora, mas, com isso, os próprios paradigmas das relações sociais, ainda que no campo simbólico haja uma ‘inserção suave’.

Mas, ao se passar da lógica global à lógica das sociedades nacionais, o problema surge “quando o contingente maior de “desnecessários” passa a ser os seus jovens, porque isso significa um risco à sustentabilidade da sociedade em seu conjunto” (BANGO, 2003, p. 39).

Com essas análises, expostas de forma sintética no artigo de Bango (2003), foram tomadas como empréstimo as caracterizações estruturais, nas quais o autor busca assentar as condições sociais desiguais dos jovens na América Latina. Com base nessa perspectiva estrutural, o autor considera que se pode pensar e falar de diferentes juventudes conforme suas diferentes condições dentro dessa estrutura.

No caso particular da América Latina, ocorrem sociedades que coincidem no espaço social, mas crescentemente não o compartilham: “jovens integrados que fazem uso de sua ‘moratória de papéis’ contrastam com jovens em situação de desintegração ‘dura’, excluídos e ‘desnecessários’, os chamados jovens problema” (BANGO, 2003, p. 38-39).

Acrescentam-se ainda à sua análise, as transformações dos ‘agentes de socialização

tradicionais' (definidos como sistemas educativos nos níveis da família, os mercados de trabalho, os sistemas políticos e o próprio estado).

Tais transformações dizem respeito a desajustes e déficits do papel que estes agentes cumpriam no passado e que agora possuem dificuldades em se adequar ou se renovar conforme as transformações na estrutura do capitalismo mundial e mesmo na região (BANGO, 2003).

Tal 'desinstitucionalização'¹⁶, acompanhada da emergência de novas agências socializadoras, abre espaço para se perceber e falar de uma "juventude" definida por traços comuns de participação (desigual) numa esfera simbólica e de orientações culturais de caráter industrial e proporções globais.

Então, pode-se pensar como elemento de pressão por uma identificação de valores estéticos e culturais o mercado de consumo, as mídias globais e a indústria cultural (cultura de massa). Pode-se concluir, com o autor, que cabe pensar simultaneamente, sem dicotomias, em elementos que condicionam uma 'condição juvenil' em geral e pensar em 'situações juvenis' diversas e desiguais convivendo no mesmo espaço social latino americano. Essa dualidade e singularidade parece ser o caso brasileiro, como será visto no quarto capítulo.

Em seu artigo, Bango (2003) destaca dois momentos na história das políticas voltadas para a juventude na América Latina. O início de uma primeira etapa, na década de 1950, seria a implementação de políticas educativas buscando incorporação da juventude nos processos de modernização. A questão juvenil, contudo, emerge com força inédita na agenda das políticas públicas na América Latina em meados dos anos 80. Essa visibilidade é consequência, da forte presença dos jovens e a luta política pela democratização contra os regimes ditatoriais da região.

Tal presença se dava principalmente a partir dos movimentos estudantis, sociais e partidários, e impôs a atenção dos novos regimes às questões mais particularmente vividos pela juventude.

Nesse momento, o Ano Internacional da Juventude 1985 das Nações Unidas provoca reações positivas no cenário internacional e na região em torno do tema. A partir daí e com a atuação da Organização Íbero-americana (OIJ) articulando, influenciando e dando suporte aos Estados da região, se estabelece um quadro na década de 1990, onde quase todos os países da região têm implantados organismos governamentais exclusivos para abrigar políticas de juventude. Honduras e Brasil são as exceções.

Ainda no artigo do autor é apresentada uma síntese das tendências e enfoques das

¹⁶ Essas transformações apontadas pelo autor coincidem com a idéia de 'desinstitucionalização' já comentada e creditada a Miguel Abad (2002).

políticas de juventude na América Latina. Inicia com o enfoque da incorporação dos jovens nos processos de modernização. Significando, na verdade, o investimento do estado nas políticas educacionais com uma expansão importante da escolaridade a partir dos anos 1950. Teve efeito positivo na mobilidade social dos jovens das camadas mais pobres, mas se deteriorou e estagnou seu potencial de inserção e ascensão, concentrando efeitos sob as camadas médias e altas.

Contudo, ainda é o investimento estatal mais preponderante em termos de política voltada à juventude. Em seguida, aborda o enfoque do controle social. Às camadas pobres, consideradas automaticamente como delinqüentes, eram direcionadas as ações de ‘controle social’ que permitiram a caracterização dos jovens pobres como ‘menores infratores’.

Esse enfoque surge, das ações de supressão e repressão dos governos autoritários dos anos 60 e 70 que buscariam enfrentar as mobilizações estudantis e dos demais jovens no campo político e da guerrilha. Logo após, trata do enfoque do ‘jovem problema’.

Bango (2003), aí se refere às ações em caráter de emergência (emprego temporário, assistência sanitária, alimentação) dos Estados em transição democrática ao final dos regimes autoritários, que buscavam dar respostas compensatórias ao agravamento das condições sociais na década de 1980, que, ao mesmo tempo em que atingia, sobretudo, a parcela mais jovem, das camadas pobres, provocavam reações conturbadas e violentas por parte da população dos centros urbanos.

As políticas desse período não se dirigiam oficialmente à população juvenil. Entretanto, a maioria dos beneficiados eram os jovens, considerados prioridades diante de sua exclusão social e potencial delinqüente e fator de insegurança cidadã.

Tal configuração de prioridades contribuiu, conforme Bango (2003), para aumentar o estigma da condição juvenil, e finalmente, a descrição dos enfoques das políticas de juventude com a visão dos jovens como ‘capital humano’.

Essa tendência está sustentada nas bases da ‘teoria do capital humano’. Segundo Frigotto (1999) o conceito ‘teoria do capital humano’ surge entre os anos 1950 e 1960, num momento de limite da generalização do modelo fordista de desenvolvimento da produção capitalista.

A ‘teoria do capital humano’, segundo Frigotto (1999) busca dar explicações para as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações, entre as regiões, entre os grupos sociais e entre os indivíduos. Na verdade, serve de instrumento ideológico para explicar as diferenças, a necessidade de investimento em ‘capital humano’ para se superar as desvantagens diante de uma inexorável competitividade.

Tal modelo de explicação se tornou base dos modelos de superação do subdesenvolvimento apregoados pelos organismos internacionais com O Banco Mundial, a Organizações das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, entre outras.

A ‘teoria do capital humano’ reaviva-se como instrumento político e ideológico com a superação do modelo fordista e emergência das formas flexíveis da produção. Trata-se de dar sustentação às demandas de eficiência e produtividade advindas com as ações do capital em sua conjuntura de crise.

No Brasil, segundo Frigotto (1999) a presença desse referencial teórico do “capital humano” já estava presente nas reformas educacionais de 1968 (reforma universitária) e de 1971 (reformas do 1º e 2º graus).

Para Bango (2003), essa tendência de enfoque das políticas de juventude, trata-se da generalização das políticas voltadas para a incorporação de jovens excluídos no mercado de trabalho como tentativas de se buscar saídas econômicas após a década de 1980, marcada por forte recessão mundial.

A idéia seria o investimento na formação de recursos humanos como condição central para o crescimento econômico. Essa estratégia está relacionada à reestruturação produtiva e competitiva via investimento em capital fixo, novas tecnologias com potencial de ampliação da mais valia, relativas com o aumento da produtividade do trabalho.

Bango (2003) previne que estas tendências e enfoques não se referem a uma tipologia, visto que não se concretizam em formatos puros e integrais, também não obedecem a um ordenamento cronológico, pois, apesar de se apontar os inícios de tais tendências, elas acontecem de forma às vezes contínuas e às vezes reincidem em diversos locais e momentos da história recente da região.

Por fim, no referido texto, Bango (2003) alerta sobre algumas dificuldades e limitações que as políticas de juventude vêm enfrentando no continente e que, portanto, superá-las constitui parte dos desafios de hoje.

O autor ainda faz um alerta para a atenção indispensável a ser dada à juventude como ‘categoria relacional’, para permitir um tratamento da diversidade, das desigualdades e, portanto, da complexidade que requer pensar a juventude como recorte de análise em meio ao conjunto das relações sociais entre os diversos sujeitos.

Pode-se dizer que a diversidade não implica um tratamento focalizado e segmentado, com prescrições esquemáticas e para um ou diversos setores carentes de determinadas necessidades. As políticas de juventude devem estar relacionadas com um projeto global de desenvolvimento estratégico e social e envolver um planejamento intersetorial.

Outro ponto importante para analisar uma macropolítica social é a relação Estado e sociedade civil nas definições e execuções das políticas. Incluem-se aí as organizações e instituições diversas e as especificamente da juventude, bem como, os setores pouco ou não organizados dos jovens. Essas definições e execuções das políticas de juventude devem ter como eixo orientador, a geração de condições para a efetiva cidadania dos jovens, dando a estes o poder de protagonizar, não só acerca das questões específicas de seu grupo social e geracional, como também as ações relacionadas ao conjunto das demandas da sociedade.

As relações do Estado e seus organismos de políticas sociais e de juventude com a sociedade e com os jovens, o respeito às reivindicações e iniciativas de participação destes devem abrir possibilidades de se constituir um instrumental metodológico para a implantação de ações voltadas para a juventude.

Estas ações podem evitar, possivelmente, um quadro que se tem verificado onde, mesmo tendo a continuidade de certas políticas ou programas, os jovens, público a quem se destinam as ações, está cada vez mais ausente.

Assim, o acúmulo e sistematização de conhecimentos relacionados às questões dos jovens é outro ponto ainda por se reforçar, no campo das políticas de juventude. Tal ação de reforço deve caminhar, segundo Bango (2003), na direção da articulação dos organismos de juventude da esfera do Estado com as universidades, com as organizações da sociedade civil e com as organizações juvenis, na perspectiva de geração de pesquisas, desenvolvimento e fortalecimento institucional e formação de recursos humanos para este campo de ações.

Para a sociedade, tal acúmulo e sistematização de conhecimentos devem se articular com outros esforços de análise da realidade social em nível local e global, a fim de possibilitarem articulação e elaboração de ações que façam avançar os processos de emancipação social e significar de fato a superação das amarras do capitalismo e do subdesenvolvimento.

Com esse propósito, poderão ser consideradas algumas ações do Estado acerca dos jovens brasileiros.

2.3.3 As políticas de juventude no Brasil

A análise da estrutura sócio-econômica, constituída nos processos de desenvolvimento capitalista no continente, apresenta como a realidade brasileira se integra ao contexto geral da América Latina.

As desigualdades sociais, a simultaneidade da convivência de temporalidades históricas

distintas entre as iniquidades arcaicas e modernas, bem como a emergência de elementos de modernidade, sobretudo no campo das relações e da mercantilização de bens simbólicos, do controle da informação e do conhecimento, são correspondentes com a realidade geral do continente

Não há no Brasil, garantias de direitos universais como saúde, educação, emprego, alimentação para todos. A sociedade não obtém esses direitos mais elementares e, no entanto, “[...] vivemos, contraditoriamente, os dilemas das novas formas de sociabilidade e de constituição da subjetividade no interior do movimento de globalização que constitui as sociedades atuais”, como reflete (SPOSITO, 2003a, p. 58).

Entre os jovens no Brasil percebem-se nitidamente as demandas de inserção, acessibilidade e consumo de bens materiais e simbólicos, de tecnologias, linguagens e deslocamentos que, em que pese as especificidades de região, gênero, raça e classe, atingem o conjunto das gerações jovens e, entretanto, a maioria não tem sequer condições e assistência à saúde. Na educação, o baixo patamar de escolaridade básica, conforme Sposito (2003a), coloca a situação do Brasil em nível ainda mais baixo que a do continente.

A ausência, por um lado, de um amplo movimento por transformações estruturais que possam constituir uma democracia substantiva e por outro, a mobilização de setores e movimentos de caráter específicos dentro da sociedade, estabelece pressões, ainda que segmentadas, em direção ao estabelecimento de ações e políticas.

Tais pressões multipolarizadas da sociedade e a inexistência de um plano político social de ordem global e integral que aponte para uma democracia substantiva, por parte do Estado, estabelecem um campo de disputas no interior da máquina administrativa dos recursos públicos das instâncias governamentais. Nesse cenário, no campo da juventude, também emergem iniciativas e experiências importantes que compõem um quadro mais geral das lutas sociais, ainda que estas venham passando por momentos de relativa imobilização.

Como exposto até o momento, com Abad (2003), a transformação de um ‘estado de conflito’ ou demanda para se inscrever como política ou ação pública deve tornar-se uma questão política, uma questão que o Estado tem de se implicar e produzir encaminhamentos concretos na sua direção. Tal processo de inscrição é levado a cabo pelos atores sociais envolvidos e interessados na questão a partir da dinâmica social.

No caso das políticas de juventude no Brasil é preciso que se atente mais para os atores que avançam para as necessidades e demandas dos jovens para o campo dos direitos. Portanto, é necessário aprofundar a compreensão acerca dos jovens desde sua diversidade de condições sociais mais concretas, bem como, e mais desafiador, suas diversas configurações

identitárias e de subjetivação. É preciso, portanto, atentar para os conflitos que disputam as representações acerca da juventude dentro do mundo adulto e, também, entre os próprios jovens.

No campo da análise das políticas públicas de juventude pode-se entender que avançar tal compreensão acerca dos atores dentro da complexa condição juvenil no Brasil, é fundamental para se perceber e, principalmente, superar determinadas tendências de concepção e representação acerca da juventude em geral e dos jovens das classes pobres em particular, dominantes na sociedade e que vêm correspondendo à visão predominante no Estado.

Foi possível perceber que Bango (2003) sintetiza as concepções de juventude predominantes na sociedade civil com forte impacto nas políticas de juventude na América Latina. Para o caso brasileiro, se se tomar como referência as análises de Carrano e Sposito (2003), tais concepções não se diferenciam: a) tratamento dos jovens como problema social, ligados às questões da violência, drogas e desemprego; b) a necessidade de integração instrumental dos jovens nas esferas de uma modernidade tecnicista e produtivista via escolarização; c) o tratamento da juventude (ou de parte dela), como capital humano no qual o investimento em atividades de qualificação adequada às demandas do mercado deverá obter o máximo possível de rentabilidade; d) e por fim, o ‘controle social’ dos jovens pobres e marginalizados que põe em risco a sociedade.

Mais recentemente, ainda que não sejam predominantes, os autores percebem a emergência de atores (ONGs e jovens organizados) que pressionam por ações políticas que reconheçam os jovens como sujeitos de direitos, entretanto não se trata de ações públicas efetivas.

É interessante lembrar que a esfera do Estado, conforme Abad (2003), assume o papel de expressar institucionalmente as relações sociais dominantes, mas exatamente por isso, reflete muitas vezes as tensões e conflitos dessas mesmas relações.

O campo das políticas (*policy*) mantém-se como campo de disputas políticas (*politics*) e podem-se, então, concluir que há um caráter ativo das ações, que impacta a sociedade na criação de ‘novas’ percepções e representações acerca da juventude¹⁷.

O tratamento das questões de juventude transformadas em políticas de juventude é,

¹⁷ Exemplo desse caráter ativo de uma política pública o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem sendo mencionado por diversos autores do campo. Contudo, também nesse exemplo, podemos ver que, ainda que transformadas em normatizações legais, as orientações de uma política continuam permanecendo num campo de conflitos e disputas podendo resultar em retrocessos e limitações aos avanços sociais e de direitos. O (ECA) vem, nesse sentido enfrentando questionamentos na sociedade civil (sobretudo nas disposições da grande mídia) com reflexos em setores do estado, principalmente no legislativo, caso do debate da redução da faixa etária para responder processos criminais.

também, expressão da relação entre Estado e sociedade civil e, mais uma vez, a constituição democrática dessa relação dependerá das correlações de força reais no seio da sociedade¹⁸.

Pode-se observar, assim, que a emergência do debate e de ações com concepções de juventude avançadas na direção da integralidade dos direitos, no campo da sociedade civil (grupos de jovens, movimento estudantil, ONGs, partidos e centrais sindicais), não encontram, necessariamente, espaços democráticos de interlocução na esfera do poder público.

Mesmo quando setores deste se sensibilizam e põem em formulação algumas ações no campo da juventude, estas ações não têm efetivado a autonomia necessária para estabelecer o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito e nem se fazem como ações integradas numa formulação global de políticas de desenvolvimento social.

Ao contrário, mesmo que seja inegável que, no Brasil, as questões de juventude estejam inscritas nas agendas das políticas do Estado (ainda que recente e tardiamente) a tendência é permanecer uma postura desconfiada dos jovens e das ações que lhes conferem reconhecimento, configurando-se ações que ainda representam a assistência, a tutela e o controle, mesmo que discurssem sobre seus direitos e a importância de seu *protagonismo*¹⁹.

Tomando como referência a descrição de Carrano e Sposito (2003) tais ações iniciam nos anos 90 com as campanhas direcionadas às questões de saúde dos jovens e adolescentes (com nenhuma ou bem pouca participação ativa desses): relacionadas à Aids e demais DSTs, à gravidez precoce, ao uso de drogas.

Em meados dos anos 90, constituem-se programas voltados para a redução e prevenção da violência juvenil, cujas ações são focadas nas escolas, ou comunidades das periferias das grandes cidades. Esses programas parecem responder às preocupações e sensações de insegurança produzidas, em parte, pela ascensão dos índices de violência que envolvem os jovens, principalmente os das camadas sociais mais afetadas pela crise sócio-econômica dos anos 80/90.

E pela irrupção de rebeliões nas instituições do tipo prisionais, bem como das ações de violência e intolerância de jovens de setores médios da sociedade, como os grupos de hostilização e eliminação de mendigos, homossexuais, nordestinos.

¹⁸ Assim, a possibilidade de uma classificação usual das políticas como: “para”, “por meio de” ou “com” não pode ser apenas derivada (ingenuamente, conforme Sposito (2003a); das representações de juventude, mas é dependente da disposição de abertura ou restrição de uma participação política efetiva, na formulação e implementação, dos setores sociais implicados ou a quem são direcionadas as ações políticas.

¹⁹ O termo ‘protagonismo’, na forma como amplamente tem sido compreendido e utilizado nos projetos e análises governamentais e não-governamentais tem despertado críticas de alguns autores quanto à sua real efetivação, como Sposito (2005).

No setor médio, se tomariam mais presentes as notícias sobre os casos de violência de jovens contra a própria família. Todas essas situações reais tiveram, por outro lado, uma forte exposição na mídia nacional tratadas de forma sensacionalista e com posicionamentos negativos claros e insistentes em relação aos jovens, sobretudo, das camadas pobres urbanas.

Mais no final da década, aparecem programas mais preocupados em lidar com a situação do agravamento do desemprego e ocupação informal dos jovens em um contexto de esvaziamento das políticas sociais, orientado pelas ações de reestruturação do estado, desregulamentação das relações de trabalho, bem como de novas formatações (flexibilização) dos processos de produtivos na economia capitalista globalizada.

No final do governo Fernando Henrique Cardoso, os autores contabilizam em seus levantamentos, 33 programas federais (assentados em diversos setores da administração) que, de alguma forma, se relacionam com segmentos de jovens.

A avaliação geral que fazem Carrano e Sposito (2003), desses programas é, primeiramente, a ausência de uma política mais global e integrada que reconheça os jovens como cidadãos, sujeitos e possuidores de direitos, e que os integrassem, a um projeto de desenvolvimento econômico e social e de nação para o país, com suas contribuições e condições definidas e sustentadas.

Assim, a observação a seguir é a constatação de que os programas tratam de problemas focalizados e voltados para segmentos específicos de jovens, em geral para os problemas e carências que afetam a seguridade social. Outra observação é a de que falta de interlocuções com os jovens na elaboração e implementação dos programas voltados para eles.

Em suma, prevalece a concepção de políticas de juventude como ações voltadas para reduzir as carências e os efeitos problemáticos da pobreza dos jovens brasileiros, reduzindo-se, também, os ‘riscos’ que esses jovens impõe à sociedade. Há claramente uma inversão perversa do senso; os problemas enfrentados pelos jovens nas condições em que se inserem são personificados na imagem desses próprios jovens. Uma espécie de ‘criminalização da vítima’.

Carrano e Sposito (2003) apresentaram em seus levantamentos ações nas esferas municipais desses diferentes programas federais, principalmente nas grandes cidades e capitais administradas por coligações políticas autodenominadas ‘democráticas e populares’.

Com o processo gradual de abertura política pós-ditadura, o poder público local (municipal) sofreu as pressões sociais e dos movimentos organizados, inclusive de jovens, mais rápido e intenso que as esferas estadual e federal.

O elemento mais destacado pelos autores que diferencia a gestão dessas administrações

com reflexos para as políticas sociais será a implantação dos Orçamentos Participativos (OPs). Em relação às políticas de juventude provenientes desse poder local é constatada uma grande diversidade, digamos, de forma e conteúdo.

As ações e programas desenvolvidos pelos organismos municipais vinham embasados por experiências das ONGs ou em parcerias com estas. A diversidade de enfoque, de orientação política, de concepção de juventude e de metodologias de trabalho dessas ONGs, também caracterizou a diversidade das orientações das políticas de juventude no âmbito dos municípios.

Essas ações na esfera municipal tiveram uma acentuada expansão a partir de 2001, ano de renovações políticas municipais. Resumidamente, os autores apontam avanços importantes na constituição de políticas de juventude, mas também, identificam antigas e novas limitações e desafios indicando que ainda há um caminho longo pela frente.

A criação de organismos específicos (em geral coordenadorias) para a gestão de políticas de juventude é apontada como elemento fundamental de avanço, ainda que tais estruturas sejam muito limitadas quanto ao poder de decisão política e de recursos públicos e muitas vezes, são mesmo, relegadas à figura decorativa dentro da máquina administrativa.

Em geral a estrutura institucional, voltada para as políticas de juventude, é composta de coordenadorias de juventude que tem papéis diversificados em cada município, mas basicamente, articulam ações e recursos dentre as demais instâncias setoriais dentro da administração e estabelecem parcerias e interlocuções com organizações da sociedade civil, sobretudo visando implantação de projetos e programas.

Ainda que esses espaços renovados de gestão de políticas tenham possibilitado o aparecimento de concepções e ações avançadas em relação às políticas de juventude, apontando para ações que partissem da preocupação em integrar os jovens no campo dos direitos e do reconhecimento de suas especificidades de sociabilidade e identidade geracional e cultural, o que predominou no conjunto das motivações das ações, ainda foi a permanência de uma concepção de juventude como problema, como carências a serem superadas (CARRANO; SPOSITO, 2003).

As limitações das experiências municipais que os autores apontam não se distanciam da caracterização mencionada por Carrano e Sposito (2003), feita por Rua²⁰ acerca da formulação e implementação de políticas públicas no Brasil: a) **fragmentação**, visto que não há ações constituídas como partes de estratégias mais globais das políticas sociais e

²⁰ (apud CARRANO; SPOSITO, 2003).

mesmo de políticas de juventude; b) **competição interburocrática**, pois, sem poder de mando e recursos próprios, as ações dos novos organismos se veem na dependência de recursos de outras instâncias de decisão financeira e administrativa. Além disso, os atores das políticas de juventude têm de disputar com outros programas e ações sociais por recursos limitados para a área social, uma “competição entre pobres” estabelecida pelo mecanismo da focalização; c) **descontinuidade administrativa**, interrompem-se e recomeçam-se ações e programas a cada constituição nova de governo ou mesmo de mudança do secretariado ou dos gestores dos organismos; d) **ações a partir da oferta e não da demanda**, resultado do processo de transformação das demandas em políticas de articulação e controle do Estado, como descreveu Abad, bem como da ausência de um projeto global de transformação e emancipação social; e) **clivagem entre formulação/decisão e a implantação**, além da questão da ausência de espaços de interlocução e participação na formulação e decisão das ações, fundamental na constituição democrática das políticas. Outra questão se apresenta problemática, o distanciamento entre a idealização/elaboração das ações e a implantação, em geral, sem a estruturação e sem a garantia de recursos de tempo, materiais e humanos necessários.

A rigor são questões que perpassam as ações do Estado restrito limitadas à esfera da administração de conflitos e do controle social ainda que com poucos recursos destinados a esse fim. Essas também serão as características que necessariamente se apresentaram nas análises acerca da formulação e execução do ProJovem, programa que será definido pelo governo atual como a política para a juventude. Faremos a análise desse programa no segundo capítulo.

2.3.4 As políticas de juventude e seu contexto na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Será feito aqui uma breve exposição e análise dos dados estatísticos e elementos básicos mais relevantes para a visualização do contexto estrutural e político da condição juvenil em Belo Horizonte, local das experiências dos jovens investigados.

Serão tomados como base de dados e de análise o relatório parcial da pesquisa: *Juventude, Escolarização e Poder Local*²¹ (DAYRELL, 2005). Os dados desse relatório

²¹ “Juventude, Escolarização e Poder Local” é uma pesquisa nacional, coordenada pelos profs. Marília Sposito (ano?) (USP) e Sérgio Haddad (PUC-SP), que tem dois eixos centrais, mapear e analisar as ações municipais destinadas à juventude e a Educação de Jovens e Adultos, em 75 cidades do Brasil. Neste texto estamos analisando apenas as políticas públicas para a juventude do relatório feito pelo Professor Doutor Juarez T. Dayrell da Faculdade de Educação da UFMG, coordenador do Observatório da Juventude da UFMG e membro da

deveriam ser alvo de atenção e constantes atualizações para se perceber as condições e modificações da realidade local dos jovens e para uma efetiva ação das políticas públicas.

Belo Horizonte, capital do estado, compõe um complexo urbano, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), atualmente com 39 municípios. A cidade tem uma população de cerca de 2.400.000 habitantes, economicamente ativa de 51%.

O município tem como atividade econômica predominante o comércio e a prestação de serviços, com as atividades industriais predominadas nas cidades do entorno da capital, sobretudo em Contagem e Betim.

O índice de exclusão social de 0,710²² no levantamento nacional reflete o percentual dos 18% da população que vive em condições de precariedade urbana e social. Ainda assim, a cidade está no 6º lugar nacional.

A população de jovens de 14 a 29 anos na cidade de BH está em torno de 652 mil, representando um percentual de 28% da população segundo dados do IBGE de 2001. O relatório da pesquisa cita dados quantitativos da Fundação João Pinheiro referentes à situação de trabalho dos jovens.

Cerca de 55,9% dos jovens de 15 a 17 anos e 30,8% dos jovens de 18 a 24 anos da RMBH estavam desempregadas em 2004. O índice da faixa etária logo acima, de 24 a 39 anos, era de 15,4% e o índice geral de desemprego na cidade era de 19,3%. Os índices mostram o desemprego afetando gravemente, pelo menos em dados quantitativos, as gerações mais novas.

Constitui, também, defasagem significativa para estas gerações, os níveis de rendimento comparando-se com faixas etárias mais elevadas. O rendimento salarial médio geral era de R\$ 742,00. Para os jovens na faixa de 18 a 24 anos era menor: R\$ 424,00, e menor ainda, para os jovens na faixa de 15 a 17 anos: R\$ 213,00.

Esta realidade do município acompanha as tendências das políticas socioeconômicas do país, marcadas, por sua vez, pelos movimentos de reestruturação produtiva e comercial do modelo de desenvolvimento capitalista pós anos 1970. Tal análise das condições estruturais e conjunturais do capitalismo mundial e nacional será desenvolvida no terceiro capítulo dessa dissertação.

Para frisar essa conjuntura dos anos 90, que impactou negativamente as condições econômicas e sociais e de trabalho, bem como as políticas econômicas do Estado brasileiro,

coordenação local da pesquisa nacional “Juventude, Escolarização e Poder Local”.conforme cita Dayrell (2005).

²² Índices de Exclusão Social dos Municípios da Pesquisa. Fonte: Atlas de Exclusão no Brasil. Pochmann, 2003, citado por Dayrell, 2005.

manter-se-á a passagem de Pochmann²³ (1998 apud DAYRELL, 2005):

O desemprego juvenil, sem paralelo na história nacional, emerge como um dos problemas mais graves da inserção do jovem no mundo do trabalho. Além disso, as ocupações que restam aos jovens são, na maioria das vezes, as mais precárias, com postos não assalariados ou sem registro formal, pois encontram-se praticamente bloqueadas as portas de ingresso aos melhores empregos. O quadro de escassez de empregos, em meio ao elevado excedente de mão-de-obra, torna os jovens um dos principais segmentos da população ativa mais fragilizados. (POCHMANN²⁴ 1998 apud DAYRELL, 2005, p. 07).

Além dos baixos índices de emprego e renda, o relatório informa acerca das condições das atividades de trabalho dos jovens que sobrevivem de ‘bicos’ e empregos precários.

Dayrell analisa que tais condições de trabalho, além de constituir-se em difíceis condições econômicas de vida, refletem também, na subjetividade dos jovens em relação ao valor do trabalho, onde predomina uma relação instrumental em torno da renda.

O autor considera que as atividades de trabalho não se constituem em componentes de formação de um universo cultural desses jovens, perdendo, portanto, seu elemento de expressividade e realização pessoal se limitando ao nível da obrigatoriedade estabelecida como sobrevivência.

Dessa situação Dayrell (2005) conclui que as ações do Estado em torno de programas de qualificação e inserção desses jovens no mercado de trabalho não tiveram os efeitos esperados.

O relatório identifica (sem estabelecer, necessariamente uma relação de causa e efeito) que esses mesmos jovens, com difíceis condições de inserção e permanência no mundo do trabalho são os que, também, tem sérias dificuldades na formação e na relação com a instituição escolar, atividade e instituição que deveriam, segundo o autor, ser prioridade para sua faixa etária.

Nesse campo da vida escolar, é alto o índice de exclusão dos jovens das camadas mais pobres da população. Tal quadro se manifesta pela saída da escola de uma grande parcela dos jovens devido aos processos de exclusão social e, também, especificamente escolar, pela defasagem ciclo/série e idade, dos índices de reprovação e de analfabetismo (3,6% homens 5,5% mulheres IBGE 2000) e analfabetismo funcional (12,5%).

²³ DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude, Escolarização e Poder Local, Relatório da Primeira Fase da Pesquisa:** Políticas Públicas de Juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2005. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/rel_mgl.pdf.

²⁴ DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude, Escolarização e Poder Local, Relatório da Primeira Fase da Pesquisa:** Políticas Públicas de Juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2005. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/rel_mgl.pdf.

A política de educação do município parece não avançar rumo aos interesses e demandas dessas camadas sociais. Apesar de se estabelecer um grande debate no final da década de 1990, acerca de uma proposta emancipadora e democrática de educação, antes e depois da implantação da proposta educacional Escola Plural, os gestores desse setor parecem ter cedido muito cedo ao retrocesso das políticas fáceis de universalização sem garantias de qualidade, de ações arbitrárias sem participação das comunidades, dos estudantes e dos profissionais da educação.

Nesse quadro de rigidez das estruturas e prescrições de diretrizes, voltadas exclusivamente para a produção de índices das avaliações externas e institucionais, fica impossível às escolas públicas, que atendem à parcela pobre da cidade, constituir processos de formação emancipadora e integral dos jovens que vão para além dos conteúdos escolares formais, mesmo naquelas onde o grupo de educadores seja mais crítico, consciente e sensível com as demandas e interesses desse setor social.

Diante desses dados deve-se concordar com Dayrell (2005) que o município, assim como o país, está longe de garantir uma universalização e uma democratização da educação de qualidade para os jovens.

O texto descreve acerca do pouco acesso aos espaços de formação e informação que serão citados a seguir, e reduzida formação de costumes da maioria mais pobre dos jovens da cidade, sobretudo negros, em relação a outros espaços de formação e informação como os meios digitais, de atividades de leituras de cultura literária, de produção cultural e artística, e mesmo de ampliação do repertório de lazer e esportes.

O complexo contexto da violência em que vivem os jovens de Belo Horizonte é outro aspecto significativo da realidade destacada no relatório. Segundo o autor, baseando-se nos altos e crescentes índices de homicídios envolvendo jovens na faixa etária de 15 a 24 anos (75,4 homicídios por cem mil jovens), a violência no contexto juvenil na cidade é alta, apesar de comparativamente menor que em outras regiões metropolitanas.

Um último aspecto abordado no relatório trata-se da participação dos jovens da região em grupos sociais e de ações coletivas. O baixo percentual (cerca de 20%) de participantes em grupos de alguma natureza tem ainda outra limitação: a pouca diversificação de tipos de grupos que participam.

A grande maioria da atuação dos jovens se dá principalmente nos agrupamentos religiosos, esportivos e outros mais informais. A participação em agremiações mais tradicionais como partidos políticos e entidades do movimento estudantil, e mesmo em grupos culturais e conjuntos artísticos, representa menos de 5%.

A maioria da juventude da cidade não possui noção de seus direitos de cidadania, estando sempre num estado de insegurança e instabilidade quanto ao futuro. Diante desse quadro de pouca participação em ações coletivas e pouca ciência de direitos de cidadania o autor entende que “Podemos afirmar assim que a democracia política é muito difícil de efetivar-se sem um mínimo de igualdade econômica substantiva”. (DAYRELL, 2005, p. 13).

O autor conclui acerca desse panorama problemático da condição juvenil na cidade que esta tem permanecido como “estado de coisa” na definição de Rua²⁵ (1998 apud DAYRELL, 2005, p. 18). A condição e questões da juventude não têm prioridade política nas agendas dos gestores que ficam na ótica dos problemas dos jovens e dos jovens problemas (violência, drogas, desemprego e evasão escolar), e menos sob a ótica do direito e do jovem como recurso e agente de construção e transformação social. Ainda assim, mesmo as ações públicas levadas à execução, pouco tem respondida e alterada tal realidade.

Quanto ao quadro das ações e políticas públicas de juventude na cidade, ainda baseadas no relatório da pesquisa nacional, os programas e ações voltadas especificamente para a juventude em toda a região metropolitana são muito recentes. A maioria, a partir de 2000, em comparação com outras regiões do país, o número de ações e o número de jovens contemplados por elas são reduzidos. Em Belo Horizonte a pesquisa identificou aproximadamente 17 programas.

Ainda analisando as ações públicas de juventude do município, o levantamento constata fragilidades na estruturação institucional. As ações se encontram majoritariamente ligadas aos órgãos de educação, assistência social, cultura, saúde e esporte, muitas vezes havendo competição e superposição de ações entre eles. Não há, portanto, um desenho estruturador e articulador das ações entre os setores.

Quanto ao perfil do público dessas ações, é possível entender que acompanhe a tendência da região metropolitana, onde a maioria (69%) dos projetos direciona-se para a faixa etária de menos de dezoito anos. Nos objetivos dos projetos, está muito pouco presente a questão do estímulo à participação ou o fortalecimento da organização juvenil.

Nas ações públicas desenvolvidas na região, incluindo Belo Horizonte, predominam, segundo o relatório, os conteúdos voltados para reinserção social, projetos esportivos, profissionalização, reinserção e apoio escolar.

Existem poucos projetos na área cultural e que estimulam a participação juvenil. Quanto

²⁵ DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude, Escolarização e Poder Local, Relatório da Primeira Fase da Pesquisa: Políticas Públicas de Juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2005. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/rel_mg1.pdf.

ao formato das atividades, prevalecem as oficinas, os cursos e as palestras, configurando a forte tendência do formato escolar, de transferência de conteúdos, redundante e pouco flexível para a interlocução com o público jovem.

O relatório informa que Belo Horizonte possui desde 2004, um Conselho Municipal de Juventude. O organismo tem caráter consultivo e, segundo Dayrell (2005), quase não há representatividade entre os jovens do município, sobretudo entre aqueles que não estão inseridos em movimentos e organizações mais formais como de partidos e do movimento estudantil.

O conselho parece inativo, pois não há nenhuma formulação de ações voltadas para os jovens da cidade, até então. Em 2005 foi criada uma Coordenação da Juventude como órgão ligado diretamente à secretaria de governo da Prefeitura de Belo Horizonte.

Segundo o autor, não há informações mais transparentes acerca da atuação dessa coordenadoria. E conclui que é preciso maiores investimentos públicos para realizar levantamentos permanentes de dados estatísticos e sociais da região metropolitana de Belo Horizonte, para manter a atualização e a transparência necessárias para se fazer uma contextualização das condições sociais da juventude na cidade, bem como para propiciar uma intervenção política do Estado ou das demais organizações da sociedade civil.

A questão que mais uma vez se coloca, são as limitações de ações e de instrumentos de análises para um projeto político de transformações sociais estruturais e globais.

A realidade da cidade não está isolada do país e do sistema do capital. Assim, sofrerá das mesmas questões, apenas nuançadas pelo contexto local. É ainda preocupante que não haja um projeto político global que canalize e se inspire nas energias e criatividade dos jovens das camadas populares e suas expressões e manifestações culturais e artísticas mais autênticas, com suas denúncias de sofrimento e angústias mais elementares.

Os movimentos estudantis e juventudes partidárias estão, por sua vez, subsumidos na falta de horizonte político e ideológico que se traduz, por vezes, numa rebeldia da forma e num conteúdo reformista e reivindicatório de reduzidos benefícios sociais.

Mesmo questões meramente administrativas do poder local, como a concessão de meio passe livre no transporte público, apresenta limites de mobilização, articulação e de pressão políticas, desandando na esfera das negociações parlamentares municipais.

As lideranças culturais, sociais e políticas dos jovens são frequentemente cooptadas pelos poderes públicos e políticos institucionais, se prestando ao esvaziamento, simplificação e burocratização das reais demandas e propostas de emancipação da juventude.

Os movimentos sociais e políticos dos trabalhadores, em dificuldade com suas análises, estratégias de ação e de unidade organizada mais básica, diante das ofensivas ideológicas, políticas e econômicas do capital, não conseguem se beneficiar e incorporar as energias das expressões juvenis, tão necessárias à oxigenação dos movimentos populares e de trabalhadores. Isto é uma realidade intranqüila da cidade e do país.

Contudo, as manifestações e lutas dos trabalhadores estão sempre renascendo, estão sempre brotando das cinzas e detritos deixados pelo rastro destrutivo da exploração e da dominação do capital. Mesmo que este sempre cante ‘vitória final’ a cada mera batalha, sinais de novas possibilidades e esperanças, na reação popular, incluindo a ação dos jovens, sempre surgem, ainda que sejam incipientes e contraditórias.

Quem sabe as disposições de renovação e inconformismo sempre latentes na juventude se encontrem com as demandas de transformações sociais e políticas gerais, tão prementes, façam renascer a máxima de Guevara de que “ser jovem é ser revolucionário!”.

Enquanto essa conjuntura mais promissora não se estabelece, seguem as ações de um Estado com as demandas de controlar o incontrolável, as precariedades sociais e humanas, frutos de um capitalismo periférico e subdesenvolvido.

As estratégias de ações e políticas estatais superficiais acerca dos graves problemas sociais dão o tom da governabilidade atual do Estado brasileiro. Assim, será exposto no próximo capítulo como o ProJovem se encaixa na peça desse sistema de controle social e administração de focos de conflitos.

3 TIPO DE INCLUSÃO DO PROJOVEM

Serão analisadas, inicialmente, as razões de uma possível disparidade entre o discurso e a prática do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem), do atual governo federal.

O ProJovem será neste capítulo exposto e analisado por tratar-se de um programa que anuncia uma identificação, uma caracterização e a consequente inclusão dos jovens em contextos de desigualdades sociais mais graves.

O Programa se coloca como pretensão de um novo modelo de intervenção do Estado brasileiro junto a esses jovens, se fazendo como um componente estratégico de uma política integral para a juventude. O ProJovem torna-se, portanto, um cenário importante, nesse momento, de observação e análise das experiências dos jovens das camadas sociais mais pobres em contraste com o modelo de intervenção restrita do Estado.

A intenção deste trabalho não será a análise exaustiva do programa, de sua formulação e execução em âmbito nacional. Mas, partindo do entendimento de que as políticas estabelecidas nessa esfera do poder, o ‘Estado restrito’, como esboçado no capítulo anterior, são necessariamente limitadas, na atual arquitetura política, social e econômica do capital, torna-se necessário abordar o contexto da ação do Estado uma espécie de lócus recortado da realidade mais complexa e global.

Será possível com isso apreender, de forma mais concreta, as contradições e limites de ações que não se implicam, por decisão estratégica do sistema, com a real natureza das demandas por transformações estruturais da sociedade para que se dê vazão à plenitude da vida das novas gerações, das amplas camadas sociais brasileiras.

As ações nesse campo têm se imitado a simulacros de formação e qualificação em consonância com as inclusões parciais e funcionais ao sistema produtivo e de controle da sociedade e, portanto, mantendo sua essência excludente. Além de uma descrição do programa e sua implantação no contexto municipal de Belo Horizonte, serão analisadas, a partir disto, a natureza real da inclusão promovida pelo ProJovem. Para esse intento, serão tomadas algumas formulações mais gerais acerca da sociedade brasileira, que permitirão a contextualização de análises mais específicas deste programa, como ação simultânea no setor da educação profissional e da Educação de Jovens e Adultos.

Como já foi adiantado na Introdução, uma parte destes estudos compõe-se de entrevistas a alguns jovens que participaram do ProJovem em sua primeira versão e implementação na

cidade de Belo Horizonte.

É importante ressaltar que o foco central deste trabalho são as relações desses jovens, situados nos setores mais precarizados da classe trabalhadora, com a esfera do trabalho. Contudo, serão apresentadas relações e avaliações acerca do programa para se obter uma dimensão de como a participação dos jovens no projeto se constitui de forma significativa do conjunto de suas experiências e significações acerca do trabalho.

Para a análise da implantação do ProJovem em Belo Horizonte, foram buscadas informações e avaliações dos gestores e coordenadores do programa no município, através de entrevistas semi-estruturadas. Assim, este capítulo contará com algumas reflexões provenientes das análises dessas entrevistas, bem como de algumas ‘falas’ diretas dos jovens²⁶ participantes do Programa.

3.1 A proposta nacional do programa

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem) foi instituído pelo governo federal pela Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, como ação integrante da constituição de instituições voltadas para uma Política Nacional de Juventude (PNJ).

Além do programa, foi constituída a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) com a finalidade de formular e implantar as políticas públicas para a juventude e a implantação o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), cujo papel é de assessoramento à SNJ, promover estudos e pesquisas e assegurar a execução da Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2005).

As discussões no Governo Federal, que contaram com representantes de diversos ministérios, culminaram com a criação das ações e instituições citadas anteriormente. Concentraram a coordenação do programa na Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com as pastas da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para sua execução.

O debate na esfera do executivo foi precedido por um período de discussões da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude. Essa criação institucional simultânea foi reivindicada pelo texto oficial de apresentação do ProJovem, como um novo patamar das políticas públicas de

²⁶ Conforme anunciado na Introdução dessa dissertação os nomes dos jovens entrevistados para este estudo são fictícios. A identificação dos gestores e coordenadores do ProJovem também será preservada.

juventude no país.

O ProJovem destinou-se inicialmente aos jovens de 18 a 24 anos. Com a redefinição do programa em 2008, a faixa etária foi ampliada para 29 anos, passando a chamar-se ProJovem Urbano²⁷ (BRASIL, 2008). Os objetivos estabelecidos para a ampliação da faixa etária eram oferecer aos jovens oportunidades de conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e plano de ação comunitário.

Segundo o diagnóstico feito no texto do Projeto do ProJovem (BRASIL, 2005), os 34 milhões de jovens de 15 a 24 anos, faixa etária definida segundo critérios e parâmetros internacionais, representavam cerca de 20% da população brasileira em 2000 e era o seguimento populacional mais atingido pelos mecanismos de desigualdade social.

A renda familiar per capita de 58,7% desses jovens não ultrapassa um salário mínimo. O texto do projeto aponta como principais problemas enfrentados por essa parcela da juventude brasileira o acesso restrito e permanência frágil nos sistemas de ensino que impedem uma educação de qualidade, baixa qualificação para o mundo do trabalho, vulnerabilidade em relação aos problemas relacionados à violência física, drogas e gravidez precoce, além do acesso restrito às atividades de esportes, lazer e cultura.

Dentro dessa faixa, o segmento dos 18 a 24 anos (13,5% da população), público do programa, se encontra ainda em situação mais precária diante dos problemas da educação pública, das transformações do mundo do trabalho, descobertos pelas redes de proteção social.

Cerca de 15,4 milhões desses jovens estava fora da escola, sendo que 750 mil não eram alfabetizados, 5,4 milhões não concluíram o ensino fundamental. Desses 23,4 milhões jovens, a maioria não estava no mercado formal de trabalho. O texto do projeto também aponta que a maioria da juventude brasileira, (83%) está concentrada nas áreas urbanas, em geral nas periferias sem infraestrutura e equipamentos sociais necessários.

Os jovens dos aglomerados periféricos dos centros urbanos, sobretudo os negros, são vistos como potencialmente suspeitos pela sociedade e alvo preferencial da violência urbana. O Brasil figura em 4º lugar em homicídios de jovem, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (WASELFISZ, 2004).

²⁷ O ProJovem foi modificado por nova lei de nº 11.692, de 10 junho de 2008. O ProJovem é dividido em diversas modalidades, distribuídas por variadas pastas ministeriais (ProJovem Adolescente/Desenvolvimento Social, ProJovem Urbano/Sec.-Geral da Presidência, ProJovem Campo/Educação e ProJovem Trabalhador/MTE. São alteradas a carga horária de cada eixo formativo e a carga horária total, o tempo global do curso é ampliado para 18 meses, o limite de idade aumenta para 29 anos, o plano curricular é ampliado com mais duas unidades formativas (juventude e cultura e juventude e tecnologia). Devido à delimitação do período de participação no programa dos jovens entrevistados pela pesquisa no intervalo de 2005 a 2008, não trataremos pormenorizadamente da estrutura do ProJovem Urbano.

A partir desses dados da desigualdade social e geracional, o documento oficial do programa aponta para a necessidade de programas específicos urgentes para esse seguimento da população.

Analisando as representações da sociedade brasileira acerca da juventude, o texto do projeto afirma uma ambigüidade estereotipada onde se polarizam as imagens idealizadas e identificadas com a juventude branca e da classe média, e as imagens negativas relacionadas à juventude pobre, predominantemente negra.

Constatam-se a pouca inserção e participação associativa dos jovens em geral, apesar de verificar potenciais de participação em esferas e formatos ainda não convencionais do ativismo político-social. Portanto, deve haver ações do Estado para o fortalecimento desse potencial.

As características do público do programa são os jovens moradores da periferia das grandes cidades, que se encontram fora da escola e sem trabalho, e marcados por diversos processos de discriminação e desigualdades. Conectam com informações e culturas globais, ao mesmo tempo em que sofrem exclusões locais e pressões de padrões de consumo inacessíveis a eles. Possuem especificidades culturais linguísticas, de sociabilidade e de associabilidade. Entretanto, vivenciam experiências pessoais distintas quanto à forma de se relacionar com o meio social local e global em que vivem.

Assim, o ProJovem atende tais jovens, com curso de 5hs diárias, por 12 meses e recebem, nesse tempo, um auxílio financeiro de R\$100,00. A carga horária é de 800hs de educação escolar, 350hs de qualificação profissional e 50hs de projetos comunitários. Somam-se ainda 400hs de atividades não presenciais, perfazendo um total de 1.600 horas.

Os espaços de estudos e vivências são de responsabilidade do poder público local, que é orientado a diversificar tais espaços de acordo com as variadas modalidades de aprendizagem: salas de aula, oficinas, laboratórios, empresas, dentre outros.

A versão inicial do ProJovem se propõe a atuar nas 27 capitais brasileiras atendendo 40% do contingente de jovens com as demandas e perfis definidos pelos seus objetivos, ou seja, cerca de 400.000 jovens entre 2005 e 2008.

O programa prevê uma gestão compartilhada entre os órgãos do governo federal e os municipais, além de outras instituições contratadas ou parceiras na esfera local ou nacional (universidades, ONGs, empresas).

O projeto pedagógico busca a promoção da equidade a partir da formação da juventude das camadas pobres. Propõe um projeto curricular em três eixos que deve ser adaptado para

garantir uma formação integral dos jovens: a formação escolar em nível fundamental, a qualificação profissional em nível inicial, e uma ação comunitária como locos de uma preparação e participação cidadã.

O curso do ProJovem se articula em IV Unidades Formativas: Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação e Juventude e Cidadania. Cada unidade formativa tem seu eixo estruturante (uma ementa), seus referenciais conceituais e suas ações curriculares, onde através das quais acontece a formação das áreas de ensino fundamental (matemática, língua portuguesa, ciências da sociedade, ciências da natureza e língua estrangeira), da qualificação profissional, da informática, e da ação da comunidade.

O programa prevê orientações detalhadas de como organizar os horários semanais de aulas e atividades dos educadores.

A organização do espaço/recursos humanos no ProJovem se dá da seguinte forma: 30 jovens formam uma turma - cinco turmas formam um núcleo: com sete educadores (e das áreas escolares, 1 da qualificação para o trabalho e 1 da ação social) - oito núcleos forma uma Estação Juventude: com um coordenador pedagógico, um coordenador administrativo e um profissional de apoio.

3.2 O ProJovem em Belo Horizonte

No cenário de graves questões enfrentadas pela condição juvenil na cidade, duas grandes ausências são definidoras. Uma é a falta de políticas de juventudes mais substantivas por parte do governo estadual e principalmente por parte do governo municipal.

Outra é que a sociedade organizada, ou mesmo as organizações juvenis, não se encontram, apesar de importantes iniciativas, numa situação de força política que consiga pressionar por tais ações públicas mais profundas, integrais e estruturais. É o que foi possível verificar, mais detalhadamente, acerca das políticas públicas para a juventude no primeiro capítulo desta dissertação a partir das análises de Dayrell (2005).

Portanto, as ações que surgem sem a devida pressão das classes populares vêm pautadas por quem tem o poder de ‘dar respostas’. Assim a questão da juventude no município e no Estado tende a se restringir naquilo que afeta as estruturas hegemônicas da sociedade e opinião pública local, pressionando o poder público a determinadas ações formatadas de ‘cima’ para ‘baixo’, ou seja, de forma burocrática e autoritária sem maiores mediações com a sociedade, pautando-se conforme maior conveniência política e de governabilidade dos conflitos

efetivos ou potenciais. Lembrando do que disse Abad (2003, p. 17) “quem consegue dar determinada forma de visibilidade para o problema já está no caminho de definir a forma da solução.”

É nesse contexto que a Secretaria de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte, através de sua coordenação de projetos especiais, decide pela implantação do ProJovem na cidade, conforme o decreto n. 11822 de 23 de maio de 2005 (BELO HORIZONTE, 2009b).

Essa decisão parece estar mais ligada ao atendimento da agenda desta secretaria e do governo municipal, e menos com o debate das questões sobre a juventude e com o diálogo com seus agentes na cidade.

Os depoimentos de alguns gestores da prefeitura e do programa²⁸ apontam que a proposta “teve imediata receptividade” por tratar-se de “proposta inovadora pedagógica”, argumentando-se com a suposta integralidade dos três eixos de formação: o ensino fundamental, a formação profissional inicial e a formação de cidadania e ações comunitárias.

Outrossim, como afirmam os gestores, “era um projeto do governo Lula”, percebendo-se aí, outro elemento decisório: a identidade política da gestão municipal com o governo federal. Entretanto, é importante lembrar que a contrapartida de apenas 1% no financiamento do programa é extremamente vantajosa para qualquer prefeitura.

Segundo relatório da comissão estratégica do programa no município, cedido pela coordenação geral, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)²⁹ (Belo Horizonte, 2009b) apontava um número de 61.677 jovens em Belo Horizonte que tinham cursado até a antiga 4ª série, mas não haviam concluído o ensino fundamental.

Na fase posterior desse programa na cidade, que passou a ser denominado ProJovem Urbano, o número da demanda de jovens cresceu para cerca de 72.000 devido ao aumento da faixa etária de 18 para 29 anos. Estabeleceu-se uma meta de atendimento para até 2008 de 7.300 jovens (BELO HORIZONTE, 2009b).

As primeiras aulas do programa iniciaram em agosto de 2005. A estrutura de gestão era composta por um comitê gestor onde havia representantes das secretarias municipais da Educação, de Assistência Social, de Abastecimento, além da Coordenadoria da Juventude. A parte operacional do programa foi assumida pela Secretaria de Educação que indicou um coordenador geral e compôs uma Comissão Estratégica com um coordenador administrativo,

²⁸ As entrevistas com gestores municipais e coordenadores do ProJovem/BH ocorreram entre o período de setembro de 2009 a março de 2010.

²⁹ Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais.

um coordenador pedagógico, um coordenador da qualificação profissional, um coordenador da ação comunitária, selecionados pela Fundação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), instituição definida pelo município como executora local do programa.

Após um período de forte campanha publicitária nacional e local, foram feitas cerca de 1700 inscrições numa agência dos correios da cidade. Foram efetivadas 1.200 matrículas e as inscrições e matrículas referentes à totalidade do período de 2005 a 2007 foi de 7.108 inscrições, com efetivação de 4.234 matrículas, número aquém do esperado de 4500. Na segunda fase, de 2007 a 2008, esses números foram 2.172 e 1.543, respectivamente.

Inicialmente, em agosto de 2005, foi formada uma Estação Juventude no Bairro Lagoinha, composta de 8 núcleos com 5 turmas cada, com 30 alunos, totalizando cerca de 1.200 jovens. Posteriormente, foi criada mais uma Estação Juventude no Barreiro com essa mesma estrutura e cada uma contando com profissionais administrativos, pedagógicos e de ações comunitária e de qualificação profissional. A carga horária e a organização do tempo se deram de acordo com o previsto no programa nacional.

Além da Fundação do CEFET-MG, na contratação dos educadores, foi instituída a participação da Escola Sindical Sete de Outubro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na formação dos educadores da qualificação profissional. A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep)³⁰ foi a instituição responsável pela contratação e formação das equipes de educadores do eixo da educação fundamental. A Fundação Darci Ribeiro (FUNDAR), encarregou-se pela formação inicial acerca do ProJovem, ao conjunto dos educadores, como era sua responsabilidade prevista no programa nacional.

As aulas da formação do ensino fundamental, nessa fase, aconteceram em escolas municipais e em algumas estaduais. Posteriormente, verificou-se mais viável situar essa formação apenas em escolas municipais. A certificação educacional foi feita por uma escola do município.

Chegaram ao final da edição do programa 2.650 jovens, dos quais 1.545 foram aprovados e 1105 reprovados. O índice de evasão foi de mais de 50% segundo os próprios gestores³¹. As análises oficiais do município apontam que quanto maior o tempo de ausência escolar anterior, mais ausência do jovem nas salas do programa é constatada.

³⁰ Entidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³¹ O Relatório do ProJovem-Expansão (2007/2008) chega a apontar uma evasão de 65% (BELO HORIZONTE, 2009c).

Considera que os impedimentos à frequência, e conseqüente evasão, são causados por razões de carência de recursos, racionalizando a prioridade pela sobrevivência, para o tempo do trabalho, e por problemas nas relações familiares desses jovens. O documento *Projeto do Programa ProJovem* (BRASIL, 2005) aponta que os jovens possuem dificuldade de entender que o investimento pessoal na educação poderá lhe trazer maiores condições de elevação ocupacional.

Os índices nacionais revelaram que 50% dos jovens evadiram neste período, apesar dos dados merecerem mais estudos, observou-se que quanto maior o hiato de tempo, menor a presença dos jovens em sala de aula. A limitação aconteceu devido às carências de recursos financeiros e às relações familiares deste segmento social, refletindo negativamente no seu retorno à educação formal. Em síntese a sobrevivência é prioritária, na medida em que este público faz escolhas racionais, não vendo perspectiva de investimento a longo prazo, primeiro a oportunidade de emprego, depois a educação. Portanto, a educação vem em outro status de escolhas, pois, estes jovens têm carências existenciais que mexem com sua sobrevivência cotidiana, limitando suas opções de entender que a educação possa gerar elevação do status social e ocupacional. Entendendo que elevação ocupacional está diretamente articulada com elevação da escolaridade (BELO HORIZONTE, 2009c, p. 2).

A relação direta entre escolaridade e ocupação, entretanto, vem sendo questionada por autores como Santos A. (2004) e Sposito (2003b).

Nas entrevistas com os jovens, foi possível perceber que há por parte deles a valorização da escolaridade quando assumem o discurso corrente no senso comum de que “sem educação não se vai muito à frente”. Todos se declararam com intenções de continuidade dos estudos no ensino médio.

Contudo, apesar de já terem concluído o ProJovem aproximadamente 2 a 3 anos, nenhum deles estava de fato cursando a escola. Entre a valorização da escolaridade, a real possibilidade de efetivação da conciliação da vida familiar e de trabalho com a vida escolar, há uma importante distância.

Além disso, percebe-se em alguns, certo viés formal do valor da escolaridade, mas diante das reais necessidades de formação e de sobrevivência, a escola disponível para eles não tem muito a oferecer de fato.

É o caso de Jonas (28 anos), que segue a profissão de ourives, herdada do pai, e que pensa em continuar a estudar no ensino médio, mas para ‘preencher a cabeça nas noites’. Não expressa nenhuma demanda específica para com a escola formal no campo de seu trabalho. Declara mais adiante que tem cursos de joalheria no Serviço Nacional da Indústria (Senai), mas segundo ele, aprenderia muito mais com o pai e outros profissionais

de seu meio. Demonstra-se, porém, certo interesse em qualificações no Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que o habilitaria a formalizar sua atividade e obter, segundo ele, financiamento para novo maquinário.

Um quadro de dados do perfil dos jovens participantes no programa nessa etapa foi apresentado de maneira mais informal através de acesso às lâminas de do programa realizadas pelo pessoal da coordenação deste, e mesmo por declarações de diversos gestores e coordenadores entrevistados.

Os dados apontam que a maioria era formada pelas jovens mulheres (53%). A faixa de idade predominante era entre 18 e 24 anos, cerca de 70,8% dos jovens do programa, se declararam negros ou pardos. A totalidade dos jovens teve sua experiência escolar nas escolas públicas do estado ou do município: 15% cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental; 53% cursaram até a 5ª ou 6ª série do Ensino Fundamental; 33% cursaram até a 7ª série do Ensino Fundamental, 10% não souberam identificar a última série cursada com êxito.

Quanto à situação familiar e civil, 77,5% são solteiros; 73% são chefes de família; 53% têm filhos. A discrepância entre o percentual de solteiros e chefe de famílias não foi analisada pela fonte. É possível que haja chefes de família que não são (oficialmente) casados. Quanto à trajetória mercado de trabalho: 20% nunca trabalharam; 53% começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos; 70% dos que trabalham não têm carteira assinada. Comparando com os dados apontados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para a região metropolitana, onde se verifica que a maioria dos jovens trabalha com algum registro formal, os jovens do programa são em sua maioria, os que estão na informalidade. Em 2005, mais da metade dos que trabalham nunca fizeram curso profissional e 90% ganha menos que o salário mínimo (BELO HORIZONTE, 2009c).

A concepção de juventude expressa pela maioria dos gestores e coordenadores apresenta elementos de contradição. As falas trazem termos como “dívida social com a juventude”, “jovens como sujeitos de direitos”, “inclusão” e “cidadania”. Reconhecem em geral a condição de grande pobreza do público jovem do programa.

Contudo, tais termos aparecem enredados por compreensões marcadas pelo viés hierárquico de classe, da relação professor/aluno e ‘adultocêntrico’, que colocam os jovens na situação da ‘falta’, da ‘carência’, como fruto de uma fatalidade, de uma distorção da ordem social, uma anomia da sociedade e do sujeito.

Assim, na visão predominante dos gestores sobre o público, os jovens, sobretudo os

rapazes, são vítimas e autores de violência, delinquência, criminalidade. As moças são desamparadas, mães precoces, violentadas. Esses elementos não deixam de se aproximar daquelas visões correntes da sociedade, onde os jovens pobres não apresentam nada de criativo, de potencialidade e corresponsabilidade social, de projeção de futuro.

Para essa concepção, os jovens das camadas pobres são quase ninguém que, no entanto, exigem uma atenção paternalista e/ou repressora, já que a pobreza, vista por tal ótica e ampliada pelas telas da grande mídia, tem mostrado uma faceta de ‘perigo’ às classes médias e altas. Uma idéia presente em mais de uma entrevista realizada, foi a respeito da bolsa de R\$100,00, avaliada como valor irrisório frente à realidade de Belo Horizonte, visto que alguns ‘ganham bem mais no tráfico’. Contudo, para a maioria dos gestores entrevistados, a bolsa seria um incentivo, inclusive para que o jovem possa abrir mão da criminalidade e se conter com esse pouco que poderá, entretanto, conduzi-lo, se ele persistir no programa e com a continuidade da escolarização, a uma condição de vida mais digna social e moralmente.

Aparece nas entrevistas uma visão que oscila entre os problemas dos jovens e os jovens como problemas. Outra contradição, exposta pelos gestores e coordenadores, é a ambiguidade acerca de como concebem o próprio programa. Por um lado, apontam como nos textos oficiais, que o ProJovem tem um caráter integrador e ação estratégia na qual se baseará uma política de juventude.

Porém, reconhecem que o programa não resolve as questões de inclusão plena dos jovens, nem mesmo da minoria que é atingida por ele. Assim, a dívida social permanece, já que as condições e problemas dos jovens pobres também continuam mesmo com o resultado parcial conseguido com essa ação de caráter emergencial.

Contudo, se as mudanças dessas condições e trajetórias sociais dependem, como acreditam alguns, numa mudança de atitude do indivíduo diante das oportunidades ofertadas pelos programas como o ProJovem, dependem, segundo outros entrevistados, de uma ampliada rede social, intersetorial, que ampliaria o poder de atendimento e assistência.

Uma rede assim, apenas amplia e reafirma a mesma ação assistencialista e compensatória presente nos programas temáticos. Não seria efetivamente outro caminho, politicamente diferente e estruturalmente transformador no sentido de uma emancipação do jovem individual e coletivamente. Um aprofundamento dessa avaliação será abordado no último ponto deste capítulo.

Se há uma relativa responsabilização individual dos jovens pelas decisões sobre seus percursos, há também uma responsabilização parcial, mas extremamente forte e consensual

acerca dos educadores do programa, pelos problemas que fragilizaram os resultados propostos em meta. A visão predominante sobre os educadores por parte dos gestores seria de que, a maioria se apresenta com formação insuficiente, precariamente inserida no setor educacional público ou privado.

Portanto, impedidos de compromisso exclusivo em torno do programa, visto que ‘rodam’ por atividades paralelas, ou seja, estão envolvidos numa rotatividade entre diversos compromissos de trabalho. Além disto, como se encontram em situação funcional instável, abandonam o programa na primeira oferta melhor ou de prazo mais alongado, como as designações da Secretaria Estadual de Educação.

Segundo os gestores, entre os educadores, com exceção dos responsáveis pela ação comunitária, predomina uma relação de preconceito e medo em relação aos jovens. Os casos considerados ‘falta de perfil’ do educador geraram demissão do programa, o que para os gestores era natural ou mesmo uma ‘vantagem’ do programa em relação ao quadro estável de professores das redes públicas.

Para os coordenadores da formação profissional entrevistados, os salários eram muito baixos se comparados com instituições de tradição no ensino técnico e profissional, como as do ‘Sistema S’³², significando uma condição que desqualificava concretamente a formação profissional oferecida aos jovens do programa. É compreensível, portanto, que essas mesmas instituições tenham se declinado em compor parceria com a prefeitura de Belo Horizonte em torno da formação profissional do programa, como declarado por gestores do município.

Por outro lado, as condições de contratação e de instabilidade, junto aos problemas no campo da formação dos educadores, apontadas pelo relatório de Leão e Diniz- Pereira (2008), podem revelar que sem um sentimento de valorização e de autovalorização dos profissionais que trabalham em projetos de juventude, não se alcançam os mesmos efeitos positivos em relação aos jovens com os quais se trabalha a formação.

Para os autores do relatório, além de problemas específicos da implantação local e das dificuldades iniciais de implantação de um programa novo, o mais grave eram as questões

³² Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de 11 contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Entre elas figuram: Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Social de Aprendizagem Social do Transporte (SENAT), Serviço contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Entre elas figuram: Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Social de Aprendizagem Social do Transporte (SENAT), Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) etc.

derivadas da concepção e formulação do programa nacional.

Ênfase em ações emergenciais, precariedade e improvisação na execução, ausência de sintonia intersetorial, paralelismo e superposição de ações, são alguns traços gerais apontados pelos autores que impuseram dificuldades não só à formação dos educadores, mas à implementação prática do programa.

Tais traços se desdobram numa excessiva centralização e visão simplista e instrumental de educadores como aplicadores da proposta, permanecendo uma lógica transmissiva de conteúdos repassados pelo educador que estará devidamente instruído e instrumentalizado com materiais didáticos.

Assim, o ritmo poderá ser acelerado, tanto na formação inicial dos educadores, quanto na formação continuada. Nas condições de concepção e estruturação do programa não se vence a distância entre a proposta e a operacionalização, por exemplo, a dificuldade de integrar os três eixos curriculares.

A falta de tempo para planejamento coletivo favorece o trabalho isolado e de matriz compartimentada nas disciplinas tradicionais. Tais condições e concepções de trabalho não favorecem o desenvolvimento da autonomia dos professores, fundamental para desenvolver a autonomia e autovalorização dos jovens (LEÃO; DINIZ-PEREIRA, 2008).

É inevitável concluir que, persistindo tais traços, não é possível entender o ProJovem como ruptura com as limitações características tradicionais das políticas públicas no Brasil, mas exatamente se trata de uma continuidade, ainda que com novos termos em discurso.

Os arcos de qualificação profissional inicial foram definidos, segundo estudos de demanda e potencial de empregabilidade, feitos pela Secretaria de Políticas Sociais do município. Inicialmente, foram escolhidos quatro, conforme limite definido pelo programa nacional: vestuário, alimentação, serviços pessoais e consertos e reparos.

Com o esvaziamento deste último arco, ligado à construção civil, a coordenação resolveu trocá-lo pelo arco de esporte e lazer. A explicação de um dos coordenadores da qualificação, é que este setor é muito desprestigiado diante de experiências sem ascensão social que as famílias ou os próprios jovens já tiveram. Houve, nas entrevistas realizadas junto aos gestores, crítica ao processo de escolha baseada exclusivamente num critério técnico e mercadológico e que não conseguiu levantar áreas de efetivo interesse do setor social da juventude do programa.

Diante do alto índice de evasão dos jovens, as opiniões apontam variadas explicações. Para os gestores, uma grande parte da desistência trata-se de uma fraca aderência, *a priori*,

em relação ao estudo escolar, pois muitos jovens foram matriculados no programa, via correio, por parentes, sem terem efetivamente decidido a voltar para a escola.

Contudo esse elemento não pode ser quantificado. Outra explicação é que muitos não conseguiam se adaptar e superar as dificuldades já mencionadas, mesmo diante das ‘boas condições do programa’: formação integrada, possibilidade de formação profissional, tempo de um ano, curto para a conclusão do ensino fundamental, muitas oportunidades dadas pelos educadores, de aprendizagem e de pontuação/certificação.

Outra avaliação apresentada nas entrevistas com os gestores e coordenadores é que a parte referente ao ensino fundamental se mostrou pouco modificada em relação à forma escolar convencional. Aqueles que traziam um percurso marcado pelas dificuldades na escola em termos de adaptação à instituição ou de desenvolvimento das aprendizagens continuaram a ter os mesmos problemas. Mesmo questões corriqueiras em ambientes escolares entendidas como ‘indisciplina’ e ‘quebra da autoridade dos educadores’ emergiram no programa, transformando-o de novo numa tradicional experiência escolar, num “escolão”, conforme denominou um dos coordenadores entrevistados por nós.

Por parte dos jovens entrevistados, a percepção da experiência no ProJovem tem algumas ambiguidades. A maioria diz que foi uma experiência diferente das outras escolas que cursaram. Entretanto, em suas falas deixam entrever que ocorriam os mesmos rituais e problemas que se situam costumeiramente nas escolas como os citados anteriormente.

É possível que as turmas do ProJovem, parcialmente distanciadas física e ambiental da escola regular, permitiram portanto, a relação feita mais diretamente entre professores e alunos. O peso institucional e simbólico da escola pode ter sido mais “relaxado”, conforme disse o jovem entrevistado Carlos (20 anos), permitido um diálogo simples nas situações concretas. A situação dependeria, porém, do grupo de alunos e do grupo de professores em cada caso. Alguns jovens elogiaram as boas relações com a maioria dos professores, como um elemento de diferenciação com as suas experiências escolares anteriores.

Vale ressaltar que os jovens entrevistados foram os que conseguiram levar o curso até o final e se certificarem.

Esses jovens, em diversos momentos das entrevistas, mencionaram que a maioria dos colegas abandonou o curso logo nas primeiras semanas. As turmas, que iniciaram com cerca de 40 estudantes, foram reduzidas e o número de alunos por turmas também.

A maioria dos entrevistados explica essa evasão dos colegas devido a demora do

pagamento das bolsas, que chegou a cinco meses, segundo um dos jovens. Outra razão fortemente expressa pelos entrevistados foi a falta de vontade dos colegas que “desistiram” de estudar.

Assimilam o discurso corrente do valor do autoinvestimento na formação e na responsabilidade individual dos sujeitos na sociedade pelo seu fracasso escolar e profissional. Essas explicações alegadas por esses jovens em relação ao esvaziamento das turmas, não podem ser tão simplificaradamente aceitas sem uma investigação mais rigorosa com os próprios jovens que saíram do programa.

Entretanto, vale o testemunho dos entrevistados acerca de um alto índice de evasão nessa primeira experiência do ProJovem em Belo Horizonte, confirmando os dados oficiais: 7108 inscrições, 4234 matrículas, 2650 chegaram ao final, 1545 foram aprovados. Provavelmente esses jovens, dentre o conjunto, são os que maiores chances de adaptação e de aproveitamento teriam acerca da formação oferecida pelo programa. Esse aspecto favorável ao convívio pessoal e social está presente, também, em suas boas avaliações espontâneas nas entrevistas acerca das atividades lúdicas e artísticas extras sala, como as visitas aos espaços culturais e aos shows.

Por outro lado, a parte da formação profissional se apresentou frustrante aos jovens, devida à falta de integração entre as aulas teóricas e práticas. As oficinas ocorreram técnica e materialmente precárias, sem instalações e equipamentos mínimos necessários. As oficinas foram situadas no centro da capital e montadas de forma improvisada.

A distância dos locais de moradia dos jovens e as oscilações em torno do subsídio do transporte formam um fator negativo a mais para desanimar muitos jovens a frequentar as oficinas. Verificou-se, também, uma fragilidade na formação dos educadores em relação à condição juvenil na sua respectiva relação com o público do programa.

Segundo alguns depoimentos feitos por gestores e coordenadores nas entrevistas para essa dissertação, era perceptível o distanciamento geracional e social entre a maioria dos educadores e os jovens. A parte de discussão mais social e política acerca do trabalho e da sociedade era desvalorizada, tanto entre os jovens como pela maioria dos educadores, todos preferindo, em geral, reverter o tempo dessa parte do currículo em favor das atividades de aprendizagem técnica.

Um consenso entre os gestores e coordenadores é a avaliação de que a parte do programa mais fragilizada e menos aproveitada foi a da qualificação profissional. Porém, enquanto para uns, faltou empenho da administração local na estruturação das condições físicas e de

condições de formação e trabalho dos educadores, para outros, essa questão não depende das condições do município e deve ter um encaminhamento de uma política nacional mais específica e melhor estruturada dessa formação.

Na narrativa acerca dessas formações profissionais do ProJovem, percebe-se que não é um item que se mostrou muito relevante. A maioria dos jovens declara que não cursou o ProJovem em função da qualificação profissional, mas pela possibilidade “mais fácil” de certificação em relação ao ensino fundamental. A exemplo disso, duas participaram do curso de atividades relacionadas ao embelezamento do corpo (manicure, cabelos e cortes e depilação).

Gilda (25 anos) diz que os próprios alunos eram as “cobaias”, mas ela e muitos jovens se recusaram a deixar os(as) colegas a praticarem as atividades em seus corpos. O que ficaram, segundo as jovens, certas habilidades para cuidarem de si mesmas e de pessoas próximas, como fazer escovas, unhas, depilação, dentre outros. Entretanto, mas não sentiam que podiam assumir profissionalmente as atividades com a formação que tiveram no ProJovem.

Gilda estava empregada como frentista em um posto de combustível e Lilian (20 anos) trabalhava como ajudante de lavanderia industrial. Entre os rapazes, não foi diferente a percepção acerca da formação profissional. Além de Jonas, o ourives Walter (26 anos) trabalhava como biscate de serviços gerais em um depósito de sucata, Carlos (20 anos) estava desempregado e Fábio (22 anos) era marceneiro desde criança. Todos quatro fizeram o arco profissional de alimentação. Entretanto, nenhum deles exerceu profissões relacionadas a essa formação. A exceção era Jonas, que tinha sido “chapista” de lanchonete, mas muito antes de entrar no ProJovem.

Todos gostaram das aulas, as jovens e os rapazes. Mas pareciam que encararam tais atividades como formais para concluírem no programa ao mesmo tempo em que pareciam ter se divertido com tais atividades de formação. As únicas reclamações sérias que a maioria fazia em relação à formação profissional estavam relacionadas à questão da distância e da dificuldade do transporte e, portanto, também do tempo.

Outra dificuldade prática, mais fortemente percebida pelos educadores e pelos coordenadores, foi a de realizar a integração em torno do planejamento das três áreas de formação. Assim, a referência da proposta curricular integrada do programa nacional não encontrava mecanismos operacionais de se realizar. Essa situação pode ser um exemplo dos constantes distanciamentos entre a formulação e a execução das políticas públicas no Brasil.

Por fim, foi também mencionada a formação em informática. Apesar de não muito valorizada na falas dos gestores, visto que parece terem se contentado com paliativos improvisados pela prefeitura/Programa, percebeu-se na fala dos jovens entrevistados, que ali havia uma das principais falhas do programa. Em resumo, houve atraso nas instalações, pouca infraestrutura, ausência de profissionais específicos e educadores sem a devida preparação para lidar com esse campo de formação.

As análises anteriores, procurando situar as políticas e ações públicas de juventude no país, bem como no município de Belo Horizonte, dão a base para uma avaliação da implementação local do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem.

A implantação do programa foi condizente com o quadro precário das políticas voltadas para a juventude na cidade como também, em nada parece ter se diferenciado em relação à lógica do programa nacional.

A tendência do poder municipal por políticas de caráter paliativo e compensatório, que se limitam, no máximo, em realizar alterações parciais em indicadores quantitativos e estatísticos, parece não ter mudado com a implementação do referido programa. Bastante marcado pelo eixo da educação escolar formal, a realização do programa não efetivou seus objetivos de educação profissional e de ação comunitária, que alterassem substancialmente a condição da maioria da juventude do programa.

As dificuldades de acesso e permanência, sendo reconhecidas pelos gestores, não são, entretanto, objeto de maiores análises e muito menos de interferência com políticas que se integrassem ao programa educacional. O conjunto complexo de questões sociais de ordem material e simbólica que contextualizam a vida dos jovens e suas dificuldades de educação escolar, de formação profissional e de participação ativa na sociedade, não foi percebido como campo de formulação de política social mais estrutural e também complexa.

Assim, é natural que se responsabilizem os sujeitos que sofrem as mazelas do sistema pela sua ‘sorte’. Como disse com perplexidade um representante do município na coordenação do programa “A proposta é muito boa pro menino, ele pode passar facilmente durante o ano”, entretanto, “manter o jovem no programa é desafio maior que garantir a aprendizagem”.

Por outro lado, a análise da execução do ProJovem no município pode trazer a tona no campo da prática, as contradições de concepção, e entre a formulação e a execução concreta, percebida na proposta geral. Perceber como que na prática os discursos de democratização e inclusão que preenchem vultosas matérias publicitárias institucionais e oficiais, não se consubstanciam em transformações efetivas da realidade da juventude pobre.

Assim, não é possível desconsiderar os dados quantitativos mais elementares que a administração do ProJovem BH se apresenta em termo de baixa adesão, em relação aos índices de demanda social apresentada pelo IPEA e, também, o alto índice de evasão inicial ou ao longo do processo.

Com esses dados torna-se difícil reconhecer a efetividade do programa mesmo na qualidade de ação emergencial de inclusão à escolarização ou de qualificação precária para o trabalho, muito menos como política capaz de “criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2005, p. 05) ou seja, capaz de se constituir numa transformação estrutural das condições sociais da juventude.

Ainda que com parcial ‘controle de qualidade’ da formação através da avaliação nacional final, o programa parece ter se limitado a uma certificação formal de escolaridade e um simulacro de formação profissional.

Na fala apresentada por um gestor, a qualificação profissional se resumiu em propiciar “rituais básicos de higiene e disciplina para o trabalho”, o ProJovem foi como “um caixote onde o jovem não atingia uma condição melhor, mas, subindo nele, poderia ver que ela existe mais a frente”.

Percebe-se aí com clareza que na concepção gestora não há uma visão romântica e ingênua acerca das condições reais dos jovens pobres, públicos do programa, nem das limitações extremas deste. Contudo, esse é o limite possível para essa instância de poder e de formulação da política.

As instâncias do sistema que determinam as mais graves questões que afligem as camadas populares incluindo os seus jovens, como o desemprego, a renda e o trabalho precário, a saúde e a educação, não podem ser tocadas na esfera do Estado município, tampouco do Estado federal sem uma transformação da ordem social como um todo.

Não se criam condições de quebrar um ciclo de reproduções de desigualdades, estabelecido na lógica central da exploração do capital sobre o trabalho e da organização hierárquica de poder na sociedade, apenas com um plano de ampliação de certificações escolares e precárias e superficiais qualificações profissionais. Essas premissas serão mais aprofundadas nos pontos seguintes deste capítulo.

A tão mencionada gestão intersetorial, pelo visto não passa de ‘boas intenções’. Na prática, no município, o programa se limitou à área da educação com algum auxílio de facilidades da área da cultura, parques e jardins etc., em atividades práticas de eventos e

excursões. Mesmo a Coordenadoria Municipal de Juventude se manteve, conforme os gestores do programa, presente apenas consultivamente num programa que se pretende estruturador de políticas de juventude. O Conselho Municipal e as demais organizações da juventude na cidade não parecem ter sido consultados ou terem procurado intervir nessa implementação do ProJovem no município.

3.3 Análise do ProJovem no campo da Educação Profissional e da Educação para Jovens e Adultos (EJA)

Como foi visto, o ProJovem é apresentado oficialmente como programa estratégico da política de juventude do governo federal que se inaugura. Contudo, ainda que não declarado, o programa se insere também no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pela característica etária e pelo objetivo de retomada da educação escolar de seu público. Já pelo seu eixo de formação profissional inicial, constitui-se, também, em ação no campo da Educação Profissional. Essa abrangência superposta do ProJovem fez ecoar análises e críticas importantes nesses dois campos da investigação em educação. Foram abordadas algumas delas na pesquisa na medida em ajudaram a contextualizar e analisar histórica e politicamente o ProJovem em meio a outros programas e ações da esfera federal do atual governo.

3.3.1 O ProJovem como ação pública no campo da Educação Profissional

Ao tratar do ProJovem, também como programa inserido no campo da educação profissional, não se pretende apenas reafirmar aquela, já citada, superposição nas políticas educacionais.

A intenção maior é contar com análises de estudiosos desse campo da atividade e da pesquisa em educação que parece contribuir com um aprofundamento dessa parte do estudo, que relaciona juventude e trabalho, bem como com o mapeamento teórico e contextual das condições atuais do trabalho.

Se o foco central dessa pesquisa é a investigação acerca dos sentidos e experiências de trabalho da juventude das classes trabalhadoras diante das novas condições do mundo do trabalho, percebe-se que tais construções subjetivas e pessoais, realizam-se e se constituem imersas nos amplos e complexos processos da realidade social, esta também, marcada por relações econômicas e políticas de âmbito local e mundial que já serão tratadas no terceiro capítulo dessa dissertação.

Entretanto, as análises a seguir procuram estabelecer a compreensão dos nexos reais entre as dinâmicas sistêmicas do capital e suas manifestações específicas nas sociedades e nas ações políticas concretas. Os aprofundamentos e os movimentos de idas e vindas que as análises críticas permitidas pelas autoras a seguir fazem entre a lógica do sistema global e as políticas do Estado brasileiro, possibilitam uma conexão entre o geral e o particular, entre a essência e o fenômeno.

Kuenzer (2006), ao tratar das políticas de formação profissional no Brasil entre os anos de 1995 e 2005 e confrontá-las com as necessidades e interesses das classes trabalhadoras dentro da nova realidade do mundo do trabalho e da acumulação flexível, situa o contexto de programas como o ProJovem, que apresentam elementos que a autora denomina de ‘dimensões subordinadas das políticas de inclusão’.

Para tanto, a autora traz elementos epistemológicos e metodológicos importantes para conectar o contexto das ações e políticas do Estado no campo da educação e de juventude com os processos nacionais de readequação do sistema produtivo e de trabalho aos novos parâmetros produtivos e comerciais do capital mundial.

Kuenzer (2006) classifica as políticas de formação profissional implantadas após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou seja, parte do governo de Fernando Henrique Cardoso e governo do Presidente Lula, como estratégias de ‘inclusão subordinada’ e que, portanto, mesmo ressaltando que as ações dos dois governos têm especificidades, todas elas, ainda que proclamem a inclusão das camadas pobres e excluídas da sociedade, acabam, na realidade, produzindo uma precarização ainda maior da educação das classes trabalhadoras.

Para a compreensão das atuais políticas de educação e formação profissional Kuenzer (2006), sustentando-se nas análises dos dados de suas pesquisas empíricas acerca das relações de trabalho sob as condições dos novos reordenamentos produtivos, formula a tese de que há tanto uma ‘exclusão includente’ do trabalhador no mercado, quanto há uma ‘inclusão excludente’ das classes trabalhadoras nos sistemas educacionais e de formação profissional. Ou seja, no mercado de trabalho há uma exclusão de força de trabalho nos postos reestruturados, em contrapartida há uma re-inclusão precarizada em outros postos da cadeia produtiva.

Esse mecanismo garante poder de competitividade aos setores reestruturados revertendo investimentos de capitais fixos em tecnologias intensivas e integrando na cadeia os setores de consumo de força de trabalho precarizado. No caso da educação se dá um processo invertido, mas integrado com o movimento que se dá no mercado de trabalho. As pressões

da sociedade e as demandas por controle social do sistema ampliam as demandas de expansão da escolarização em todos os níveis da educação escolar, porém, essa ampliação de vagas é seguida de precarização da qualidade, tornando-se formalmente em mera certificação sem poder de inclusão nem de permanência. Essa inclusão, pelo nível de desqualificação se torna excludente.

A seguir, Kuenzer (2006) se detém a refletir e precisar o entendimento da *inclusão* e da *exclusão* diante de uma exaustão dos termos, produzida pelo uso indiscriminado e sem definição, não só na literatura social, mas em diversas outras áreas. No caso da literatura acerca da educação profissional, a autora verifica a presença dos termos em todos os textos.

Para precisar o entendimento dos termos exclusão/inclusão Kuenzer (2006) aporta-se em estudos de Oliveira (2004) baseando-se em Marx, propõe que os termos estão pressupostos e conjugados no interior do processo de produção e reprodução do capital, donde é necessária tanto a exclusão (por exemplo, da propriedade e do capital), quanto a inclusão subordinada dos trabalhadores. É preciso excluir todos e tudo aquilo que, estando numa esfera da realidade mais ampla e complexa, não se encaixa diretamente na lógica e dinâmica do capital para que, despojado e alienado, possa ser simplificado a um denominador econômico do capital.

A interface exclusão/inclusão se faz então orgânica no ordenamento das relações sociais capitalistas. Isto se efetiva tanto na ordem produtiva, em relação aos setores produtivos, como em relação aos trabalhadores, sendo a inclusão/exclusão no campo da formação e educação, parte dessa mesma dinâmica de reprodução do capital.

A esfera das relações de concorrência mercantil entre os setores dinâmicos depende da complementaridade (inclusão) dos setores e ramos produtivos precarizados, e excluídos da ponta. Essa exclusão incluyente proporciona a sobrevivência de unidades de produção em moldes tecnologicamente obsoletos, mas que se integram aos setores dinâmicos porque viabilizam uma produção em escala pequena e específica de serviços e produtos que seriam inviáveis, pelo custo final, de serem inseridos num sistema produtivo tecnologicamente mais complexo.

Com os trabalhadores o processo é o mesmo, visto que amplos contingentes de trabalhadores de determinado ramo ou profissão são excluídos dos setores mais dinâmicos e reinseridos num outro estatuto, inferior e precarizado. A esse processo contemporâneo do

capital, Kuenzer (2006) utiliza a denominação de Oliveira (2004) de ‘redução ontológica’³³ para caracterizar um modelo ou ethos de trabalhador que se extingue num determinado lugar do sistema para ser incluído em outro, mas com uma configuração diferente.

Não se deve entender essa redução ontológica como uma mera determinação da esfera econômica, até porque parte dessa redução diz respeito à constituição de outra identidade, subjetividade de trabalhador que não se constitui sem uma interpenetração das esferas culturais, sociais, das questões relacionadas às desigualdades de gênero e de geração, de raça e de etnia, e que estabelecem posturas de luta ou de assimilação.

Entretanto, diante de uma extinção objetiva de postos e status de trabalho, e sem uma construção política social alternativa, seja no campo dos movimentos e sociedade organizada seja no campo de políticas de Estado, percebe-se um processo (mais coletivo e sociocultural do que individual), onde o consentimento subalterno se dá a partir de “novas conveniências” diante da inexorável condição de trabalho. Assim, algumas marcas do trabalho informal e precário aparecem no discurso, não só do capital e da mídia, mas também dos trabalhadores, como vantagens: trabalhar em casa, fazer o próprio horário, trabalhar sem registro, receber salário sem desconto da previdência etc.

Por intermédio das relações sociais flexibilizadas, esses trabalhadores, antes vinculados a sindicatos combativos, vão se negando como sujeitos de direitos, a partir de discursos permanentemente reiterados que não só justificam a exclusão, mas também a apresentam como positiva (KUENZER, 2006, p. 884).

Avançando-se nos setores mais dinâmicos e com processos de trabalho, tecnologicamente e de gestão mais complexos, verificam-se demandas de maior qualificação e especialização profissional e de maior escolaridade convencional, contudo para um número cada vez mais reduzido de trabalhadores.

Esse mesmo processo produz a consequente desqualificação de contingentes de trabalhadores para quem passa a se exigir outra qualificação, ou melhor dizendo, uma formação que assente sua desqualificação noutra ponto da cadeia. É essa polarização das competências,

³³ Oliveira usa o conceito de *redução ontológica* para demonstrar como Marx desvela, através da análise da mercadoria e de sua **aparência** como forma elementar da riqueza para o capital, a necessidade deste de transformar (reduzir, deformar, subsumir) a complexidade da realidade social e humana em simples elemento quantitativo-econômico, para que o capital se confirme como princípio sintético das sociedades capitalistas. Assim, a análise da mercadoria evidencia que as categorias (trabalho concreto, valor de uso e o próprio sujeito humano) não podem ser discutidas dentro da rede categorial do capital, têm que ser excluídos e reincluídos, ou seja, deformados e reduzidos para adequar-se à lógica econômica do capital (OLIVEIRA, 2004).

o mecanismo que, segundo a autora, reforça a precarização do trabalho.

Assim, é fundamental para que seja constituída outra identidade do trabalhador, mais adequada à produção reestruturada, além da sua desmobilização sindical, um processo de flexibilização para o qual contribui os processos pedagógicos que se dão nas relações sociais e produtivas, mas também, ainda que não para todos, na escola e na formação profissional.

No Brasil, as políticas de educação profissional mais recentes são do governo FHC (1997), com a criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Panflor) e, posteriormente, com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) inaugurado no governo Lula em 2003 substituindo o anterior.

Kuenzer (2006) constata mudanças conceituais na proposta do PNQ, sobretudo nos programas que vinculam formação profissional e educação básica. O ProJovem se insere, junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), nesse tipo de programa do PNQ. Contudo, para a autora, as ações do PNQ vêm se mostrando menos efetivas na prática.

Kuenzer (2006) faz uma avaliação crítica ao conjunto das ações públicas recentes no campo da educação profissional e que inclui o ProJovem. Para a autora, os programas e ações, do atual Governo Luis Inácio Lula da Silva não se diferenciam dos anteriores, do Governo Fernando Henrique quanto à concepção das relações entre Estado e sociedade civil.

Para as duas gestões prevalecem a mesma forma de parcerias entre o setor público e o setor privado. Esse modelo implica o repasse de funções e responsabilidades do Estado juntamente com os recursos públicos, às entidades e instituições diversas da sociedade civil. Tais atividades e recursos se veem, sem o devido controle e gestão pública. A prestação de contas, em geral se dá pelo controle do produto (colocação de percentual de jovens no mercado de trabalho, certificação escolar e de qualificação profissional, caso do ProJovem), e relatórios formais, sem uma profunda avaliação da efetividade social e de qualidade do serviço prestado.

Assim, como o discurso da parceria público/privado esconde o caráter privatista nas políticas públicas, para Kuenzer (2006), a integração entre a formação profissional e a educação básica, nos moldes dos programas federais, não passa de discurso demagógico.

Para a autora, as proposições e análises dos programas, incluindo o ProJovem, se

mostram no limite da superficialidade do conhecimento tecnológico concretizado com pequeno domínio de ferramentas da informática como se fosse maior capacitação de trabalho intelectual; fragmentos de conhecimentos acerca do trabalho no espaço produtivo como se fosse conhecimento científico e tecnológico; pequenas e precárias ações sociais em comunidades e noções de elementos normativos de participação cidadã, como se fossem inclusão social.

Portanto, apesar de se falar em elementos fundamentais na formação e educação dos trabalhadores, tais programas são formas aligeiradas e precárias que, na verdade, acabam por “reforçar o consumo predatório da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas” (KUENZER, 2006, p. 904).

Nessas condições não há como projetar, principalmente para a juventude pobre das classes trabalhadoras, uma formação integrada que contemple o desenvolvimento capacidade complexas (científicas, tecnológicas e sócio-históricas) que possibilitem o exercício do trabalho intelectual, a crítica e a participação social e política ativa, a criatividade e a expressão de identidades em face da diversidade e do universo cultural da humanidade, enfim do acesso aos conhecimentos exigidos pela sobrevivência com dignidade nas sociedades contemporâneas.

Mais distante a sociedade depende de tais programas, de um processo de transformação social em direção a uma sociedade com mais justiça social, mais liberdade, mais igualdade e distribuição da produção, mais acesso aos bens e recursos materiais e simbólicos.

A partir dessas avaliações, a autora conclui que o desafio da superação dessas demagogias e simulacros aponta para a necessária ampliação da participação dos trabalhadores jovens e adultos na definição e gestão das ações públicas em geral e especificamente no campo da educação básica e profissional. Para ampliar e continuar essa análise política acerca do programa, o próximo ponto tratará das críticas feitas ao ProJovem como elemento da política nacional de Educação de Jovens e Adultos.

3.3.2 O ProJovem como ação pública no campo da EJA

Rummert (2007) apresenta uma análise das ações e políticas de EJA do governo Luiz Inácio Lula da Silva, onde entende que estas “novas” propostas reiteram, na verdade, a antiga desigualdade de acesso às bases de conhecimento incluindo, sobretudo, a educação escolar (RUMMERT, 2007).

Para a autora, tal continuidade se constitui como expressão da correlação de forças

políticas da sociedade instalada no aparelho de Estado. Essa correlação de forças e as políticas do governo decorrentes dela são marcadas, segundo a autora, por duas questões: uma, da ordem das desigualdades históricas no Brasil, relacionadas à distribuição dos bens materiais e simbólicos, incluindo aí a educação de qualidade das classes trabalhadoras.

Outra questão diz respeito às repercussões internas de processos mundiais recentes de desenvolvimento do capitalismo: a reestruturação produtiva o aprofundamento da internacionalização do capital e o novo desenho de inserção, mas ainda dependente e subordinada, do Brasil no sistema capitalista internacional. Esses elementos refletem no ressurgimento da teoria do capital humano no campo da educação assim como no campo do trabalho, do Estado e do capital.

Como herança histórica, o novo governo federal depara-se com a situação nacional de baixa escolaridade concentrada nas camadas pobres da sociedade na forma de alto índice de analfabetismo absoluto e funcional, este último, ampliado ainda pelas novas desigualdades no campo do acesso às mídias tecnológicas, nos altos índices de evasão, e baixos níveis de conclusão da escolaridade fundamental e média em relação aos jovens brasileiros, sobretudo das classes trabalhadoras mais pobres.

Entretanto, para Rummert (2007), a continuidade dessas desigualdades históricas não se explica naturalmente, mas sim pelas escolhas políticas no âmbito do Estado, resultante da complexas relações de poder e de conflitos de interesse na sociedade.

A autora destaca que, nesse campo dos embates político-sociais, as classes trabalhadoras vêm mantendo relativa inexpressividade na exigência dos seus direitos à educação em todos os níveis da formação, pendendo, então, a força das decisões políticas em educação para o lado contrário aos seus interesses.

Tal comportamento parece reflexo da expansão de caráter hegemônico do mito da ascensão social via escolarização e, além disso, da idéia de responsabilização individual e privada do acesso e da qualidade dessa escolarização. Uma visão meritocrática que contribui com a relativa desobrigação do estado para além de uma manutenção formal e precária dos sistemas de ensino. A ação do Estado tende a limitar-se na oferta de simulacros de educação de qualidade, esta se mantendo mesmo na esfera do mercado, nas redes particulares e como privilégio das camadas altas e médias altas.

Contraditoriamente, vive-se uma proclamação da educação como redentora da nação e dos indivíduos e, ao mesmo tempo uma realidade profundamente desigual quanto à efetivação do direito à educação como realização humana e construção de uma sociedade mais

igualitária e justa.

Rummert (2007) fará uma exposição das condições políticas e econômicas que definem os rumos das políticas de EJA no país. Como resultado das transformações do capitalismo globalizado atual, nos anos 90, o Estado e as elites capitalistas brasileiros, implementaram políticas de ajustes econômicos impondo um agravamento ainda maior do desemprego, rebaixando um grande contingente de trabalhadores em regime formal às degradantes condições da informalidade e do trabalho precário.

Esse novo contingente engrossa o campo daqueles trabalhadores que já sobreviviam nessas condições, mazelas das iniquidades históricas de um Brasil que se moderniza como processo de acumulação de capital industrial, mas que ainda mantém nas relações de trabalho o estigma das relações escravistas.

Sem demandar uma formação massiva das classes trabalhadoras para a manutenção dos padrões de acumulação local que lhes é permitido pela ordem capitalista mundial, as classes dominantes e o Estado estabelecem instrumentos de construção da hegemonia político-ideológica para a qual é necessário um relativo consentimento dos dominados. Gramsci³⁴ (1978, 1980 apud RUMMERT, 2007) menciona a categoria ‘hegemonia’, que contribui para a compreensão das complexas condições e definições das políticas de educação como parte de uma estratégia de dominação hegemônica.

Esta visão, plantada, de uma ascensão social ‘natural’ daqueles que se formam e, portanto, daqueles que se esforçam e se destacam por seus méritos, não é exclusiva da sociedade brasileira nem do atual momento. Citando pesquisas em Portugal, Rummert (2007) apresenta como a juventude assume, de forma acrítica, tais mecanismos ideológicos de valorização, meramente, instrumentais e técnicos da educação escolar como passaporte para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para uma inserção social digna. No Brasil é expressão *clichê*, não só entre os educadores, mas nas famílias e entre os jovens, dizer que “é preciso estudar para ser alguém na vida”.

No jogo de constituição dos processos de dominação de classe, o Estado brasileiro e seus sucessivos governos, estabelecem ações que contemplam as ilusões e consciências das diversas classes e camadas da sociedade em relação à formação escolar como direito ou como instrumento de ascensão social e acesso ao trabalho.

³⁴ RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*. 2007. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Conforme emergem e se consolidam as relações de força e poder entre as diversas camadas e grupos sociais, distribuem-se de forma desigual as políticas e os recursos da educação, como as restantes políticas sociais. Os setores mais organizados e estratégicos das classes trabalhadoras conseguem então algum nível de efetividade dessas políticas sem se configurar, porém, uma alteração em suas posições subalternas, e mesmo precária, no sistema sócio-produtivo. Para os setores já excluídos ou precariamente incluídos, restam ações focalizadas, e igualmente precarizadas.

Rummert (2007) destaca que durante o governo do presidente Lula pouco se realizou para se universalizar a educação básica, ainda que várias ações focais fossem dirigidas às parcelas mais fragilizadas das classes trabalhadoras. Tais ações anunciadas com potencial de inclusão social possibilitavam, na verdade, uma formação aligeirada e de baixa qualidade. Centrando prioridade na certificação formal e não no desenvolvimento real das potencialidades humanas e sociais desses contingentes, tais programas de educação parecem atingir uma dupla intenção: no plano objetivo, adequar a formação da força de trabalho à realidade e condições de competitividade colocadas pela organização internacional do capital e da reestruturação produtiva, reduzindo investimentos desnecessários em contingentes de trabalhadores cuja preponderância é a exploração do trabalho simplificado.

No plano subjetivo e político, garante-se, ao mesmo tempo, uma formação mínima, simulacro da educação de qualidade, que contribua para a satisfação e o consentimento das camadas populares, e também, a redução formal dos índices de baixa escolaridade, tão ressonantes nas esferas de financiamentos internacionais, bem como nos espaços da imprensa nacional com reflexos no plano eleitoral.

Quanto a real situação de desigualdade, seja a econômica ou a de acesso ao conhecimento, as visões conservadora e a reformista as entendem como disfunções do sistema e não como produto inerente e estrutural deste. Propõem então, constantemente, ações e medidas focalizadas e segmentadas que visam a minimizar tais ‘disfunções’ sem ter condições reais de extingui-las.

Como já dito anteriormente, o agravante desta situação é a ausência de uma visão mais crítica por parte dos setores organizados da sociedade, inclusive da juventude, que articulasse uma ação mais contundente em direção às políticas de educação e formação profissional e tecnológica. Visão que pretendesse estabelecer real democratização da educação onde estivesse garantido o pleno direito das crianças, dos jovens e adultos das classes trabalhadoras às bases desses conhecimentos.

Contudo, é pertinente conceber que tais ações e posturas mais críticas e contundentes da sociedade organizada no campo do direito à educação só atingiriam seu ponto necessariamente nevrálgico, como parte de amplo movimento popular que impulsionasse transformações sociais, econômicas e políticas, rumo a uma democracia mais substantiva, que impusessem ao menos importantes restrições às políticas de ajuste do capitalismo global contemporâneo no país.

O Estado se vê, assim, com um campo aberto para tomar as ações que julgue dissipar e minimizar os efeitos das disfunções sociais e educacionais. Rummert (2007), reconhecendo o número maior de ações no governo Lula em relação à EJA, percebe-as, entretanto, como inseridas no quadro até aqui descrito. Em resumo: essas iniciativas focam sua centralidade para a ampliação dos mecanismos de certificação, nos níveis da Educação Fundamental, formação profissional inicial e, com menor ênfase, no Ensino Médio. Ainda assim, as metas se apresentam quantitativamente modestas face à demanda por escolarização da sociedade brasileira. Rummert (2007) destaca entre tais iniciativas do governo federal as seguintes: o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens — ProJovem, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos — PROEJA e o Exame Nacional de Certificações de Competências de Jovens e Adultos — ENCCEJA.

Serão abordadas aqui, apenas suas considerações críticas acerca do ProJovem como ação inserida no conjunto e contexto descrito anteriormente.

Rummert (2007) apresenta críticas, tanto aos pontos da concepção do programa como também, a alguns elementos de sua estruturação e execução. Considera algumas deficiências como a de se pretender uma inclusão digital dos jovens como instrumento de inserção produtiva e comunicativa, sem apresentar uma ação mais abrangente num cenário onde apenas 15% da juventude possuem acesso a computadores, estando os jovens pobres distantes dessas mídias e equipamentos digitais.

Outra questão diz respeito à re-inserção escolar dos jovens. O programa apresenta tal objetivo sem apontar minimamente os processos que deverão ser repensados para a inserção desses e dos demais jovens brasileiros ao Ensino Médio. Modalidade que também se mostra no cenário, com uma série de problemas, apresentados nos debates nacionais, quanto ao seu papel e funcionamento, seu caráter tecnicista, profissionalizante ou propedêutico, na formação integral e plena da juventude e dos adultos.

Sequer mesmo comenta-se a necessidade de ampliação de vagas públicas para essa

modalidade diante do suposto aumento da demanda causado pelo próprio programa que pretende formar 10.000 jovens por ano. Outro problema estrutural do programa apontado por Rummert (2007) é o tempo reduzido que determinará, a despeito da boa vontade dos educadores, uma formação aligeirada e precária. A autora questiona a carga horária reduzida para duas horas semanais das disciplinas do programa que não garantirá, como se propõe, o acesso aos conhecimentos necessários a sua plena formação e conseqüente inserção na vida social e produtiva.

De outra forma a locação fragmentada do ProJovem, distribuída na estrutura dos diversos ministérios, remete a uma configuração assistencialista que conduz a avaliá-lo como retrocesso em relação às conquistas da sociedade e dos profissionais da educação que vinham transferindo ações do campo da assistência para o campo efetivo da educação.

Essa caracterização assistencialista condiz com a concepção citada pela autora e já mencionada, que entende o quadro de desigualdades sociais e educativas, desfavorecendo os jovens das camadas pobres, como disfunção do sistema e não como injustiça social produzida inerentemente a ele. Esse quadro só poderia ser alterado, portanto, para a autora, por profundas transformações onde o Estado teria papel preponderante, desde que implicado noutra base resultante das correlações de forças, de cunho mais favorável às camadas populares.

Essa visão ‘naturalizante’ das desigualdades sociais na sociedade brasileira se repete na visão acerca dos jovens que deverão ser atendidos pelo ProJovem. Para Rummert (2007), as argumentações apresentadas no texto-base do programa para se dirigir prioritariamente aos jovens das camadas pobres urbanas são marcadas pelo imaginário corrente que associa os jovens pobres das periferias das grandes cidades com o tráfico e a criminalidade. Assim, o programa tomaria um enfoque de jovem-problema e de controle social corretivo e preventivo.

Por fim, essa explanação das críticas de Rummert (2007) ao ProJovem com sua consideração acerca da contraditória proposição do programa à participação ativa dos jovens. Não se trata aqui tanto da participação dos jovens na sua idealização e execução, mas de como o programa propõe desenvolver um protagonismo nos jovens que os possibilitem exercer plenamente sua cidadania e reconhecer seus direitos e, assim, “assumir responsabilidades frente aos problemas que afetam o país” ou “identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar e participar de iniciativas concretas, visando a sua superação” (RUMMERT, 2007, p.42).

Entretanto, se por um lado, as ações desenvolvidas pelo eixo da ação comunitária do programa se apresentam com possibilidades meramente tópicas, senão inócuas e frustrantes,

pois que se trata, na verdade, da ausência do Estado frente à natureza estrutural dos reais problemas enfrentados pelas comunidades, por outro, a formação dos jovens possibilitada pelo mesmo programa não os possibilita senão a um engajamento passivo “em um projeto que lhes pré-determina o futuro nos marcos já estabelecidos para as frações mais exploradas da classe trabalhadora” (RUMMERT, 2007, p. 46).

Para a autora o programa, que se pretende como elemento-chave da política de juventude do governo federal, expõe seu frágil compromisso com a democratização e universalização da educação entendido como envolvida organicamente com o todo social, fazendo permanecer o caráter dual da educação como expressão da estrutura socioeconômica brasileira.

No ponto seguinte, serão expostos de forma mais conclusiva avaliações acerca do ProJovem, programa onde se inserem os jovens trabalhadores entrevistados e cuja participação aponta elementos de suas relações e expectativas com o mundo do trabalho.

3.4 Afinal, de que inclusão se trata no ProJovem?

O ProJovem surge em 2005 no cenário de um novo governo, primeiro Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. É concebível que a prolongada série de campanhas eleitorais do líder sindical, que envolveu amplos setores do movimento social, acumule expectativas de profundas mudanças democráticas, sobretudo nas políticas sociais, em relação a um governo seu. Com respeito às políticas de juventude não seria diferente.

O próprio texto de apresentação do ProJovem anuncia, oficial e explicitamente, um novo modelo de intervenção do Estado brasileiro junto aos jovens em contextos de desigualdades sociais mais graves.

O ProJovem é apresentado como um componente importante de uma política integral para a juventude estabelecida em um Plano Nacional da Juventude (PNJ), coordenado por uma Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e que institui um Conselho Nacional da Juventude (CNJ) (BRASIL, 2005). Dentro desse contexto histórico-político, considera-se que esse programa torna-se um campo obrigatório de análise do direcionamento da política nacional (e local) para os jovens, ou seja, de como a intervenção do Estado dialoga e impacta, ou não, a condição juvenil de jovens filhos das camadas pobres da sociedade.

Como foi anunciado no início deste capítulo, não há como realizar aqui, uma análise mais aprofundada acerca do ProJovem e da Política Nacional de Juventude em seu conjunto,

pois o eixo central deste trabalho é a relação dos jovens com o trabalho. Entretanto, não há como fugir de avaliação, ainda que preliminar, à pergunta/título acerca da possibilidade de inclusão social efetiva pelo ProJovem. Programa que é considerado como território de investigação importante no cenário atual, onde se assenta de um lado, as ações do Estado e de outro, os sujeitos jovens, em suas atuações, experiências sofridas e sentidos de vida, educação e trabalho.

Assim, passados alguns anos da implantação inaugural do programa e do conjunto de medidas do Estado, onde ele se insere, percebem-se sérias restrições para considerá-los como uma mudança de paradigma.

Se for perceptível um desenvolvimento conceitual na argumentação da proposta político pedagógica, que aponta para uma integralidade de ações e de formações, uma perspectiva de inclusão social referencia-se em um diagnóstico mais abrangente, até então, da condição juvenil no país.

Esse avanço não pode ser visto como superação das limitadas tendências e enfoques das políticas públicas no Brasil e das políticas de juventude especificamente que são marcadas por sérias limitações como se pôde observar na exposição deste capítulo.

Em linhas gerais, o ProJovem parece dar prosseguimento às caracterizações e também aos elementos problemáticos apontados por autores como Sposito (2003a), Leão e Diniz-Pereira (2008), Abad (2003), Bango (2003), entre outros, acerca das políticas públicas em geral e acerca das políticas públicas de juventude em especial no contexto brasileiro.

As argumentações e proposições teóricas e conceituais do programa, distanciadas de uma correspondência no campo da implementação prática, sem uma estruturação e uma metodologia da ação correspondente com os princípios da participação e da garantia da apropriação pelo público, corre o risco de se limitar a uma retórica vazia, se não, a um exercício da demagogia.

O tempo reduzido, o tratamento ainda superficial do mundo do trabalho, os problemas com a relação de trabalho e com a formação dos educadores, a ausência da participação da sociedade civil e especialmente da juventude, a precariedade material e dos equipamentos, a falta de um complexo de ações efetivamente intersetoriais que conectassem com uma política de desenvolvimento social mais ampla, são elementos que impossibilitam tal superação de paradigma.

Ao contrário, reafirmam na prática a tendência tradicional onde prevalece a incorporação formal dos jovens à escolarização, antigo parâmetro de modernidade, como

elemento mítico e meritocrático de ascensão social.

Ao se tratar da inclusão sem uma intervenção forte dos problemas da condição juvenil e, sobretudo, da situação juvenil das camadas pobres e populares, permanece a ação na superficialidade e no tratamento do ‘jovem como problema’ visto que acaba retornando a ele e a sua família, a responsabilidade pelo seu deslocamento da precariedade social, escolar e do trabalho. Cabe a ele ‘escolher’, ‘decidir’ e se ‘esforçar’ para superar as dificuldades de ordem educacionais e de ordem sociais que o impedem de progredir socialmente, de estudar, de frequentar e aprender.

O alto índice de evasão inicial ou ao longo do programa, como se verificou, é forte indicativo da falta de condições de acesso e permanência dos jovens por motivos extra-escolares, ou seja, por impossibilidades ou impedimentos que se formam no conjunto das suas condições sociais precárias.

Tais questões não mereceram tratamento do programa e nem de uma política pública global para a juventude. Essa evasão pode, também, ser reflexo da reedição de elementos da forma escolar clássica ocorrida na prática cotidiana do programa. Trata-se de repetir um modelo no qual a maioria dos jovens do programa não conseguiram se adequar ou se desenvolver.

Entretanto, o problema da ausência dos jovens parece não ser específico do ProJovem. É uma questão generalizada apontada nas descrições e estudos dos diversificados programas voltados para a juventude. Trata-se de um desafio urgente de investigação, compreensão e ação, já que tal evasão irrompe ainda na instituição escolar a partir dos anos finais do Ensino Fundamental e se alastra por todos os níveis da educação. Mas, enfim, o ProJovem não supera os problemas da evasão.

Observando o descompasso entre a formulação e implantação das ações políticas de juventude (*policy*) diante das demandas dos setores juvenis no Brasil, principalmente dos estratos mais pobres da população, parece que as esferas do Estado brasileiro, legislativo e executivo, após um atraso histórico das políticas públicas de juventude, em termos comparativos com outros países, procuraram antecipar-se ao estabelecimento de um debate mais ampliado e profundo na sociedade acerca das políticas de juventude (*politics*), pois, como disse Abad, “quem define o problema define também as suas estratégias de solução” (ABAD, 2003, p. 17).

Se o programa, a despeito de novas terminologias não rompe com paradigmas, então deve dar continuidade às formulações implementadas anteriormente. Se se entender, como

Abad (2003), as ações do Estado como resultado das correlações de forças na sociedade deve-se concluir que a implantação do ProJovem reflete, ou pelo menos, atenda, às posições e interesses predominantes na sociedade, ainda que haja espaço para contradições dentro desse mesmo aparelho estatal.

A despeito da manifestação das boas intenções, é possível entender o ProJovem como funcional, ou no mínimo, sem contradição com as políticas do Estado no campo da educação e de juventude com os processos nacionais de readequação do sistema produtivo e de trabalho aos novos parâmetros produtivos e comerciais do capital mundial.

A lógica que parece sobressair na execução do ProJovem, tanto na dimensão da educação escolar quanto na formação profissional não rompe, e sim reforça a idéia de preparação para a empregabilidade, o trabalho autônomo, e principalmente, para o trabalho precário.

Esse tipo de formação, como nos mostrou Kuenzer (2006), compõe um campo de estratégias que visam a constituição de uma nova mentalidade, uma nova identidade do trabalhador e uma subjetividade capaz de adequar-se aos novos padrões de produtividade e de relações de trabalho. Uma redução ontológica de determinadas atividades de trabalho e de determinados trabalhadores necessária à sua assimilação pela lógica do capital.

Essa nova mentalidade do trabalhador (no caso, um novo e jovem trabalhador, sem as vivências das experiências, vínculos, sentidos e relações de trabalho mais clássicas e anteriores, historicamente), é condição subjetiva para que se faça tal inclusão ao sistema.

Essa nova mentalidade é condicionada por alterações dos processos concretos de trabalho e produção que alimentam uma visão naturalizada e inexorável da precariedade, informalidade, e ausência do trabalho.

Kuenzer (2006), salienta que a redução ao status de simplicidade quantitativo-econômica do trabalho e dos trabalhadores pelo capital é condição inicial da redução ontológica destes. Porém, esta condição só se completa com a geração de outra identidade e subjetividade de trabalhador que não se constitui sem uma interpenetração das esferas culturais, sociais e das questões relacionadas às desigualdades de gênero e de geração, de raça e de etnia, que estabelecem posturas de luta e resistência ou de assimilação dos sujeitos. (KUENZER, 2006; OLIVEIRA, 2004).

É perceptível, então, a importância do papel que jogam os processos de formação informais e tácitos das esferas sociais e produtivas, mas, sobretudo os processos mais formais e oficiais de educação e qualificação profissional na formação de novas mentalidades acerca

do trabalho, que são orientados por políticas de Estado que têm intencionalidades vinculadas aos interesses dominantes na sociedade e no âmbito do aparelho estatal.

Se críticas às ações e às políticas são necessárias, visto que são escolhas que apontam a intencionalidade pela continuação do quadro de desigualdades históricas na sociedade brasileira, por outro lado, é necessário reconhecer que no cenário das lutas sociais, há muito que fortalecer para se compor alternativas populares de estabelecimento de novas estratégias de lutas que se direcionem ao Estado em sua dimensão global. Todo o complexo sistêmico inclui as instituições clássicas do Estado capitalista, acrescido do poder de definição das políticas por parte das grandes organizações produtivas do capital.

Nesse sentido, tanto as políticas voltadas para a condição geral dos jovens, quanto as políticas específicas de educação e formação profissional têm de se colocar como parte de um amplo movimento na sociedade, que congregue outras questões sociais e políticas vinculadas a uma estratégia de emancipação social, colocada em marcha pela unificação de diversos movimentos e organizações sociais e populares.

Só essa compreensão mais integral da política e de identificação do locus de poder dentro do sistema será capaz de superar as limitações da atual relação Estado/sociedade, ambos dominados pela lógica de reprodução e acumulação do capital. É imprescindível a participação dos trabalhadores jovens e adultos na definição e gestão das ações públicas em geral, para que não só se combata o engajamento passivo desses “em um projeto que lhes pré-determina o futuro nos marcos já estabelecidos para as frações mais exploradas da classe trabalhadora” (KUENZER, 2006, p. 906).

Mas também, se construam relações dentro de princípios de solidariedade de classe, novos paradigmas de desenvolvimento social e humano onde formas de educação de crianças, jovens e adultos não se pautarão pelos interesses produtivistas e de mercado de uma classe dominante e exploradora do trabalho humano.

Conclui-se afirmando que uma mudança de paradigma relacionada às políticas sociais e de juventude só poderia ser alcançada por profundas transformações, onde as ações e políticas públicas teriam como fundamento outra base de poder. Não construídas de forma limitada a partir de uma disputa do aparelho estatal, que não altera o caráter de dominação de classe do Estado com as simples alternâncias de partidos e coligações nos governos.

Entretanto, construída a partir do enfrentamento direto e das lutas da classe trabalhadora nos seus diversos movimentos sociais e políticos, atacando as bases econômicas da exploração do trabalho pelo capital e suas conseqüências destrutivas no campo social, político e ideológico

do sistema como um todo.

O próximo eixo de análise deste estudo será o trabalho, a atividade humana *lócus* do sistema capitalista que geram toda a sua base material e possibilitam toda uma instância de organização social, política e cultural, hierarquicamente construída de forma a favorecer a classe dos capitalistas.

4 O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO ATUAL

Neste capítulo será feita uma abordagem mais teórica buscando resgatar o trabalho como categoria ontológica da humanidade com base nas formulações marxianas.

Em seguida, serão feitas análises acerca das transformações produtivas e do trabalho no desenvolvimento mais recente da sociedade capitalista, abordando suas implicações, o campo da produção e da organização da exploração da mais-valia, a e expropriação do valor excedente produzido pelo trabalho humano para além de sua reprodução.

Em outro momento serão abordadas suas conseqüências no plano das relações sociais e das lutas de classe, o sistema como um todo nessas análises, e por último, o plano específico da sociedade capitalista periférica brasileira.

Os sujeitos em quem os estudos aqui trazidos miram seu olhar e seus esforços são os jovens das classes trabalhadoras, em particular das camadas populares das áreas urbanas.

A ação desses mesmos sujeitos será, sobretudo o trabalho, por considerá-lo como essência na constituição da sociedade humana, central no desenvolvimento e superação das relações da sociedade capitalista contemporânea, e por entendê-lo como atividade-eixo em torno do qual se constitui a vida e os elementos de valor e ética dos jovens que vão se tornando adultos, tanto quanto trabalhadores nesta sociedade.

Se no primeiro capítulo dessa dissertação foi dada total atenção aos jovens, neste capítulo será salientado o trabalho. Serão retomadas as duas pontas desses estudos, juventude e trabalho, no quarto e último capítulo, no qual haverá a relação do sujeito e sua ação, ou seja, os jovens e suas atividades de trabalho. Na verdade, um esforço de rearticular o que a mente separou sem que em realidade nunca estivesse separado.

4.1 Em que sentido do trabalho?

Nas últimas décadas, o campo das ciências sociais tem produzido internamente e propagado por outras áreas um debate acerca da vigência da esfera do trabalho como âmbito e processo central da sociabilidade humana contemporânea. A exposição que a seguir se fará, para muitos, repetitivo e elementar, tem o propósito de certificar de qual compreensão será abordada acerca do trabalho, visto que a pesquisa pretendeu focar a relação objetiva e subjetividade dos jovens pesquisados exatamente com esta esfera do social.

A discussão acerca das potencialidades e papéis distintos das múltiplas esferas do

metabolismo e da estrutura social não é uma discussão recente. Também, a questão relação entre as dimensões objetivas e subjetivas do âmbito material e ideal remontam aos debates filosóficos desde a Grécia clássica.

O debate sobre a centralidade (ou não) do trabalho está posto pelo menos desde o séc. XIX. Contudo, as transformações na esfera da produção econômica e a correspondente reestruturação dos processos e das relações de trabalho no sistema capitalista atual, parecem ter restabelecido o debate.

O argumento de uma ‘nova ordem social’, que estaria no lugar de uma antiga ‘sociedade fundada no trabalho’, seria a irrupção de uma ‘sociedade do conhecimento’ e da prevalência dos processos inter-comunicativos. Tais processos, possibilitados pelo alto desenvolvimento científico e tecnológico, das conquistas do progresso social que se desfizeram dos ‘primitivos’ antagonismos de classes, já não seriam mais centrais (ou mesmo relevante, para alguns) para tratar dos processos de socialização e das transformações da organização social contemporânea. Para alguns autores dessa tendência o trabalho, mesmo que o trabalho já tenha sido, num passado recente, já não seria mais central (ou mesmo relevante, para alguns).

Esta vertente de pensamento, genericamente relacionada às formulações da ‘pós-modernidade’, proclama a “desaparição do trabalho” (Dominique Méda), a “substituição do trabalho pela esfera comunicacional” (Jurgen Habermas), “perda da centralidade da categoria trabalho” (Claus Offe), “fim do trabalho” (Jeremy Rifkin), entre outros citados por autores já referenciados. Tudo isso acerca de novos paradigmas de estruturação e dinâmica das sociedades contemporâneas é, por si, extremamente complexa e matizada.

Contudo, não seria nesse presente estudo, o espaço pertinente para aprofundá-la. Entretanto, toma-se como ponto de partida um posicionamento crítico a essas previsões sem lastros reais e que parecem vaticinar profecias hora rumo de inferno, hora rumo ao paraíso.

Há, porém, outros pensadores, cujo posicionamento, mesmo diante das explosivas transformações, sobretudo nas três últimas décadas, que não veem razões empíricas e teóricas para que não se continue a perceber e raciocinar sobre a esfera do trabalho como atividade central da sociabilidade humana e como princípio educativo básico.

Parte-se da consideração dessas últimas, para direcionar os rumos teóricos e analíticos desses estudos e das entrevistas com os jovens trabalhadores. Para buscar compreender a realidade social contemporânea e a condição dos jovens das camadas pobres da sociedade brasileira, são tomados como referenciais os autores (ANTUNES; ALVES, 2004, 2007; FRIGOTTO, 1999, 2002; KUENZER 1999, 2006; LESSA, 2006; MEZÁROS 2006;

SOUZA-JUNIOR, 2008; TAVARES, 2010).

Uma passagem de *A classe operária em mutações*, de J. Lojkin³⁵ (1990 apud IANNI, 1994) pode ilustrar bem pelo menos parte do que esses autores vêm expressando acerca dos limites do raciocínio de que um avanço das tecnologias implicaria conseqüentemente no desaparecimento do trabalho.

O raciocínio parte de que a revolução industrial do século XVIII significou um avanço tecnológico que permitiu a construção de sistemas mecânicos impulsionados uniformemente pelos movimentos de ferramentas, antes controlados diretamente pelas mãos do trabalhador. Uma vez acionado, o mecanismo controlaria, ele próprio, as ações mecânicas previstas pela sua engenharia de máquina-ferramenta. Contudo, o trabalhador teria a tarefa de controlar o mecanismo, alimentando-o de matérias primas e mantendo-o em funcionamento, controlando seu desempenho, permanecendo assim parte de suas funções cerebrais.

Por sua vez, o sistema de automação significaria o desenvolvimento de uma tecnologia que possibilitaria a passagem da máquina-ferramenta para os sistemas de máquinas autoreguladas que possibilitam substituir as funções de vigilância humana dos mecanismos de produção, ou seja, substituir não apenas as funções manuais, mas também as funções cerebrais humanas.

Entretanto, o sonho capitalista de uma fábrica sem trabalhadores está muito longe de se realizar. Se tal advento fosse real, significaria mesmo a extinção de todo o propósito da atividade capitalista de produção, ou seja, a extração de mais-valia produzida na atividade humana do trabalho na produção de valores de troca, bem como na impossibilidade de realização desses valores diante da inexistência de um mercado consumidor desses bens.

Na verdade, o que se constata é a implicação ainda maior do fator humano na produção para fazer funcionar e produzir, a partir dos sistemas automatizados. Se já não se depende de atividades massivas de trabalho manual e mesmo de um controle passivo dos sistemas mecanizados, torna-se necessária uma atividade humana muito mais intelectual que compreenda os complexos sistemas tecnológicos e que os faça não só funcionar, mas que os construa e os reconstrua desenvolvendo incessantemente seu potencial tecnológico e produtivo.

Há, portanto uma redução da distância entre os atos humanos parcelados pela concepção, manutenção e produção material, preconizados pela antiga organização taylorista. A atividade humana produtiva se complexifica e se integraliza. Isto é mesmo um imperativo

³⁵ IANNI, Otávio. O mundo do trabalho. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, n. 8, p. 15-35, jan/mar, 1994.

diante de uma competitividade que não mais se reduz à esfera da realização do capital no mercado, mas que se coloca de forma cada vez mais intracapitalista, como adverte Santos A. (2004), dentro da atividade produtiva mesma.

Entretanto, essa integralização humana entre concepção, gestão e produção não corresponde a eliminação das contradições da produção capitalista. Não elimina o trabalho alienado e nem elimina o seu intento supremo de extração da mais-valia.

Ao contrário, o processo de alienação deve se (re)constituir com a intensificação da implicação subjetiva manipulada do trabalhador para se garantir que a extração da mais-valia relativa seja ampliada cada vez mais. Ou seja, como nos aponta Tavares (2010), a partir de Marx, para que se amplie a diferença entre o tempo em que a força de trabalho despende na produção e o tempo de trabalho de que realmente necessita para sua própria reprodução. Permanece, portanto, a extração mais-valia como lugar central no modo de produção capitalista e “o processo de produção como a esfera ou ‘locus’ dessa relação contraditória” (TAVARES, 2010, p. 01)

Uma primeira retomada teórica seria compreender o trabalho como o que Lukács (1997) (baseando-se em Marx) define como ‘protoforma do ser social’, ou seja, o processo de interação do homem com a natureza onde se dá um salto ontológico do ser vivo para o ser social, a sociedade humana, propriamente.

O trabalho se efetiva no momento da objetivação, ou seja, através da síntese entre uma prévia-ideação (uma idéia para ação sobre a natureza) teleologicamente posta, e os *nexus causais* realmente existentes (na natureza) (LESSA, 2006; LUKÁCS, 1997; SOUZA-JUNIOR, 2008).

Essa dimensão do trabalho constitui-se na sua face criadora da vida humana, na medida em que a produção de bens úteis materiais e simbólicos constitui-se na condição constitutiva da vida da sociedade e do indivíduo humanos. Transformando a natureza pela ação consciente do trabalho, buscando a criação de bens necessários os seres humanos transformam, também, a si mesmos, constroem-se e desenvolvem-se como humanos.

Um ser que transforma a madeira numa lança, transforma a si num ser que sabe e que faz lanças, e que reutilizará esse saber em outras situações de demanda aproximada. Trata-se da *apropriação* da natureza (no conceito ontológico de propriedade), de tomá-la na propriedade (características e potencialidades) própria de cada um de seus elementos, pelos humanos, e moldá-la como respostas às suas necessidades.

Como a consciência necessária à ação, a capacidade de dar respostas às demandas, parte

de níveis cada vez mais desenvolvidos, acumulados e socializados social e individualmente, o trabalho possui, também, um necessário princípio educativo. Trata-se do desenvolvimento de uma consciência que não é inata ao ser, mas desenvolve-se através de sua atividade e das relações sociais entre os humanos (ARANHA, 2006; FRIGOTTO, 2002).

Entretanto, sob o metabolismo social do capital, cujo desenvolvimento resulta de processos históricos específicos da relação dos humanos com a natureza e entre si, o trabalho se deforma e se desumaniza, na busca do capital por centrá-lo não na primária produção de bens de uso, mas na produção de valores de troca que possibilitem a acumulação e valorização do capital.

Assim como seus produtos, o trabalho transforma-se em mercadoria, em força de trabalho. Há uma redução ontológica do ser humano que trabalha e seus bens úteis a um *quantum* econômico, possibilitando a essas categorias a serem inseridas assim à lógica do capital e da sua acumulação (OLIVEIRA, 2004).

Uma mercadoria que possuirá, entretanto, uma capacidade diferencial, pois, posta em atividade a força de trabalho, produzirá valores, incorporados nos produtos, superiores ao seu valor pago como mercadoria. O trabalho humano é aqui então, quantificado comprado, e nessa condição, transformado em trabalho assalariado.

A transformação do trabalho pago como mercadoria o transforma em propriedade do capital, e seus valores produzidos para além do seu valor pago será pelo capital incorporado, como mais-valia. O trabalhador se vê, portanto, alienado do produto do seu trabalho (no sentido de expropriado, de transferir a outro seu direito de propriedade) e estranhado em relação ao processo e aos resultados da produção, visto que não parte de sua relação própria como ser humano individual e social diante da necessidade de dar uma resposta a uma demanda, mas dos interesses do capital.

A relação com o trabalho nessas condições sócio-históricas, deformadas e desumanizadas, tomam um caminho ambíguo. Por um lado como, a necessidade e mesmo o direito a um trabalho que garanta a sobrevivência e a expressividade humana do trabalhador, por outro, a exploração, as condições indignas e mesmo a negação da possibilidade e do direito ao trabalho.

Marx (1970, p. 93), entendia que “se pudesse, o trabalhador fugiria do trabalho como quem foge da peste”. Uma pregação moral e ideológica acerca do valor do trabalho, de se ser uma pessoa trabalhadora, sempre foi preocupação formal e informal na ordem social do capital, até mesmo na forma legal de criminalização à vadiagem, como formas de enfrentar a

dicotomia acerca do trabalho.

Atualmente, essa pregação toma outros contornos, diante de um contexto de diminuição da forma emprego, a capacidade de ‘empregabilidade’ toma o centro das competências para se sobreviver numa sociedade que desregulamenta e reestrutura suas formas de exploração do trabalho.

Antunes (2007), em *Os Sentidos do Trabalho*, procura esclarecer não só os pontos de partida desse debate, desde as contraposições de Habermas às posições de Lukács, mas apresenta uma análise das condições concretas do sistema produtivo e econômico moderno, do trabalho e sua centralidade como estruturante da organização social do capitalismo e sua correspondente reestruturação como fonte e condição essencial dessa ordem social e econômica (ANTUNES, 2007).

4.2 Crise do capitalismo e centralidade do trabalho

A partir dos anos 70, o período de crescimento e acumulação capitalista do pós- guerra, aponta sinais de nova crise estrutural do sistema. Esta crise é um conjunto complexo e interconectado de elementos econômicos, políticos e sociais.

Primeiramente, há uma redução da taxa de lucro e da produtividade devido principalmente ao aumento do preço da força de trabalho e pelas lutas e conquistas sociais advindas dos anos 60 e segundo Paula (2009) pelo fator da superprodução dado os níveis da concorrência intercapitalista, destaca-se aqui, a grande expansão das economias da Alemanha e Japão.

Portanto, há um esgotamento nos padrão produtivo e de acumulação *fordista/taylorista* implicando em retração da economia, estagflação³⁶, seguido de aumento do desemprego, baixa do consumo, privatizações e concentração de capitais, hipertrofia da especulação financeira internacional, endividamento e crise das políticas assistenciais e sociais dos Estados centrais (PAULA, 2009; ANTUNES, 2007).

Diante da necessidade de enfrentamento de uma crise de caráter estrutural, delineada pelo esgotamento do padrão de acumulação, em meio a um destrutivo processo de intensificação das disputas concorrenciais entre os grandes grupos transnacionais, o imperativo de controlar as pressões das lutas e as demandas sociais dos trabalhadores, o capital implementa uma série de transformações no sistema produtivo que amarram-se na

³⁶ Estagnação econômica somada à aumento de inflação.

esteira de uma nova organização política e social nacional (pelo menos nos países centrais e intermediários do capitalismo) e mundial.

Essa nova ordem neoliberal deveria responder à crise do paradigma do *welfare state*, que se encontrava restrito e esgotado para os padrões de desenvolvimento capitalista globalizado.

No campo da organização da produção e do mercado mundial, processa-se uma nova divisão internacional do trabalho, transferindo para os países intermediários algumas unidades de montagem e de produção parcial, algumas indústrias poluentes, por conveniência do preço da força de trabalho, de manipulação de volumes de capitais financeiros ou produtivos, de descentralização, desnacionalização e desestatização dos processos produtivos. No mundo do trabalho ocorrem transformações substanciais nos países centrais, mas com reflexos significativos, ainda que diferenciados, nos países periféricos incluindo o Brasil. A primeira modificação é uma diminuição do operariado industrial tradicional nos grandes centros, processo que Antunes (2007) chamará de ‘desproletarização’ do trabalho industrial.

Sofrendo o impacto de um processo de avanço tecnológico e informacional de um lado e uma adequação mais sensível às demandas qualitativa e quantitativamente flexíveis do mercado, contingentes de trabalhadores serão afastados definitivamente de seus antigos postos de trabalho, de outro.

Pode-se aqui raciocinar que dentro da lógica de desenvolvimento capitalista no atual contexto histórico, tende-se a alterar a estratégia de composição do capital. Procura-se, nos setores de tecnologia de ponta, transferir valores do capital variável (entre outros a força de trabalho) para o capital fixo, novas técnicas e tecnologias de produção e de gestão, informatização e automatização. Contudo, é preciso entender que esse capital fixo na forma de tecnologias e maquinários correspondem a uma substituição parcial do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, trabalho concentrado e armazenado nos produtos dessa tecnologia.

Paralelamente à reorganização produtiva e do trabalho, as elites dos países centrais do sistema conseguem impor uma ofensiva ideológica e política na correlação de poder reorientando uma nova formatação do Estado nacional em favor dessa rearticulação da lógica capitalista.

As chamadas reformas neoliberais buscam responder à dimensão da crise econômica que acaba por afetar as bases do *welfare-state*, que garantia, até então, certa estabilidade social e política aos conflitos de classe nas sociedades centrais do capital.

As reformas efetivaram privatizações de empresas e serviços, enxugamento da estrutura

do Estado e dos orçamentos públicos, retrocessos no campo dos direitos e garantias trabalhistas, combate político e ideológico aos movimentos de esquerda, às idéias socialistas e aos movimentos sociais e sindicatos. O caráter implacável das medidas neoliberais valeu à sua representante maior na Inglaterra, a primeira ministra Margaret Thatcher, o título de Dama de Ferro.

Esta ofensiva na correlação de forças em favor dos representantes da hegemonia capitalista teve o reforço do processo de desconstituição política e das estruturas sócio-econômicas dos países do chamado leste europeu e da antiga União Soviética. Esse elemento teve, num só tempo, reforço dos argumentos pró-capitalistas e desarticulação política de amplos setores da esquerda e dos movimentos sindicais.

Uma subordinação da luta política e ideológica, circunscrita à ordem democrática capitalista e o deslocamento rumo a uma posição de tipo social-democrata foram as posturas da maioria das lideranças da esquerda e dos sindicatos, colocando as classes trabalhadoras a mercê de um processo de conformação e mesmo de adesão ideológica aos pressupostos neoliberais e aos processos de ‘envolvimento manipulado’³⁷ dentro das empresas. Iniciando-se na Europa, esse processo vai se expandindo por todo o globo (ANTUNES, 2007).

Compondo o cenário do debate teórico, político e ideológico acerca das transformações tecnológicas, produtivas, do trabalho e das relações sociais processadas durante o século passado, surgem teses a nosso ver fragmentárias de interpretação relativista, que se põem a analisar a realidade social baseadas pelo suposto fim do paradigma da sociedade do trabalho. Em especial o campo da “pós-modernidade”, que estende suas bases em amplas áreas de conhecimento e atividades humanas. As teses desse campo formam mesmo um conjunto heterogêneo de graduações e tendências diferenciadas. Portanto, a abordagem acerca dessa linha teórica será aqui limitada às questões mais centrais da análise do trabalho e da produção capitalista, devido aos eixos de análise deste capítulo três.

Para a concepção pós-moderna a sociedade do trabalho seria uma “página virada” da história da humanidade, após os adventos propiciados pela alta tecnologia. Esta estaria sendo aplicada ao mesmo tempo no processo produtivo, via informatização e automação, e no processo comunicativo e informacional, via redes integradas de informação e meios e instrumentos de comunicação de massa.

³⁷ Expressão de Antunes (2007) correspondendo a um mecanismo mais sofisticado de arrebatamento dos trabalhadores, gerando uma alienação (estranhamento) ainda mais assimilada e sutil, possibilitando processos de expropriação dos saberes do trabalho (savoir faire). (ANTUNES, 2007, p. 190).

A comunicação na sociedade, contando com nível tecnológico cada vez maior, permitiria a instantaneidade e universalização do acesso, bem como, a democratização das informações e padrões de cultura. Essa nova realidade tecnológica, científica e comunicativa estabeleceria, portanto, um novo paradigma da sociedade centrada no conhecimento e na comunicação.

Como consequência, ou mesmo como causa, conforme argumenta Frigotto (1999), o fim da centralidade do trabalho e das relações de trabalho seria a postulação do fim da luta de classes, visto que a classe trabalhadora estaria em processo de dissolução, seria agora reduzida a diversos e fragmentados extratos sociais.

Frigotto (1999) analisa que a explicação desse deslocamento da centralidade do trabalho seria consequência do intento, por Habermas (um expoente do campo em análise), de ‘eliminar’ a concepção de luta de classe em função de argumentações e explicações ‘mais adequadas’ ao novo quadro contemporâneo.

Para tanto, não bastaria apenas ‘desconstituir’ a classe trabalhadora, mas também ‘dissolver’ aquilo que a define em sua essência, o trabalho. Segundo Frigotto (1999, p 31), utilizando-se das análises de Anderson (1985)³⁸ a base teórica de Habermas³⁹ se apresenta como uma “reformulação” do materialismo histórico, uma vez que Marx⁴⁰ teria “se equivocado” em dar excessiva primazia ao fator da produção material na constituição e desenvolvimento histórico da humanidade. Na porta aberta por Habermas⁴¹ viriam a adentrar uma série de outras teorias e formulações, buscando focos de questionamento de uma tradição iluminista.

Segundo o entendimento das posições ‘pós-modernas’ essa tradição já estaria vulnerável e desabilitada para explicar a complexidade social emergente. Também partiam do princípio de que havia um esvaziamento dos conflitos de classe frente aos constantes avanços da ciência e da democratização da sociedade.

Tal ‘novo paradigma’ explicativo na verdade não se constituiu. Frigotto (1999) justifica a afirmação analisando que as próprias teorias “pós-modernas” se apresentaram fragmentadas em inúmeras vertentes constituindo-se num arquipélago, onde cada ilha seria uma ‘verdade’. A primazia dada à linguagem e à subjetividade humana, descentrada de suas bases históricas e materiais parecia dar vazão à liberdade e à subjetividade ao indivíduo.

³⁸ Citado por Frigoto, 1999.

³⁹ Citado por Frigoto, 1999.

⁴⁰ Citado por Frigoto, 1999.

⁴¹ Citado por Frigoto, 1999.

Contudo, o risco seria que esse indivíduo se perdesse ‘flutuando no espaço’. Tal inconsistência relativista, argumenta o autor, não dá suporte às críticas mais básicas do pensamento ‘pós-moderno’, ou seja, à questão do fim do trabalho como centralidade ontológica da humanidade.

As postulações do campo da ‘pós-modernidade’ não conseguem formular uma interpretação realmente dialética e transformadora acerca das condições críticas da sociedade humana atual. Entretanto, as formulações dessa corrente vieram ao encontro das necessidades de formulações de novos valores e argumentações ideológicas próprias do capitalismo.

Tais concepções fortaleceram o campo do neoliberalismo no seu intento de aniquilamento político das classes trabalhadoras e das idéias que dão suporte à sua resistência e enfrentamento. Pode-se concluir, portanto, a partir das análises de Frigotto (1999), que tais teorias têm contribuído com a vulnerabilidade teórica, intelectual, política e prática, não só no campo acadêmico, mas também, no campo dos trabalhadores e suas lideranças.

Uma retração política dos partidos e movimentos sindicais, a partir dos anos 1980, retroalimentava sua crise, já colocada pelas transformações do mundo do trabalho que, por si, já colocavam na defensiva, massas de trabalhadores na iminência de um desemprego crescente e estrutural, com a extinção de funções, profissões e mesmo setores econômicos inteiros. Conforme Antunes (2007), essas complexas mudanças tiveram conseqüências diversas no mundo do trabalho.

As principais, segundo o autor, seriam: a) diminuição do operariado manual, fabril, típico do *fordismo*; b) ampliação de diferentes formas de subproletarização e precarização do trabalho: subcontratação, jornada parcial, terceirização, informalidade; c) aumento e precarização do trabalho das mulheres; d) expansão inicial dos assalariados médios, principalmente do setor de serviços; e) intensificação da exclusão dos jovens e dos trabalhadores acima dos 45 anos considerados ‘velhos’ para o mercado de trabalho; f) intensificação e super-exploração do trabalho, trabalho imigrante, infantil, e em condições ate criminosos; g) desemprego crescente e estrutural, que somado ao trabalho precarizado o desemprego chega a atingir mundialmente o número de 1 bilhão de pessoas, o que corresponde a 1/3 da força de trabalho humano; h) expansão do trabalho social combinado com a participação no processo produtivo de diversos trabalhadores localizados em vários locais do planeta.

Considerando-se todas essas condições, fruto das transformações de diversas ordens, a classe trabalhadora se apresenta hoje mais fragmentada, mais heterogênea, sofrendo os

impactos (des)socializantes da crise do capitalismo, tornando-se mais complexa: trabalhadores mais e menos qualificados, formais, informais, estáveis, instáveis, jovens, velhos, homens, mulheres, imigrantes, nacionais, legais, ilegais, brancos, não-brancos.

Esse quadro de ampliação das diferenças dentre os trabalhadores, coloca o desafio de ampliar a compreensão da ‘classe-que-vive-do-trabalho’, expressão utilizada por Antunes (2007) que serão tratados com mais detalhes mais a frente. De posse desse raciocínio, Antunes (2007) procura reafirmar a centralidade do trabalho e do papel das classes trabalhadoras, criticando as posições de reconhecidos autores que decretaram o seu ‘fim’, como Habermas, Klaus Offe e André Görs, entre outros.

Considerar essa nova e diversa configuração de classe é, para Antunes (2007), fundamental para que se enfrente o desafio de reconstruir os laços e vínculos de pertencimento de classe entre esses variados seguimentos como condição para enfrentamento dos efeitos perversos da crise do capital.

Uma análise mais específica acerca da nova configuração da classe trabalhadora será desenvolvida num item a parte nesse capítulo, mas antes serão abordadas mais particularmente nas mudanças próprias da organização da atividade do trabalho no momento atual.

4.3 Mudanças no mundo do trabalho

A alteração de caráter mais elementar ocorreria na própria configuração do trabalho em função de uma reorganização mais adequada às novas demandas de recuperação do ciclo produtivo e reprodutivo do sistema.

As formas *tayloristas* e *fordistas*⁴² vão cedendo espaço para outras formas e combinações da organização da produção e do trabalho industrial, especialmente o *toyotismo*,

⁴² *Taylorismo* sintetiza como o estudo e a sistematização de Frederick W. Taylor acerca dos princípios da Administração Científica do Trabalho que basicamente buscava: 1) a separação entre o planejamento e execução da produção ordenando uma mais parcelar divisão técnica do trabalho bem como um controle administrativo sobre ele; 2) a caracterização e seleção do trabalhador buscando uma adaptação deste aos padrões de mecanização, sincronizada e cronometrada do trabalho; 3) a engenharia de ordenamento e controle dos processos cronometrados de movimentos e atividades de trabalho. Esses processos intentaram, no contexto dos anos 1920 a expropriar os trabalhadores de seus saberes e controles do trabalho na perspectiva de ampliar o potencial produtivo industrial. O *fordismo* seria aplicação e desenvolvimento dos princípios de Taylor pelo industrial Henry Ford, inicialmente em suas empresas e posteriormente se expandindo mundialmente para diversas áreas industriais. A linha de montagem desenvolvida por Ford avança e efetiva alguns dos princípios tayloristas, o ritmo e intensidade do trabalho é definido pela empresa estabelecendo a velocidade e o ritmo do processo. A porosidade e contratempos de deslocamentos do trabalhador se reduzem, pois agora ele está em sua posição fixa de operação e as peças é que vêm até ele. A síntese acima dos conceitos foi baseada nas didáticas e notas da Prof^a Dr^a Antônia Aranha em palestra aos trabalhadores associados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de MG. - Sindieletrô/MG.(ARANHA, 2006).

constituindo-se este como uma reestruturação mais flexível de acumulação de capital.

Essa reestruturação tem elementos de novos modelos de técnica de gestão e de desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias seja na estrutura de produção, como a informatização e automação na elaboração de novas matérias primas. Irá, também, estabelecer um novo modelo de trabalhador. Um operário multifuncional, com autonomia individual e coletiva, com capacidade de adaptação e formação, em substituição ao operário-massa da produção quantitativa e em série da indústria fordista.

A crescente tecnologia e modificação dos padrões de organização produtiva constituíram novas características como a flexibilidade das ilhas de produção, com organização de grupos de produção. O sistema *just in time*, com programação mais refinada e sincronizada de estoques de matérias primas e de produtos finais conforme a demanda oscilante do mercado. Flexibilidade e plasticidade das máquinas para alterar padronagens, trabalho em equipe com profissionais polifuncionais treinados permanentemente a cada inovação. E valorizando, portanto a capacidade e o conhecimento do trabalhador como elemento de inovação de incrementais no ‘chão da fábrica’ e em constante intercâmbio com as equipes de projetos de inovações estruturais.

Há um aumento expressivo nas economias avançadas de investimento em pesquisas e desenvolvimento. A nova racionalização é expandida como racionalidade sistêmica e em rede, abrangendo não só todos os setores da empresa, mas expandindo, paulatinamente, pelo complexo produtivo interligado a ela, inclusive em outros países.

Essa racionalidade baseada na tecnologia efetiva, bem como na sua mitificação, e contando com suportes de setores das ciências sociais, da psicologia, da sociologia, da administração, da antropologia, demografia entre outras, tenderá a ser constituída como elemento subjetivo e de controle dos trabalhadores (IANNI, 1994).

Outras capacidades e competências dos trabalhadores, algumas radicalmente diferentes do sistema fordista, deverão ser selecionadas, formadas e inculcadas pelas empresas, ganhando terreno como valores correntes na sociedade e nos meios de comunicação.

Sinteticamente seriam: a capacidade de integração, tomar decisões rápidas, mais escolaridade, capacidade de adaptação à novas situações e sistemas, com disposição à novas aprendizagens, compreensão global do conjunto de ações e procedimentos da empresa, trato e interpretação das informações e suas tecnologias, criatividade e enfrentamento de desafios e imprevistos.

Outras capacidades também se acentuam como a lealdade, responsabilidade, atenção

(ARANHA, 2006). Entretanto, apesar da tentativa de construção de uma aparência de modernidade e mesmo de democratização das relações de trabalho, via o incentivo de participação e de decisão dos trabalhadores a racionalização na verdade não conhece limites nem constrangimentos sociais. A título de ilustração, a seguinte passagem:

Respeito e dignidade humana, tal como a entende toyota, significa eliminar da força de trabalho as pessoas ineptas e parasitas, que não deveriam estar ali; e despertar, em todos, a consciência de que podem aperfeiçoar o processo de trabalho por seu próprio esforço e desenvolver o sentimento de participação. descobrir e eliminar seqüências desnecessárias de trabalho e movimentos supérfluos por parte dos trabalhadores é algo também relativo ao empenho da racionalização (DOHSE; JURGENS; MALSCH⁴³, 1985 apud IANNI, 1994, p. 22).

As novas caracterizações que buscam compor a reestruturação produtiva não garantem um aumento efetivo da qualidade como se apregoa a idealização da ‘qualidade total’. Na verdade, contraditoriamente, o uso de alta tecnologia é revertido em produzir uma qualidade aparente com conseqüente diminuição do circulo de vida útil do produto.

Há ainda a produção de rápida obsolescência dos produtos, seja pela criação de novos elementos tecnológicos agregados aos novos produtos, seja numa produção de valorização mercadológica de novos formatos e estilos.

Ao que parece, num novo contexto político e econômico, com a correlação de forças desfavorável para a classe trabalhadora que se encontra esta sem um projeto político e ameaçado pelo desemprego estrutural, o capital se vê interessado em dar mais autonomia e espaço à criatividade e energia intelectual dos trabalhadores para que também possa explorá-las e incorporá-las.

Esse potencial e energia intelectual dos trabalhadores ficaram demonstrados pelas próprias articulações e lutas dos trabalhadores nos períodos históricos anteriores e poderiam ser canalizados pelo capital. As novas tecnologias empregadas na produção exigirão novas competências e, portanto, isso terá seu reflexo no campo da produção do conhecimento.

As demandas por conhecimento científico impulsionam as empresas a buscarem o domínio da investigação e transmissão desses conhecimentos. O conhecimento científico torna-se, ele próprio, uma mercadoria na medida em que se torna elemento crucial no desenvolvimento das forças produtivas que definirão o cenário da competição capitalista.

Isso terá conseqüências definidoras na educação, pois como adverte Santos A. (2004)

⁴³ IANNI, Otávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n. 8, p. 15-35, jan/mar, 1994.

“Não há como imaginar que no capitalismo atual caberia ao sistema escolar “transmitir a todos os conhecimentos acumulados pela humanidade” tal como pugnava um bordão muito em voga na área da educação” (SANTOS A., 2004, p.12).

Portanto, o conhecimento e a educação sofrerão as mesmas hierarquizações e processos das mercadorias no mercado: os conhecimentos de maior valor estratégico, de maior custo e de maior interesse para a gestão do sistema serão destinados às classes altas e dos gestores e transmitidos em instituições reconhecidas por tais qualidades. Os conhecimentos simplificados e de caráter prático serão destinados aos trabalhadores em instituições de baixa qualidade.

Contudo, é necessário que as escolas funcionem e forneçam certos tipos de capacidades e habilidades correspondentes ao novo perfil de trabalhadores como flexibilidade mental para novas aprendizagens e novas funções, autocontrole e disposições psíquicas de participação e interação, autoinvestimento em formação e qualificação, espírito de competitividade e empregabilidade, entre outras.

Tais capacidades são também traduzidas em novos referenciais e valores propagandeados ideologicamente nos meios sociais e de comunicação configurando-se como formas educativas diretamente constituídas nas relações sociais. Entretanto, é possível perceber que nesse processo de competitividade social, estabelecem as formas de exclusão da grande maioria em relação aos setores mais qualificados de trabalho e de status. Será a maioria dos jovens das classes trabalhadoras excluída de qualquer possibilidade de acessar fontes de formação e profissionalização, bem como, postos razoavelmente qualificados de trabalho no mercado.

4.4 A classe trabalhadora num fazer-se na história

A utilização da expressão acima ‘classe-que-vive-do-trabalho’, de Antunes (2007) é, na verdade, uma reafirmação do conceito de Marx de classe trabalhadora, diante das afirmações de ‘fim’ ou ‘perda de centralidade’ dessa classe no mundo contemporâneo.

Segundo Aranha (2006), a categoria marxiana de classe social não possui consenso na literatura marxista visto que mesmo na obra de Marx possui variações de sentidos, num sentido mais genérico e abstrato relacionando-se aos grupos humanos diversos em disputas de interesses dentro de uma mesma sociedade, e assim, seria um fenômeno relacionado, portanto, a toda a história das sociedades humanas.

Marx⁴⁴ (1984 apud ARANHA, 2006), em outro sentido, apreendido em suas obras teria sido mais restrito à sociedade burguesa, capitalista, onde surge uma classe proprietária e outra despossuída dos meios de produção. Aranha (2006) discorrerá, também, acerca de como se constitui as classes, percebendo diferenças e mesmo antagonismos entre as diversas concepções.

Entre uma concepção e preestabelecida do conceito de classe social determinada absolutamente pelo modo de produção e as posições e papéis em que os grupos se encontram nele (caso de Lenin e Poulantzas), e uma concepção por demasiado subjetivista e sem elementos concretos por onde possa apoiar-se o conceito, a autora apresenta alguns outros autores com formulações que ao que parece, buscam superar tal dicotomia.

Assim, a autora aponta para uma inter-relação dialética entre essas dimensões da classe, onde sua constituição e existência é um dado concreto e definido ontologicamente pelas relações sociais de produção. Mas, sua constituição como identidade e consciência se dá na interação com a complexidade dos diversos elementos, objetivos e subjetivos, do processo histórico, do caminhar e do seu vir-a-ser, conforme posicionamentos que são feitos pelos indivíduos e pelos grupos humanos diante de situações concretas, mas também diante de alguns campos de possibilidades diversas.

Essa concepção escolhida tem ainda, para a autora, a vantagem de poder lidar com a complexidade e especificidades da formação das classes trabalhadoras no Brasil (ARANHA, 2006).

Como Antunes (2007) por sua vez esclarece, a intenção não é inaugurar um conceito novo, mas, por outro lado, se vê implicado a atualizá-lo, recontextualizá-lo. Portanto, não se trata de pensar numa antiga classe que desaparece nem de uma nova classe que surge. É preciso entender as classes como processos sociais relacionais e, portanto em sua dinâmica histórica. A classe trabalhadora, ou proletária, não foi sempre a mesma, em todos os momentos e lugares na história da organização social do capital. Nem mesmo nunca foi heterogênea. Portanto, o que Antunes (2007) coloca é a necessidade de identificar as complexas e diversificadas conformações atuais da classe trabalhadora, no mesmo processo que vai estabelecendo um novo contexto histórico do capital em sua dinâmica interna concorrencial com implicações dialéticas na esfera das relações sociais.

Para o autor a ‘classe-que-vive-do-trabalho’ é hoje composta pelo conjunto de todos

⁴⁴ ARANHA, Antônia V. S. **Novo padrão produtivo e suas implicações**. In.: Palestra Sindieletro/MG. Belo Horizonte, 2006. Mimeografado.

aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho (salários) e são despossuídos dos meios de produção.

Sendo a atual composição da classe mais heterogênea, permanecem, entretanto, os *trabalhadores produtivos* no seu núcleo central desse grande conglomerado social, como para Marx⁴⁵ (1971 apud ANTUNES, 2007) aqueles que “produzem diretamente mais- valia e que participam também diretamente do processo de valorização do capital” (ANTUNES, 2007, p. 197).

O núcleo principal são os trabalhadores industriais modernos cujo produto é resultado da interação mais intensa entre trabalho vivo e trabalho morto, ou seja, entre o trabalhador humano e o maquinário científico-tecnológico. Esses são os trabalhadores das indústrias transnacionais como a Toyota, a IBM, Microsoft que produzem computadores, seus programas, automóveis, instrumentos eletroeletrônicos etc., seja em atividades materiais ou imateriais, mais manuais ou mais intelectualizadas.

Contudo, uma noção ampliada da classe trabalhadora, de sua atual ‘forma de ser’, para além do proletariado industrial, inclui o proletariado precarizado, o proletariado rural, o subproletariado moderno; parcial, temporário, informal, eventual, e, evidentemente, o crescente contingente que se encontra, tragicamente, relegado às malhas do desemprego estrutural.

Antunes (2007) adverte que estão de fora, evidentemente, dessa nova classe trabalhadora os membros da gestão do capital. Ainda que em sua relação contratual recebam salários pelos seus serviços e não sejam possuidores dos meios de produção, seu papel é de gestão e controle patronal, estão no topo da hierarquia de comando.

Como já mencionado anteriormente, uma primeira marca dessa nova composição da classe trabalhadora seria a redução do operariado fabril tipicamente manual. Ainda que em países como Brasil e México esse tipo de operariado tenha crescido até a os anos 70, nas décadas seguintes, sobretudo nos setores de ponta, houve reduções de até metade do número de operários mesmo com uma ampliação da produção, como no ABC paulista que caiu de 240 mil operários para cerca de 120 mil (ANTUNES, 2007).

Ao contrário de confirmar os diagnósticos e prognósticos de desaparecimento do proletariado feitos pelas teorias do ‘fim do trabalho’, essa redução dos formatos tradicionais do operariado é compensado pelo grande aumento da subproletarização e a proletarização precária além de aumento de postos assalariados de setores de serviços.

⁴⁵ ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

Apesar de que a maciça presença das mulheres no mundo do trabalho corresponda às conquistas relacionadas às lutas pelas igualdades de gênero, na sociedade, outra tendência da caracterização da ampla classe trabalhadora atual diz respeito a uma espécie de ‘nova divisão sexual do trabalho’. Mesmo que na medida em que esse aumento da presença das mulheres, inclusive em áreas antes só ocupadas tradicionalmente pelo trabalhador masculino, tende, contudo, a concentrar-se em setores e funções onde predominam as atividades de maior demanda rotineira, manual, e de trabalho intensivo e parcial.

Percebe-se correntemente a presença feminina nos postos manuais da construção civil, da metalurgia, dos transportes, onde a predominância masculina tem, ou tinha caráter cultural no Brasil. Noutra ponta, nas funções e setores onde se concentram capital intensivo, maquinaria mais avançada, predominam os trabalhadores masculinos. Acrescentando-se, evidentemente, a situação da duplicidade do ato de trabalho dentro e fora do emprego, visto que o trabalho doméstico não assalariado representa a reprodução ‘não-mercantil’ do metabolismo social do capital. Assim, as desigualdades relacionadas às diferenças de gênero tomam outras feições que demandam novas fronteiras de lutas e conquistas.

Outra tendência apontada por Antunes (2007) é a condição de grande contingente de jovens trabalhadores que parecem ‘congenitamente’ desempregados ou precarizados, ainda que contenham com taxas de tempo de escolarização maiores que das gerações mais velhas.

A situação de extrema exclusão dos jovens tem centralidade no presente estudo, e será aprofundada mais adiante. Outro elemento socialmente grave trata-se dos adultos mais idosos, na verdade, os maiores de 45 anos que são, sumariamente, descartados pelo mercado de trabalho, seja pela substituição por trabalhadores mais novos e adaptados às novas condições, seja pela extinção de funções e profissões nas quais esses trabalhadores se formaram e constituíram experiências ao longo de uma vida.

No Brasil, a situação desse grupo etário agrava-se com a débil estrutura e política de assistência e de previdência social. A condição de gênero e raça sobrepõe-se, ainda mais desfavoravelmente contra as mulheres e negros que compõem esse público.

Compõem, também, o conjunto da classe, os ‘trabalhadores improdutivos’, no sentido da criação de valores de troca. O trabalho desses trabalhadores é, na verdade, consumido como ‘valor de uso’. Abarcam amplos setores assalariados como de serviços, bancos, comércio, turismo, para uso público ou para o capital. São setores vitais para a sobrevivência do sistema e se encontram em expansão, ainda que muitas funções e profissões correspondentes

a esses setores são, na medida do possível, eliminadas ou transferidas para os trabalhadores produtivos aumentando a exploração desses ainda mais.

Com menor importância, Antunes (2007) destaca a expansão do chamado ‘terceiro setor’ muito em virtude da crise e do desemprego estrutural e do desmonte das políticas sociais do Estado, compondo-se de atividades assistencialistas em organizações e associações sem fins diretamente lucrativas (ONGs e outras), baseando-se muitas vezes em trabalho voluntário.

As possibilidades de absorção por essa via dos postos de trabalho destituídos pela reestruturação capitalista é muito baixa, limitando-se a certa funcionalidade de ocupar parte da massa excluída do sistema produtivo. Mesmo considerando como inserções alternativas para os setores expurgados do mercado de trabalho, as atividades relacionadas à economia solidária, o autor vê como equivocado concebê-las com potencial de reversão e impacto sobre lógica da produção capitalista de mercadorias.

Esse quadro, ao contrário de apontar para um ‘fim do trabalho’, aponta, na verdade, para uma intensificação, diversificação, exploração, fragmentação e precarização do trabalho.

Se o capital exclui camadas de trabalhadores de determinados centros produtivos em contrapartida efetiva uma inclusão subordinada noutras esferas do sistema.

Kuenzer (2006) ao analisar o processo de exclusão e inclusão dos trabalhadores na esfera da produção compreenderá que os dois processos se dão conjugados na dinâmica societal do capital. Entretanto, não se trata de processos equivalentes. À exclusão de amplos contingentes de trabalhadores de determinado ramo ou profissão dos setores mais dinâmicos e sua posterior reinserção num outro estatuto, inferior e precarizado, a autora utilizará a denominação *redução ontológica* emprestada de Oliveira (2004).

Nesse contexto a autora percebe que se trata de uma ‘exclusão includente’ e uma inclusão precária para caracterizar um modelo ou ethos de trabalhador que se extingue num determinado lugar do sistema para ser incluído em outro, mas com uma configuração diferente. Para o capital será preciso excluir todos e tudo aquilo que, estando numa esfera da realidade mais ampla e complexa, não se encaixa diretamente na lógica e dinâmica do capital para que, despojado e alienado, possa ser simplificado a um denominador econômico do capital.

A exclusão aqui deve ser entendida como um processo de deformação, ou redução ontológica. Num primeiro momento as realidades que, em sua complexidade ontológica, não podem ser abrangidas completamente pelo capital são excluídas do contexto argumentativo; em seguida, “são reduzidas a puras determinações quantitativo-econômicas e incluídas novamente no processo, porém já com outro *status ontológico*” (OLIVEIRA, 2004, p. 110).

Outro elemento é a intensificação do sentimento de vazio de sentido do trabalho nos marcos de uma lógica e controle do capital. A condição de estranhamento do trabalho permanece e intensifica nos limites das formatações produtivas impostas pelo metabolismo atual do capital, incluindo a sua dimensão cultural e ideológica. O trabalhador se vê na condição até mesmo de autoculpar-se e autopunir-se diante das novas exigências do trabalho ou diante da ausência dele.

No interior das empresas, com dinâmicas mais ou menos flexíveis, com gestão mais ou menos coletivas, vive-se a atmosfera de um envolvimento manipulado⁴⁶ onde se busca ocupar o espaço destituído de sentido com uma adesão dos trabalhadores aos princípios da lógica capitalistas e com os interesses da empresa seja por emulações, propagandas internas, seja por processos de autocontrole coletivo que se faz de instâncias de participação coletiva como células e núcleos de setores produtivos que se reúnem ordinariamente para planejar, cobrar, controlar e avaliar o trabalho, criando soluções para os problemas de desempenho daquelas atividades da empresa (ANTUNES, 2007).

Se as análises acima mostram a inequívoca centralidade do trabalho e da classe trabalhadora, a sua heterogeneidade e fragmentação não deixam ilesas as condições subjetivas de pertencimento e autovalorização da condição de trabalhadores, tornando a unidade e a articulação de classe, certamente, muito mais difíceis, significando, para o momento da correlação de forças, uma vitória do capital no enfrentamento de classe diante dos desafios de reestruturação do seu ciclo produtivo e de seu metabolismo social.

As análises feitas até o momento acerca da afirmação da centralidade do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, mesmo diante das transformações produtivas, da gestão do trabalho alienado, nos impactos objetivos e subjetivos disto nas classes trabalhadoras vêm se dando na dimensão mais geral do contexto histórico.

No ponto seguinte e final do capítulo será feita uma análise mais particular da realidade brasileira diante dessas transformações estruturais do capital que afetarão conseqüentemente, as condições de vida e de sentido dos jovens brasileiros em relação ao trabalho e em relação a outras esferas do social.

⁴⁶ Antunes (2007) entende por envolvimento manipulado a lógica e procedimentos que os sistemas flexíveis, como o *toyotismo*, envolvem os trabalhadores em ações e reflexões coletivas de solução de problemas ligados à empresa e à produção ou atividade, mas, buscando um envolvimento subjetivo ou até afetivo, no sentido de pertencimento em relação à empresa, ao setor e com o trabalho, ao mesmo tempo em que efetiva uma expropriação da energia criativa e intelectual dos trabalhadores. A estratégia é ir mais além do que controlar o trabalho mas, controlar o trabalhador em todas as suas dimensões.

Serão adiantados os índices de precariedade do trabalho e desemprego, que se tornaram três vezes maiores que a média nas parcelas etárias da classe trabalhadora entre os 15 e 24 anos. Entretanto, a maioria desses jovens, como é visível nas entrevistas que foram realizadas e em outros levantamentos, vêm mantendo impressionante expectativa em relação às possibilidades de ascensão via escolar, como se pôde observar no segundo capítulo, quanto, também, vêm mantendo o valor, inclusive moral, acerca do trabalho. Questão que será aprofundada no quarto capítulo.

4.5 Brasil, capitalismo periférico e mudanças no trabalho

As transformações no âmbito da produção e do trabalho na reestruturação do capital se dão ao mesmo tempo em que um processo de ‘mundialização’ das relações econômicas políticas e culturais se intensificam.

O chamado processo de globalização parece tornar-se efetivo a partir dos grandes avanços tecnológicos nas áreas da comunicação e do transporte, diminuindo distâncias e tempos. Para Ianni (1994), pode-se dizer que essa nova mundialização do capital corresponderia a um mundo do trabalho também global.

Pode-se afirmar a favor desse ponto de vista, tanto as transnacionalizações do capital e de unidades físicas de produção das empresas transnacionais e a constituição de redes de fabricação de componentes e de montagens que se interconectam em todo o planeta, mas também outro elemento seria a intensificação dos movimentos migratórios internacionais e intercontinentais de trabalhadores.

Para Ianni (1994), há de se levar em conta, a absorção necessária e complexa das estruturas socioeconômicas dos países do leste da Europa em transição para a entrada no sistema do capital.

Ainda que permaneçam as desigualdades e a diversidade local, um desenvolvimento capitalista desigual e contraditório, provocando tensões de tempos e espaços, de contemporaneidades e não-contemporaneidades, “entretanto, há relações, processos e estruturas de alcance global que constituem o mundo do trabalho e estabelecem as condições do movimento operário” (IANNI, 1994, p. 18), implicando em novas formas sociais e novos significados do trabalho.

Para este autor, a flexibilização teria dois níveis simultâneos: a flexibilidade funcional no núcleo mais estável de trabalhadores e uma flexibilização numérica, onde em torno desse

núcleo mais estável flutuam trabalhadores desqualificados, menos qualificados, precarizados, cuja situação de trabalho dependerá ao acaso da conjuntura.

Essa realidade não consegue ser alterada apenas com intervenções de políticas de governo, sobretudo de políticas precárias como a qualificação do ProJovem, que ao contrário de alterar, acaba por confirmar a tendência. Há então, um rearranjo interno da classe trabalhadora, em âmbito nacional e mundial, alterando padrões de sociabilidade, de organização e consciência social e política, de vida cultural, de ética e relação com o trabalho.

As elaborações e reelaborações locais e nacionais estão ainda mais articuladas com os movimentos mundiais do sistema. Continuam as diversidades e desigualdades singulares em termos locais e nacionais em relação às formas de trabalho, produção, de desenvolvimento, de condições e políticas sociais, de cultura, de questões sociais e intolerâncias raciais, étnicos, religiosos, de gênero, com as características e correlações de força social e política de cada lugar e país.

Contudo, pelo atual poder de articulação global do capital todas essas diferenças de trabalho e organização social seriam subsumidas pelo trabalho social geral e abstrato que se expressa em âmbito mundial e nesse plano realizando-se como capital. Assim, Ianni (1994) entende que o trabalhador coletivo, o trabalho social geral e abstrato, tratado por Marx no *Capital*, torna-se uma categoria universal, impostas pela nova dinâmica das forças produtivas e nova divisão internacional do trabalho. “Agora, o mundo do trabalho está decisivamente influenciado pelo jogo das forças produtivas e relações de produção em atividade no âmbito do capitalismo como um modo de produção propriamente global” (IANNI, 1994, p. 35).

Uma nova ordem mundial, uma sociedade global, que compreenderia as heterogeneidades, desigualdades antigas e emergidas como particularidades locais e nacionais bem como as produzidas por outros processos internacionais. Contudo pode-se perceber que os elementos globais e nacionais se mesclam e se interpenetram produzindo questões de caráter global e também local: desemprego cíclico e estrutural, super exploração da força de trabalho⁴⁷, contingentes da população situados na condição de subclasse, discriminação racial, étnica, de gênero, religiosa, migrações, xenofobia, pauperização, guetização, violências urbanas e tráfico de drogas.

Todas essas questões estariam para Ianni (1994), relacionados basicamente na

⁴⁷ Entendendo o autor que os salários pagos às esferas amplas de trabalhadores precarizados não chega a garantir ou realizar a sua recuperação física e mental, ou seja, a recuperação de sua força de trabalho. Podendo isto acontecer devido a grande reserva de força de trabalho disponível mundialmente.

dissociação entre trabalho e produto do trabalho, produção e apropriação, ou seja, a alienação do trabalho (IANNI, 1994). Essas questões não se dão mais apenas como divisão geoeconômica e social entre os países centrais e periféricos do capital, mas acontecem agora, mesmo nas grandes potências capitalistas como EUA e Inglaterra, produzindo o que o autor chama de “terceiro-mundização” das grandes cidades do Primeiro Mundo. Evidentemente, permanecem incomparáveis as situação social e do trabalho entre os países desenvolvidos e os não-desenvolvidos do sistema do capital.

Para Ianni (1994), a realidade mundial se constitui de uma totalidade complexa, dinâmica e contraditória. Portanto, uma sociedade global, além de não excluir as especificidades e metabolismos locais, essas teriam, inclusive, influências na realidade mundial. Contudo, as realidades locais e nacionais, bem como os projetos e movimentos de transformação, têm que considerar as instituições mundiais do capital que definem as condições e possibilidades de vida e trabalho, consciência e visão da realidade.

Em sua análise sobre o capitalismo global, Furtado (1998), já considerava nos anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a relação entre as áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas do capitalismo não como diferenças quantitativas, mas como diferença qualitativa composta, sobretudo, pela correlação de poder político e militar geradora de dependência economia.

Para Furtado (1998) a economia teria sua dimensão política. A globalização é um imperativo tecnológico de competição e de ampliação de mercados que geram concentrações de capital e renda, debilitações dos Estados, exclusão social, impondo novas e incertas formas de organização social.

Nessa lógica, a ampliação da base tecnológica resulta numa retração de mão de obra e renda com conseqüente redução de consumo. Para Furtado (1998), a condição primária do desenvolvimento está no crescimento econômico interno, ainda que a expansão externa tenha papel complementar. É essa a avaliação do autor, inclusive acerca da expansão do capitalismo pós a primeira revolução industrial, com conseqüente elevação da massa salarial e do consumo com a devida regulação e intervenção do estado na repartição de renda.

A dinâmica do capitalismo para esse autor compõe-se de dois processos interligados: por um lado, a inovação tecnológica posta, sobretudo, pela pressão concorrencial, entre as empresas; e por outro, a expansão do mercado, condicionado pelo poder de compra dos trabalhadores, com o crescimento da massa salarial, resultante das pressões dos trabalhadores.

A globalização atual estaria quebrando, para Furtado (1998), a relativa sincronia que

havia dessa forças. Com a expansão economia voltada para o mercado externo, escapando as empresas do poder político, planejador e regulatório dos Estados, que também se veem sem a devida pressão social.

Assim, o controle econômico e das inovações se tornam exclusividades das grandes empresas transnacionais, resultando em baixa participação salarial nas rendas nacionais, enfraquecendo o Estado como agente e autoridade para resolver problemas sociais como o desemprego. Sem governabilidade das economias nacionais, o sistema se globaliza e depende do capital financeiro.

Algumas reações dos Estados centrais tentarão novas formas de regulação e pressão econômica e política, como as zonas de livre câmbio EUA/Canadá/México e a União Européia. Na América Latina são impostas pressões para desregular os mercados, o que poderá, de forma heterogênea em cada lugar, acarretar situações de convulsão social e ingovernabilidade (FURTADO, 1998).

Pode-se então dizer que, expedientes como o Programa Bolsa Família⁴⁸ e outras ações, similarmemente, paliativas devem cumprir, no Brasil, o papel de controle social e de promoção de forças políticas para a governabilidade. Para Furtado (1998), a exclusão social se constitui no problema mais grave, tanto para as sociedades pobres quanto para as ricas. Portanto, a questão dos desajustes sociais do processo de globalização econômica não se encontra na esfera econômica, mas depende, fundamentalmente, de uma imaginação e criatividade política.

No caso do Brasil, Furtado (1998) vai constituir um raciocínio coerente com as análises da importância do mercado interno como suporte primário do desenvolvimento, negando o raciocínio predominante de uma economia semicolonial e reflexa⁴⁹ aos principais estímulos vindos do exterior, sem dinamismos próprios.

Furtado (1998) percebe em suas análises de história econômica, dados que indicam a expansão econômica brasileira relacionada a um dinamismo interno de crescimento impulsionado em geral por medidas involuntárias do Estado a despeito das condições de crise internacional nesses períodos.

Contudo, apesar dos índices de crescimento, um dos mais altos do século XX, a economia brasileira continua a dar continuidade ao subdesenvolvimento com graves consequências para a esfera social, na desigualdade na distribuição de renda e nas

⁴⁸ Programa de renda mínima do governo federal da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

⁴⁹ Conforme expressão de economista e professor Gudín (apud FURTADO, 1998).

diferenças regionais.

Tal continuidade se dá devido a condicionantes históricos diferenciados do desenvolvimento da economia capitalista. Nos países centrais, desde a revolução industrial, o aumento da produtividade se deu como fruto da conjugação da evolução tecnológica e do esforço de acumulação de capital com seu correspondente reflexo na criação de um mercado de consumo interno.

Entretanto, em economias que prescindem dos avanços tecnológicos para sustentar um crescimento via expansão da exploração dos recursos naturais e ‘ilimitados’ e da ampliação da produtividade do trabalho extensivo, tende a se distanciar da lógica e das possibilidades de desenvolvimento tecnológico e produtivo ainda que possa atingir níveis relativamente altos de crescimento devido em geral às demandas externas.

No quadro interno, o mercado se limita a um consumo mimético das elites brasileiras de produtos importados com valor agregado, necessitando para sustentá-lo níveis crescentes de concentração da renda e suas mazelas sociais. Por fim, pode-se apreender que para o autor há possibilidades difíceis, mas no campo do possível, de se alçar o desenvolvimento econômico sustentável, desde que haja fortes mudanças na ordem social e política brasileira que intervenha na correlação de forças capaz de alterar a posição das elites (FURTADO, 1998).

Na estrutura socioeconômica periférica do Brasil, a introdução e desenvolvimento do sistema *fordista* de produção e trabalho foram portanto, limitados, focalizados e contraditórios. Na verdade, não existiu *fordismo* no Brasil, segundo Duarte (2000), se este for considerado em sua totalidade, nas suas dimensões, como paradigma técnico e organizacional da produção e como paradigma econômico, social e político-sindical de abrangência nacional (DUARTE, 2000).

Concentração de renda, política de restrição e controle salarial, limitado mercado consumidor, controle ou supressão das atividades sindicais, limitada expansão técnica e organizacional do sistema, são algumas das condições prevaletentes no Brasil que vão à contramão da lógica fordista, a despeito do grande crescimento e industrialização efetivado no período entre o pós-guerra e os anos 1980.

Alguns desses fatores foram alterados posteriormente, como a conquista de liberdade política e sindical, contudo, num momento quando já não é central no mundo, o modelo fordista. Os ventos da reestruturação produtiva e principalmente, o receituário neoliberal, já chegam ao país.

As inovações tecnológicas pós-fordistas que foram implementadas sofreram as mesmas

delimitações de focalização e limitação. Restringindo-se a mecanismos de gestão da produção e de pessoal, com relativa (des)verticalização do controle, efetivando-se apenas nos principais setores e empresas. As mazelas do processo de reestruturação, porém, como já vimos, são em nível pra lá de Primeiro Mundo, principalmente a terceirização. Pode-se ilustrar seus efeitos com as palavras de Duarte:

Esse processo [terceirização] tem tido como conseqüência para os trabalhadores uma maior precarização das condições de trabalho com a diminuição de empregos formais com proteção social e o alargamento de redes de subcontratação, subutilização da força de trabalho, aumento do desemprego e desregulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários. No seu conjunto, provoca um aumento da exclusão social, não obstante termos convivido historicamente com elevada rotatividade no trabalho, baixos níveis salariais, contratação e dispensa dos trabalhadores muito flexíveis e um expressivo contingente de trabalhadores no mercado informal (DUARTE, 2000, p. 58).

Assim, deve-se buscar compreender a lógica do desenvolvimento capitalista atual que redefine a divisão internacional do trabalho e as relações de produção com novos padrões tecnológicos e de gestão. E ampliar os padrões de mais-valia absoluta e relativa, tornando ainda mais estreitos os limites de absorção da força de trabalho e fazer do desemprego e da precarização do trabalho e dos salários componentes irreversíveis da estrutura produtiva global do sistema.

É preciso observar como esse quadro se configura ainda mais agudo em países periféricos como o Brasil, onde a economia não cresce ao ponto de significar a inclusão de novos contingentes ou mesmo de garantir a permanência digna dos já incluídos no mercado de trabalho (FRIGOTO, 1999).

Também é importante perceber como o país não efetiva a sua desvinculação das amarras da dependência financeira e tecnológica dos centros, bem como em concordância com Furtado (1998). Não se superam os desafios histórico-políticos do posicionamento reacionário das elites, que determinam as políticas de Estado em função de uma inserção subserviente e complementar ao funcionamento do capitalismo global, transnacional, com um papel secundário do Brasil na nova divisão mundial produtiva e do trabalho. Evidentemente que esperar uma mudança espontânea da consciência e das ações políticas e privadas das elites, bem acomodadas no seu *status quo*, seria no mínimo ingenuidade.

Portanto, outra questão importante de se perceber no cenário das relações sociais capitalistas no Brasil contemporâneo, diz respeito à capacidade de organização e de pressão social e política da classe trabalhadora junto ao Estado aos demais setores do capital.

Assim como no contexto internacional no Brasil, as condições de ordem subjetiva, de conscientização e mobilização das classes trabalhadoras se veem debilitadas e dispersas. Concorrem para isso, tanto pressões estruturais do capitalismo que precarizam e destroem postos de trabalho, ampliando a fragmentação da classe trabalhadora, como as dificuldades de ordem política, diante da desarticulação ideológica e da cooptação da maioria das lideranças e significativos movimentos sindicais e sociais do país.

Após o surto de mobilização sindical dos anos 80, aliado a toda movimentação pela transformação da estrutura política e institucional da Ditadura Militar, assiste-se a partir de meados dos anos 90, um arrefecimento continuado, estando o nível de organização e pressão, atualmente mais condizente com toda a situação do movimento internacional dos trabalhadores. Precarização e desemprego crescente e sistemicamente irreversível, fragmentação e perda de identidade de classe, são componentes em comum.

A postura de desarticulação, acomodação, conciliação e conveniência de partidos políticos de esquerda, organizações sindicais e de movimentos populares são também comuns com o cenário mundial. No Brasil, um elemento qualitativo e quantitativamente diferenciado é um enorme contingente urbano e rural destituído de mínimas condições de sobrevivência, chegando ao incômodo social e político das classes sociais médias e altas e mesmo de convulsão da segurança urbana mínima.

Tal situação tem produzido, nas últimas gestões do Estado, algumas ações no campo das políticas sociais, com despesas relativamente significativas para os gastos públicos, mas toleradas pelas elites, dado talvez, a viabilidade da tradicional aritmética capitalista de ‘custo/benefício’ (político).

Tal tem sido considerado por alguns analistas o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família, entre outras. Tais políticas procuram antecipadamente, esvaziar possibilidades de pressão social e de riscos de ingovernabilidade, como já se preocupava Furtado (1998).

Entretanto, conforme alguns analistas como Antunes (2007), isto está longe de constituir-se numa política de cunho estrutural de desenvolvimento, geração de empregos e melhorias das condições sociais gerais da população. Ao contrário, apesar dessas limitadas ações assistencialistas, assiste-se a continuidade do processo de desmonte de conquistas históricas e de garantias sociais mais gerais, como se percebe com as reformas da Previdência Social, tentativas de reformas fiscais de caráter mais concentrador e de evasão de recursos do Estado.

Outro ponto significativo é a criminalização e desqualificação dos movimentos sociais,

bem como tentativas de controle institucional e cooptação de segmentos mais conciliadores que veem interesses corporativos numa reforma da estrutura sindical de caráter burocratizante e centralizadora.

Evidente que, apesar de significativa imobilidade e certa condescendência de setores das organizações sociais e sindicais para com os sucessivos governos e partidos políticos, percebe-se em cena, movimentações ainda incipientes e incertas, de segmentos dos movimentos populares e dos movimentos organizados na forma sindical.

Uma gama de outras ações e movimentos trazem novas e antigas questões, com tradicionais e novas formas de luta contra as desigualdades no campo da cultura e arte, de expressão de identidades e diversidades, pela igualdade racial, de gênero, de sexualidade, incluindo-se as manifestação da juventude com diferenciados componentes de crítica social, de expressões culturais e artísticas.

Percebe-se também, a continuidade e renovação das questões ecológicas e ambientais, da questão étnica indígena, de mobilizações pela transparência e conveniência dos gastos e investimentos públicos, pelos direitos sociais básicos como de moradia e serviços urbanos e por democratização dos meios de comunicação e transparência da informação.

Antunes (2007) salienta que a composição das ‘classes-que-vivem-do-trabalho’ sofrem fragmentação e precarização, que podem se efetivar de formas concretamente específicas em consideração às diversas variáveis locais e nacionais. Portanto, no Brasil, é preciso considerar uma série de condições diferenciadas em relação aos centros originários historicamente do sistema.

Além do processo recente e dependente, de constituição de relações capitalistas de produção e de trabalho, de industrialização e até mesmo de massificação do trabalho assalariado, há outras questões próprias da constituição da classe trabalhadora e operária.

Essas foram se constituindo ao lado dos processos de urbanização caótica, de migrações internas com componentes socioculturais diversos, com políticas de imigração de trabalhadores e colonos europeus e asiáticos, com baixos investimentos tecnológicos e alta exploração de recursos naturais, com base na agroindústria, expansão tradicionais das fronteiras agrícolas, ausência de reforma agrária (PRADO JUNIOR, 1976).

Além de suas características próprias de formação e desenvolvimento do sistema capitalista periférico, o Brasil tem em sua história o longo período das relações escravistas de produção com seus indelévels impactos no sentido e na relação entre trabalhadores e o trabalho (ARANHA, 2006).

No caso da relação escravista a ‘coisificação’ do trabalhador não é uma metáfora como na condição capitalista, mas um estatuto sociojurídico. O que se torna propriedade é a pessoa humana e não sua força de trabalho vendida. Assim, antes de humanizar e moralizar o ser humano que trabalha, o trabalho predominante nas condições históricas do Brasil, constituiu-se num processo de negação do humano, na geração de subumanos.

Negando o humano que é o que trabalha a lógica caminhou para a negação e negatividade do trabalho. Tanto dos que não trabalhavam, por serem proprietários de escravos, quanto os próprios escravos, que viam no trabalho as amarras de sua condição de humanos. Evidentemente os institutos e as práticas das relações de escravidão conheceram, elas também, heterogeneidades e graduais ao longo do tempo, do setor da economia, da condição do próprio senhor.

Essa gradação e fragmentação de status e desigualdades dentre a própria população cativa obedecia as estratégias de dominação branca, mas não deixava de ser funcional a parcela negra ex-escrava ou mesmo escrava. Tais expedientes construíam relações de interdependência e poder entre escravos e senhores.

Aranha (2004), baseando-se em Roberto Damatta, relaciona essa situação de conveniências mútuas diante de imperativos históricos, uma base para as relações de clientelismo, paternalismo e do populismo no Brasil.

Portanto, diante desse longo processo de negação, não seria de se estranhar que o processo de industrialização brasileira não viesse a permitir o acesso e a mobilidade social da situação de escravo, ou mesmo forro, para a condição de classe trabalhadora, de classe operária.

Na verdade, a discriminação e o racismo perduraram, e perduram ainda como restrição ao acesso às esferas do trabalho e atravessam as relações intraclasse. Aranha (2004) diz tratar-se de uma ‘re-funcionalização do preconceito’, dando-lhe novo sentido na esfera industrial e do trabalho assalariado. Esse componente racial agrava-se ainda mais com a condição de gênero. Se a posição e condição das mulheres na esfera do trabalho historicamente já significam uma cisão em direção a condições pioradas de acesso e remuneração, as mulheres negras se veem com o alijamento de condições e de direitos levados ao limite.

Para Aranha (2004), a formação de uma ética do trabalho mais correspondente com padrões das relações capitalistas de trabalho vai ser constituída em processo historicamente recente no Brasil. O quadro que se percebe, portanto, não é só marcado por heterogeneidade, mas por contradições e ambiguidades. Num mesmo indivíduo, há sentimentos

dísparos como a valorização e o discurso moral do trabalho, um valor adjetivado, mas ao mesmo tempo negado, visto como impedimento à vida.

Impõe-se, assim, à grande maioria das classes trabalhadoras, uma degradação contínua das condições sociais, com poucas possibilidades de inserção e de mobilidade no mercado regular de trabalho. A desocupação se torna uma condição constante para a grande parcela dos trabalhadores.

Nesse contexto, a situação do desemprego juvenil é a mais grave tanto pelo aspecto percentual, quanto pelo impacto futuro no quadro do desemprego e empregos precários (BRANCO, 2005). Como pensar os jovens em competição no mercado de trabalho sem experiência e ainda sem uma formação escolar e/ou profissional? Para Pochmann (1998), no Brasil, o mercado de trabalho sofreu um processo de deterioração contínua nas últimas décadas. A retração na geração de empregos acirrando a competição no mercado de trabalho é mais insidiosa sobre jovens e mulheres.

A partir da década de 1980, entretanto, a inserção ocupacional do jovem passou a ser rápida e profundamente alterada, com o fim do ciclo virtuoso de crescimento econômico e o ingresso em um período de estagnação da renda por habitante, alto desemprego e baixa mobilidade social. Em parte, isto representa um dos sintomas do processo mais geral de desestruturação do mercado de trabalho, iniciado nos anos 80 e estabelecido com mais clareza na década de 1990. Este processo tem como fatores fundamentais, além das elevadas taxas de desemprego aberto, “o ‘desassalariamento’ (perda de participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação) e a geração de postos de trabalho precários” (POCHMANN, 1998, p.14).

Sobre os jovens pesaria ainda a marginalização “já que se elevam os requisitos profissionais, que acabam por limitar a seleção, mesmo dos empregos precários” (JANUCCI, 2001, p. 55). Para Sanchis (1997), mesmo que o desemprego juvenil tenha a mesma base do desemprego geral. A desaceleração do ritmo de crescimento e debilidade da demanda de trabalho, alguns critérios seletivos atuam preterindo os jovens no mercado como a menor produtividade e experiência, a maior proteção sindical aos trabalhadores mais antigos e organizados, custo maior com formação e treinamentos.

A deterioração contínua do emprego piora antecipadamente a situação dos jovens, sobretudo os oriundos de menor renda, como os jovens do ProJovem, que se veem obrigados ao trabalho eventual, autônomo, informal, parcial e precário (DIEESE, 2006).

Conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)⁵⁰, em 2005, a população jovem

⁵⁰ Realizada periodicamente pelo DIEESE, pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e

(entre 16 e 24 anos) somava nas seis regiões metropolitanas levantadas, 6,5 milhões de pessoas, correspondendo a 23,8 % da população acima dos 16 anos⁵¹ (na região metropolitana de Belo Horizonte este percentual chega a 24,6%).

Deste contingente, 4,6 milhões, participam do mercado de trabalho local, seja na condição de ocupados ou desempregados. Esses jovens representam cerca de 25% da força de trabalho (PEA)⁵² dessas regiões. A taxa de participação no mercado de trabalho dentre os jovens chega a 70,6%, enquanto que dentre a população acima dos 25 anos corresponde a 65,4%.

Dentre a população ocupada da PEA, os jovens representam uma porcentagem de 20,7%. Entretanto, quando se considera a situação dos desempregados, os jovens representam 45,5% do total, mais de duas vezes superior à taxa verificada para a faixa acima dos 25 anos. Dois indicadores sociais importantes para a condição de trabalho dos jovens são, portanto, a forte presença dentre a população ativa e o baixo nível de ocupação no mercado de trabalho.

Os jovens entram em busca de oportunidades no mercado de trabalho igualmente como o setor adulto, contudo, enfrentam muito mais dificuldades, segundo o estudo, devido às diferenças na experiência e vivência profissional e no mundo do trabalho sendo, segundo o estudo, forte fator de desagregação social.

As taxas de desemprego atingem ainda mais fortemente o segmento entre 16 e 17 anos e as jovens. Entre 2004 e 2005 houve uma diminuição discreta na *participação* dos jovens, creditada à maior preocupação com a inserção escolar, mas, também, com o agravamento do desalento⁵³. Entretanto, a questão da não inserção problemática dos jovens no trabalho não se restringe ao desemprego, a própria qualidade da ocupação, quando a conseguem, é em geral, precária, instável, com baixos rendimentos.

Em estudo num período anterior, Souza (2003), pela Fundação João Pinheiro⁵⁴ o relatório indica que, apesar da elevação da educação formal desse segmento jovem da população, o nível dos empregos não acompanhou na mesma proporção, incidindo numa piora da qualidade de inserção juvenil no mercado, tanto para conseguir um primeiro emprego, quanto para se manter numa eventual ocupação.

Ministério do Trabalho e Emprego/FAT nas cinco regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal e governos locais.

⁵¹ A pesquisa considera a faixa etária para a juventude conforme orientação da Organização das Nações Unidas (15 à 24 anos), contudo, como a idade legal mínima para ingressar no mercado de trabalho de trabalho no Brasil é de 16 anos, a pesquisa definiu a faixa etária para (16 a 24 anos).

⁵² População Economicamente Ativa. No caso, considera a partir dos 16 anos.

⁵³ Onde a pessoa sem emprego desiste de continuar a procurar por ocupação.

O relatório de Souza (2003) considera ainda, que “Estes fatos são importantes na medida em que se este seguimento da população vai acumulando tal tipo de experiência no mercado, na vida adulta a dificuldade permanecerá e o impacto na pobreza e na desigualdade se recrudescer” e cita a seguinte avaliação de Pochmann⁵⁴ (2000 apud SOUZA, 2003):

O primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional (POCHMANN⁵⁵ 2000, citado por SOUZA, 2003, p.11).

Na região metropolitana de Belo Horizonte verificou-se em 2005 o número de 427.000 jovens com alguma ocupação, representando um percentual de 21,6% das pessoas ocupadas na região. Segundo o documento, o desempenho da esfera escolar e da inserção ocupacional na fase do ciclo de vida entre os 16 e 24 anos são de importância destacada no futuro desses jovens em relação à sua condição de trabalhador. Entretanto, o resultado da pesquisa confirma dados anteriores de que a maioria dos jovens dessa faixa etária não conseguiu conciliar trabalho e estudos. Apenas 33,4% dos jovens que trabalham continuaram estudando na região.

Os 66,6% que apenas estão trabalhando, em sua maioria (74%) pertencem a famílias com menor poder aquisitivo dentre a população pesquisada. Em relação à escolaridade dos jovens ocupados na região de Belo Horizonte seguiu as seguintes proporções: ensino fundamental incompleto (14,2%), ensino fundamental completo (11,1%), ensino médio incompleto (18,7%), ensino médio completo (43,7%), ensino superior incompleto (9,7%).

O setor de serviços é o que mais emprega os jovens nessa região com 49,9%. Em seguida vem o setor do comércio com 21,3%, o setor industrial com 15,9%, o emprego doméstico com 7,4% e a construção civil com 5%. As jornadas de trabalho no setor de serviço são consideradas mais flexíveis e mais convenientes aos jovens que estudam, principalmente das famílias de estratos de renda mais altos.

Quanto à forma de inserção desses jovens no mercado de trabalho regional, a pesquisa aponta que a 79% é assalariada e 12,5% é de trabalhador autônomo. Dentre os assalariados 20% trabalham sem registro. Dentre os autônomos, 8% prestam serviços para

⁵⁴ Fundação ligada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Minas Gerais.

⁵⁵ POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 1998.

o público, 4,6% para empresas e 7,4 trabalham no setor doméstico. A situação de maior formalidade do emprego/ocupação relaciona-se também, com o maior nível de renda familiar.

A renda média mensal dos jovens da região foi em 2005 de 426,00, sendo que os jovens com rendimentos superiores estão novamente nas famílias com renda maior. A jornada de trabalho desses jovens variou, no período estudado, entre 37 a 40 horas semanais, tempo demais para a conciliação com os estudos.

A situação ocupacional dos jovens oriundos das famílias mais pobres situa-se muito aquém da média das condições gerais de inserção no mercado, em geral não estudam, tem o fundamental incompleto e recebem rendimentos inferiores a um salário mínimo (DIEESE, 2006).

Seja por pressões de ordem material de sobrevivência ou por motivações geracionais aliadas a componentes culturais e à falta de projeções mais palpáveis de futuro, os jovens têm mantido e ampliado suas demandas de trabalho e renda agravando a já explosiva situação das mudanças no terreno do mundo do trabalho.

Os efeitos dessas condições e de como tendem os jovens a tratar suas experiências e dificuldades devem constituir-se num elemento de relevância para a configuração, em processo, da classe trabalhadora. Esta por sua vez, o desafio de constituir melhores condições de resistir aos avanços destrutivos do capital.

Os jovens estão submetidos, portanto, a esse contexto de mudanças. Seja nas formas de inserção e sobrevivência na esfera do trabalho ou pelos impactos que afetam a esfera da educação, sobretudo escolar, ou ainda pelos efeitos de uma construção ideológica no campo da cultura e do consumo, e por fim, como atores que devem compor toda a trama da luta de classes. Toda essa complexidade afeta necessariamente o ‘ser jovem e o se tornar adulto’ nesse novo patamar de organização social do capital e novo patamar de desafios pessoais e coletivos.

Todo este contexto do trabalho e da classe está, portanto, profundamente relacionado com a condição presente e futura da juventude. Os impactos sobre a juventude afetam como a classe irá se reproduzir, como reconstituirá sua identidade como trabalhadora e como enfrentará a sua classe antagonista. Assim, os impactos nas gerações jovens significam implicações no enfrentamento dos desafios internos de rearticulação, reunificação e desenvolvimento de consciência crítica e emancipadora da classe trabalhadora.

A seguir, no quarto e último capítulo, serão relacionados os processos de transformação

e diversificação da esfera produtiva e do trabalho, extremamente desfavoráveis aos trabalhadores, com a vida e os sentidos construídos pelos setores juvenis no interior da classe.

5 OS JOVENS E OS SENTIDOS DO TRABALHO

Para além da necessária identificação das condições especificamente difíceis e precárias do trabalho e das condições sociais da maioria dos jovens brasileiros, elementos já abordados nos capítulos anteriores, serão aqui identificados diante das variadas situações e contextos da realidade do trabalho no Brasil, as dimensões subjetivas desses jovens **no** e **com** o trabalho.

É perspectiva dessa investigação buscar perceber um conjunto de valores que permanecem e que se modificam, que se adaptam às prescrições e novos perfis, ou que produzem novas contradições e resistências, mais ou menos conscientes.

Enfim, elementos que possam indicar nessa esfera social central (o trabalho), potencialidades e possibilidades de fortalecimento de uma contraposição crucial no campo da luta de classes entre capital e trabalho, que possam estar em formação, desconstrução, reconstrução, de forma latente ou manifestada claramente nas ações e expressões desses jovens.

Não cabe aqui idealizar as formas e ações acerca dessa luta, mas ~~de~~ identificar potencialidades de resistência e enfrentamento da ordem social e produtiva, que possam emergir da própria esfera produtiva e de suas contradições.

Este capítulo, ao pretender identificar os sentidos do trabalho para a juventude, mais especificamente para os jovens da ‘classe-que-vive-do-trabalho’, possui dois pressupostos.

O primeiro, de que os seres humanos estabelecem sentidos em relação ao trabalho, ou seja, se colocam numa prática social com dimensões fisiológicas (o corpo no trabalho), dimensões cognitivas (atividade consciente). Uma dimensão social e ética (que implica pessoalmente o trabalhador e sua relação com outros) (LIMA, 2002).

O segundo, que o trabalho como prática social, não se reduz ao momento ontologicamente fundante do ser social (o que é necessário), mas desenvolve-se no processo histórico das relações sociais e das forças produtivas (LESSA, 2006; LUKACS, 1997).

Portanto, as dimensões conscientes, fisiológicas e éticas do trabalho se constituem em processo, se transformam e se interagem. Sendo assim, determinadas novas gerações de seres-humanos trabalhadores, determinadas juventudes em situações concretas, estabelecem novas relações e sentidos com o trabalho dentro de um campo de possibilidades e necessidades historicamente constituídas.

Diante de tamanhas transformações na complexidade social contemporânea, bem como na esfera do trabalho e da produção, onde o capital busca, ainda mais, incorporar e envolver os

valores éticos e a implicação subjetiva e pessoal dos trabalhadores torna-se necessário indagar como essas relações podem restabelecer valores para os jovens sujeitos que adentram no mundo do trabalho. Especificamente, no caso deste estudo, para aqueles que majoritariamente não estão nas posições de ponta do sistema, mas nas situações ‘marginais’ e de retaguarda deste.

O processo de construção de novas relações subjetivas com o trabalho parte, como toda nova produção no campo da idéia, da alteração das relações sociais e das forças produtivas na história, mas não como um reflexo mecânico e imediato.

Vale para esse caso o que diz Santos O. (2004) para o caso da educação, que entre os processos econômicos e a educação há uma relação de causalidade complexa, onde não há uma determinação direta e necessariamente única, mas uma delimitação de um campo de possibilidades para a realização da esfera determinada.

A forma concreta desta será uma interação complexa, onde o agir humano será, ao mesmo tempo, determinado e uma ação sobre o determinante. Portanto, para o caso de uma caracterização da juventude em relação com o trabalho não corresponderá uma única e homogênea forma. Sobretudo devido a fragmentação da própria esfera determinante, no caso as formas concretas em que se dão atualmente o trabalho.

Mas dependerá também, de como os sujeitos diante de tais imposições do capital, se posicionam tanto na esfera do trabalho, quanto noutras esferas da vida social. Seria uma monumental tarefa esgotar a relação dessas duas categorias complexas no tempo e na sua inscrição nas relações sociais, dando conta de cada fragmentação que se constituiu o trabalho: formal, informal, terceirizado, dentre outras formas, e em cada fragmentação em que se constituiu a juventude e as classes sociais, conforme nos demonstrou Antunes (2007). Assim, para maior adequação com a natureza sintética desse presente estudo apontaremos adiante algumas possibilidades de relações entre os jovens e o trabalho.

A área de interesse imediato seria em relação ao contexto brasileiro. Contudo, como se trata de uma formação social e econômica de caráter histórico global, o sistema capitalista, será preciso contar com as reflexões acerca dos processos em nível global. As ciências sociais em outros países têm realizado sobre essa temática há bem mais tempo.

Isto poderá fortalecer a base teórica da análise, mas, permitirá pontualmente comparar caracterizações mais gerais e outras mais específicas da juventude brasileira.

Linhart (2006) tratando da centralidade do trabalho na França, analisa a vigência de uma ambivalência na relação com o trabalho na sociedade contemporânea. Aponta dois

momentos na história recente do ocidente capitalista, onde prevalecem aspectos diferenciados nessa relação.

O primeiro tempo a autora chamará de ‘tempo de recusa’. Nos anos 1960, emergem movimentos de resistência ao trabalho de seus aspectos negativos constituídos por greves violentas, de reivindicação de tempo livre, absenteísmo, rotatividade. Tal relação negativa com o trabalho será imputada principalmente aos jovens que representavam outra geração num outro tempo da sociedade contemporânea.

Outro momento, pós 1975, no contexto da crise estrutural do capitalismo, introduziu uma série de reestruturações produtivas que refletiram no mundo do trabalho, como foi vista anteriormente. Esse outro momento é fortemente marcado pelo crescimento do desemprego, configurado quantitativa e qualitativamente noutra patamar. Portanto, esse outro momento é definido pela defesa do emprego e medo do desemprego mesmo entre os jovens.

Entretanto, os discursos e as produções acadêmicas em defesa de uma reestruturação social de caráter dual, constituída por um setor inserido na esfera do trabalho e outro setor fora, apontam o setor juvenil como o precursor de uma nova relação com o trabalho, mais ‘instrumental’ e mais ‘desinvestida’, dados outros interesses e vivências fora da esfera do trabalho.

Na verdade, tais abordagens, massificadas pela mídia, não passam de uma ‘teorização’ acerca de uma suposta desmontagem da sociedade do trabalho onde as pessoas se tornariam cada vez mais ‘desencantadas’ com o mundo do trabalho. Assim, estaria o mundo ocidental perdendo o sentido acerca do trabalho (ANTUNES, 2007).

A ambivalência destacada inicialmente nos contextos históricos distinguidos por Linhart (2006) é posteriormente tratada como condição compartilhada por todos nas sociedades contemporâneas. A relação ambígua com o trabalho está, portanto, em cada um, manifestando-se por um lado como negatividade e, por outro, como positividade. Essa positividade e negatividade são definidas pela autora da seguinte forma: “não se pode viver sem trabalho: o trabalho dá sentido, valor ao tempo livre e à vida”, e “o trabalho impede de viver, de aproveitar a vida; ele estraga a vida; não se tem tempo para viver” (LINHART, 2006, p. 42).

Tal ambiguidade trata-se, como já abordada, da relação estranhada (alienada) com o trabalho dentro do sistema capitalista de produção e de sua organização social apontada por Marx (1970).

Mesmo mantendo sua condição determinada pelas formas concretas na esfera da produção e do trabalho, essa relação estranhada poderá conter variações de intensidade e

formas de manifestação conforme o contexto social concreto em que se vive essa ou aquela condição predominante com o trabalho, permeada com outros componentes das esferas da luta de classes, da cultura, da política, do consumo, da relação familiar, escolar, das condições maiores ou menores de igualdade social, etc. Marx (1970) analisa que

Para além de um certo limite puramente físico, a prolongação da jornada de trabalho esbarra em limites morais. É preciso tempo ao trabalhador para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais cuja importância e quantidade são determinadas pelo estado geral de civilização. As variações da jornada de trabalho evoluem, portanto, no interior de limites físicos e sociais. Mas esses dois limites são de natureza bastante flexível e autorizam a uma ampla latitude (MARX, 1975, p. 262).

A relação dos jovens com o trabalho será, como toda relação humana noutras esferas sociais, uma relação também entre as dimensões objetivas e subjetivas construídas no processo histórico. Dependerá, portanto, das interações entre a esfera econômica e do trabalho com outras dimensões sociais, mantendo aspectos de complementaridade e de contradição.

A inserção dos jovens no mundo do trabalho se constituiu na época do capitalismo desenvolvido numa marca do processo de transição deles à vida adulta nas sociedades contemporâneas. Na sociedade feudal, como explica Ariès⁵⁶ (apud ABRAMO, 1994) a inserção no mundo do trabalho se dava ainda na fase da infância e de forma direta, sem um período preparatório. Quando essas crianças já estavam na situação de constituírem novas famílias já se encontravam, portanto, no mundo do trabalho.

Diante de profundas transformações das sociedades durante o sec. XX, não só as condições e as representações de juventude sofreram seguidas mudanças, como apresentado no primeiro capítulo, mas também, os *paradigmas de transição* dos jovens para o mundo adulto foram se alterando e se diversificando com extrema rapidez.

Fazem parte desse complexo processo, além das mudanças estruturais da economia e do emprego, a expansão (ainda que profundamente desigual) da educação escolar, a emergência das culturas juvenis, das manifestações e movimentos juvenis e estudantis, a institucionalização social e jurídica da infância, os processos de conquistas sociais e de direitos iguais da mulher, das etnias e raças discriminadas, a emergência da indústria cultural e do entretenimento, das tecnologias da informação e de comunicação, entre outros fatores.

Alguns estudos buscaram identificar componentes de uma convencional transição da juventude para a maturidade adulta na modernidade como: a conclusão da etapa da

⁵⁶ ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

escolaridade, inserção no trabalho e constituição de um novo núcleo familiar (cônjuges e filhos). Estas seriam as principais marcas (quase rituais) de passagem para a sociedade adulta.

Contudo, uma rápida retrospectiva da história social e cultural da modernidade será suficiente para perceber o quanto uma tradição desse tipo não passou de idealizações e trajetórias sociais delimitadas que, sem se constituírem em paradigmas universais de fato, já estariam marcadas por limitações culturais, de classes sociais, de características regionais, de gênero, e já transformadas pelas rápidas e implacáveis mudanças históricas do período.

Ainda que de forma desigual, pode-se perceber, em geral, certo prolongamento do processo de transição para a condição adulta de significativos setores das sociedades contemporâneas ocidentais. Esse alargamento da juventude, contudo, não representa um processo universal e com características causais e de implicações únicas em todas as classes, grupos e sociedades.

Todos os elementos passíveis de se elencar como marcas de passagem de um ciclo de vida a outro, são profundamente heterogêneos, mesmo nas condições globalizadas das sociedades complexas atuais. Uma relação entre juventude e trabalho, portanto, está longe de poder ser descrita e analisada em uma caracterização sumária e universal.

Os elementos dessa relação estão profundamente multifacetados e segmentados. Como se pôde ver, a esfera da produção e do trabalho se metamorfoseou, a configuração das classes se alterou e a própria classe trabalhadora também se diversificou e se fragmentou. Portanto, a juventude só deve ser apreendida no plural e sua relação com o trabalho tem de ser observada em cada contexto específico em que se assenta essa relação complexa.

Pode-se dizer que, a partir da crise após 1970 e a conseqüente reestruturação produtiva como resposta do sistema capitalista, a relação dos jovens com a esfera do trabalho estará profundamente demarcada pela questão do desemprego e com a precariedade das ocupações.

O que se percebe é que dentre a massa de desempregados que foi crescendo e estabelecendo outra funcionalidade estrutural no sistema, os jovens sofrem, em geral, mais intensamente, e prioritariamente, as pressões dessa diminuição de postos de trabalho.

Mesmo alguns setores econômicos e funções, antes relegadas aos iniciantes e inexperientes jovens, são tomados por trabalhadores veteranos retirados de suas antigas funções, muitas já extintas. Ainda que essa seja uma situação de dimensão mundial do sistema, percebe-se uma gravidade ainda maior em estruturas socioeconômicas periféricas como o Brasil.

As profundas e humanamente destrutivas mudanças no mundo do trabalho, somadas com as transformações em outras dimensões da sociedade e das instituições e processos de sociabilidade, farão emergir o desemprego juvenil com uma acentuação problemática que preconizará demandas públicas mais ou menos estruturais conforme o contexto de cada país.

No Brasil, as ações voltadas para o segmento juvenil só começaram a aparecer, tardiamente, no final dos anos 1990, como respostas aos processos de colapsos urbanos, ampliados sob as lentes hegemônicas da imprensa, que punham nas cenas de violência e marginalidade, sobretudo os jovens das camadas pobres das cidades. As limitações e contradições presentes nessas políticas e ações de um Estado que permanece sob a hegemonia de classe foram apontadas, feitas no capítulo 2, nas análises do ProJovem, no contexto das políticas públicas.

Cabe aqui reforçar que tais políticas, inclusive e principalmente de formação de jovens trabalhadores, são efetivamente restringidas segundo uma pauta reduzida das ações de um Estado restrito, conforme as determinações de um Estado amplo, este marcado pelos imperativos da acumulação capitalista e do controle social, ainda que a eloquência de políticas públicas, como o ProJovem, sensibilizem e acomodem parcelas da sociedade.

Portanto, se não se pode falar de juventude e de trabalho de forma singular e única, também não se pode falar de (uma) relação da juventude com o trabalho. Seria mais adequado expressar-se acerca das relações da(s) juventude(s) com as diversas condições e contextos do mundo trabalho em que se constituiu nessa fase de desenvolvimento do sistema.

A diversidade e desigualdades sobre os sujeitos jovens concretos fazem da relação com o trabalho uma relação diferenciada, multifacetada e hierarquizada. Ser negro, negra, mulher, homem, com muita ou pouca escolaridade, com boa qualificação ou não, ser da classe ‘baixa’ ou média, morar numa região central ou distante, marcada pela pobreza ou violência, ter filhos, não ter, estar casado ou não, com mais ou menos experiências, com mais ou menos relações interpessoais, fará diferença nas possibilidades de inserção, permanência e mobilidade no mundo do trabalho e nas oportunidades de ocupação.

Segundo Corrochano (2008), estudos e pesquisas na Europa, acerca da relação da juventude com o trabalho tiveram mais recentemente um olhar para o desemprego juvenil. Uma das questões indagadas nessas abordagens foi acerca de uma possível ‘recusa’ dos jovens ao trabalho. A autora nos apresenta algumas caracterizações de alguns analistas acerca das diversas situações concretas de desemprego enfrentadas de maneira diversificada pelos jovens.

Mouel⁵⁷ (1981 apud CORROCHANO, 2008), identifica dois tipos de desemprego. Um seria o ‘desemprego doença’: experiência traumática vivida por aqueles jovens que teriam uma relação moral e de necessidade com o trabalho e que apresentam forte sofrimento psíquico e emocional em tal situação. Outro seria o “desemprego banalizado”: situação de desemprego em geral iniciada pela autodemissão dos jovens que tem uma relação mais questionadora em relação ao trabalho assalariado. A autora nos apresenta também uma categorização feita por Louis⁵⁸ (1981 apud CORROCHANO, 2008):

desemprego de resistência”, vivido negativamente entre jovens que eram em sua maioria operários e que viam o trabalho enquanto valor e fonte de dignidade; o “desemprego banalizado”, não vivido como uma catástrofe por jovens que eram na maior parte de classe média, desencantados com a inadequação entre sua formação e seus projetos; e o “desemprego de exclusão”, marcante para jovens sem formação adequada e com muitas dificuldades de inserção, para os quais qualquer trabalho é adequado, importando muito mais o estatuto de trabalhador. (LOUIS, 1981 apud CORROCHANO, 2008, p. 40-41).

A partir dos anos 1990, ainda segundo Corrochano (2008), as análises do fim da centralidade do trabalho numa sociedade pós-moderna, levariam autores como André Gors e Schehr, a apontar para as atitudes negativas da juventude em relação ao trabalho como expressão desse fim de uma sociedade do trabalho. A autora apresenta-se com posições contrárias a essas interpretações citando como base de suas posições autores como Bajoit e Franssen (1997), José Machado Pais (2003), entre outros.

As análises de Bajoit e Franssen (1997) apontam que, dependendo da complexidade em questão, um mesmo jovem pode sofrer e sentir, simultaneamente, um conjunto de reações diferentes e até contraditórias em relação ao desemprego. Outro aspecto destacado em tais estudos é que as gerações mais jovens não tiveram a formação de uma identidade com o emprego estável e com o desemprego vivido como situação eventual e passageira. O desemprego e a inatividade prolongados podem, portanto, configurar posturas diversas nos jovens, diferentes de um padrão de reação das gerações mais velhas, em épocas de emprego mais ‘fácil’ e ‘estável’. Entretanto, ainda que haja diferenças entre as gerações, não se pode uniformizar e generalizar as reações dos jovens e muito menos classificá-las como mais acomodadas ou conformadas com a nova ordem social e econômica.

⁵⁷ CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo*. 2008. 444 p. Tese de Doutorado (Área de Concentração: Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁵⁸ CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo*. 2008. 444 p. Tese de Doutorado (Área de Concentração: Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Segundo Corrochano (2008), José Machado Pais (2003) traz uma perspectiva de análise da diversidade de vivências do trabalho precário e do desemprego juvenil a partir do cruzamento das transições biográficas com análise mais estrutural das redes e recursos sociais. Ou seja, analisar como os jovens vivenciam suas experiências confrontando com as condições estruturais, sociais e políticas disponíveis para eles em determinado contexto histórico-social.

Corrochano (2008) observa que para o caso brasileiro essa perspectiva seria profícua dado que o acesso dos jovens a empregos estáveis e não precários sempre foi restrito e a rede de ações de proteção ao trabalhador desempregado é recente e limitada.

Diante de mudanças na forma de produção material pode-se, e é preciso, como aponta Lima (2002), abordar as repercussões subjetivas e a reconstrução de sentidos dos trabalhadores em relação ao trabalho. Seria fundamental perceber como tais transformações se efetivam para as gerações jovens, que já adentram no mundo do trabalho sob nova normatividade.

Como fica o jogo de permanências e mudanças de culturas e representações entre gerações de trabalhadores diante de mudanças concretas no mundo do trabalho e da sociedade? Autores europeus apontam para novas relações da juventude frente o ‘trabalho em crise’ como Sanchis (1997) que, desenvolvendo estudos acerca do desemprego juvenil, aponta a constituição de uma ‘relação instrumental’ dos jovens com o trabalho, sem nenhuma relação pessoal ou uma dimensão de realização com o trabalho, mas apenas como modo de ‘ganhar a vida’.

Para Bajoit e Franssen (1997), o modelo tradicional do trabalho da era industrial trazia uma dimensão instrumental, que é o trabalho como meio de sobrevivência e uma dimensão expressiva, que corresponde a uma realização pessoal e social, mesmo diante de um trabalho penoso. Também deve corresponder a um sentido de contribuição para um projeto social e coletivo, o dever de ser útil à sociedade e uma retribuição ao indivíduo pelo cumprimento do dever, um reconhecimento. Esses autores concluem em suas pesquisas que, mesmo em um contexto de crise do modelo tradicional do trabalho, “o que muda não é tanto a importância do trabalho, mas sim a relação com ele” (BAJOIT; FRANSSEN, 1997, p. 83).

Contra as apreciações lapidares, os jovens perderam o sentido do valor do trabalho. É preciso sublinhar que o trabalho continua uma fonte importante de normatividade e uma experiência central de socialização. Trabalhar – quer dizer, exercer uma atividade produtiva com caráter social assegurando uma independência financeira – permanece, para todos os jovens que entrevistamos, “uma expectativa básica, por vezes essencial, sempre importante” (BAJOIT; FRANSSEN, 1997, p.79).

No referido artigo, os autores apontam uma série de elementos que (mesmo considerando as especificidades diferenciadas das relações de trabalho e de sociedade da França e do Brasil) podem oferecer pistas para uma investigação dos sentidos de trabalho, emprego e desemprego dos jovens trabalhadores brasileiros diante das mudanças estruturais produtivas, do mercado e das relações de trabalho.

Os autores procuram demonstrar como que, frente a uma nova realidade, os elementos de uma antiga ética do trabalho são desconstruídos e dando lugar a novas posturas, sentidos e expectativas em relação ao trabalho, sobretudo através das novas gerações.

Com a crise desse modelo ético, as referências tradicionais do trabalho - culturalmente transmitidas aos jovens - a estabilidade, a profissão, a carreira, a identidade e a satisfação pessoal com o trabalho, a utilidade social e o valor moral, tendem a perder força e ficar no campo de um ideal inatingível, diante da falta de condições de vivenciá-las.

Novas aspirações vão se constituindo. Se no modelo tradicional a realização pessoal se subordinava ao trabalho, agora a tendência seria o trabalho se subordinar à realização pessoal, mesmo permanecendo este como elemento e *locus* essencial. Ou seja, se antes a realização pelo trabalho se dava pela inserção do indivíduo numa esfera coletiva de identidade e significação da classe ou da sociedade industrial, o que se idealiza agora, segundo as pesquisas de Bajoit e Franssen (1997), é um trabalho que dê sustentação ao que o indivíduo se propõe na vida.

Porém, a maioria dos jovens se vê sem condições de construir, minimamente, as relações de trabalho que idealizam. Assim, no limite, acabam por submeterem-se a essa realidade do trabalho precário e destituído de sentido, visto que o desemprego é um dilema muito maior para eles.

Contudo, constroem estratégias de sobrevivência nesse meio ambiente não ideal do trabalho. A principal delas, apontadas pelos autores, é o distanciamento, uma relação instrumental com o trabalho, apenas pelo salário, para se conseguir outras vivências noutros espaços.

Essa estratégia será também chamada por Bajoit e Franssen (1997) de ‘trabalho desinvestido’, onde a atividade de trabalho será considerada uma atividade externa e estranha à identidade pessoal e que será feita em caráter provisório e eventual. A antiga ‘cultura de ofício’, baseada numa normatização e estabilidade do trabalho, vai cedendo espaço para o ‘cumpridor de tarefas’ forjado a partir das experiências de sucessivos empregos instáveis e precários, de trabalho destituído de sentido e alternados pela frequente situação de desemprego.

Outro elemento que se altera, conseqüentemente, é a perda de vigor da ‘identidade coletiva’ no trabalho, de pertencimento a um ‘nós’ trabalhadores, para uma experiência cada vez mais individual, isolada e, portanto, vulnerável frente às dificuldades estruturais e específicas do ambiente de trabalho.

Situando-se numa relação isolada e individualizada de trabalho, os jovens apresentam-se mais sensíveis às relações no ambiente de trabalho. A relação - empregado/empregador - dilui-se diante da priorização dos elementos vindos da dimensão afetiva e interpessoal: a comunicação, a autenticidade, a expressividade e a reciprocidade.

O que se pode refletir acerca dessa individualização e isolamento, apontado pelos autores, é que em parte há uma ideologia e uma tendência real a competitividade e individualismo que se estrutura contraditoriamente com as novas demandas produtivas efetivas e com os discursos institucionais de um trabalho cooperado. Nesse quadro de relações sociais no trabalho os jovens estarão em geral colocados em segundo plano, seja pela menor experiência e identidade ou pelas diferenças culturais geracionais.

Diante de tanta insatisfação em relação às condições da vivência no trabalho e no emprego, só uma situação seria mais difícil para os jovens: o desemprego. Bajoit e Franssen (1997) descrevem o verdadeiro pavor dos jovens franceses em relação ao desemprego.

Os autores concluem que as novas orientações da juventude francesa quanto ao trabalho revelam certa permanência, mas, de forma fragmentada e desagregada, das diversas dimensões da cultura de trabalho anteriormente predominantes. O que antes estava associado, segundo Bajoit e Franssen (1997), apresenta-se cada vez mais dissociado: trabalho/emprego, participação social/realização pessoal, dimensão instrumental/dimensão expressiva, contribuição/retribuição (BAJOIT; FRANSSSEN, 1997).

Questões seriam possíveis, em meio à juventude brasileira, como elementos das novas orientações em relação ao trabalho abordados por Bajoit e Franssen (1997) em relação à juventude francesa. Se por um lado cresce e se hegemoniza os valores ou o discurso modernizante das empresas, das instituições escolares e de formação profissional, por outro, seria perceber até que ponto os sentidos e representações do trabalho da juventude brasileira ainda estariam influenciados por outras heranças histórico-culturais específicas.

Assim como o sistema escravista, a economia familiar tradicional ou, mesmo por uma tardia ética do trabalho, de conteúdo mais clássico, constituída por uma classe trabalhadora recentemente formada. Enfim, como esses sentidos são definidos por condições sócio-econômicas e produtivas específicas de um capitalismo periférico.

Aranha (2004) frisa que as contradições entre a dimensão alienante e a dimensão emancipadora do trabalho no sistema capitalista se agrava com a experiência histórica do trabalho escravo na sociedade brasileira. Assim, “Podemos afirmar, então, que no Brasil é recente a cultura da ética do trabalho, de uma cultura de classe” (ARANHA, 2004, p. 96).

É evidente que a visão dignificante do trabalho está presente no Brasil. Há, pois, o conceito de que o trabalho é um meio de vida e uma vocação. Mas essa visão moderna compete com a idéia do trabalho como castigo e obrigação. Reforçamos que essa contradição é intrínseca ao capitalismo, mas muito mais aguda num país com o nosso passado. E, sintetizando, é complexo o imaginário de classe operária e de trabalho no Brasil. Mais ainda o é o de consciência de classe. Se a classe se faz na sua experiência, é bom lembrar que nossa vivência de classe trabalhadora é bem recente. O imaginário sobre o trabalho também é complexo – vai desde algo que enobrece a algo que é só castigo. Isto tem a ver com as condições de uma sociedade capitalista, mas se acentua com o passado de escravidão. Tem a ver também com a visão de que é possível não trabalhar, mas ser apadrinhado para ganhar a vida, e isso causa muito impacto no Estado brasileiro (DMANTA⁵⁹ apud ARANHA, 2004, p. 109)

Portanto, para analisar a busca de sentido do trabalho para a juventude das camadas populares no Brasil, deve-se pensar a complexidade de relacionar a esfera da necessidade e das condições das relações de trabalho com a esfera da cultura e do valor do trabalho.

Por um lado, uma cultura do trabalho marcada pela permanência significativa de um conceito negativo do trabalho reforçado pela herança escravista, mas, por outro, uma idéia de dignidade, de sociabilidade e de formação ética e mesmo uma idéia de trabalho como direito, vindos de uma classe trabalhadora que vai se consolidando, ainda que recente e contraditoriamente, mas, produzindo suas ações, movimentos e elementos de identidade.

É importante frisar que aspectos fundamentais da desigualdade racial colocam questões específicas nas condições tanto ao trabalho, quanto à juventude na realidade brasileira. Os índices de precariedade escolar e de trabalho, refletindo conseqüentemente numa situação social de baixa qualidade, são mais agudos entre os jovens das famílias de ascendência negra. São questões abrangentes que para serem devidamente aprofundadas carecem de estudos e de pesquisas mais prolongados. O que se poderá fazer aqui é dar mais alguns passos e talvez apontar algumas pistas.

Não é descabido conceber que no Brasil, assim como na Europa, os jovens, em especial das camadas pobres, sempre estiveram precocemente inseridos no trabalho. No Brasil com a longa existência da estrutura escravista e colonial, a exploração do trabalho de crianças

⁵⁹ ARANHA, Antônia V. S. Representações de classe e trabalho no Brasil sob os impactos da escravidão. In: ARANHA, Antônia Vitória Soares; CUNHA, Daisy Moreira; LAUDARES, João Boscos. (Org.). **Diálogos sobre trabalho: Perspectivas Multidisciplinares**. Campinas-SP: Papirus, 2004. p. 93-113.

e jovens em regime de escravidão negra e indígena, trabalho familiar e em instituições filantrópicas e religiosas que remontam o período colonial brasileiro são tratadas por Moreira Leite (1997), e tomando como base os registros de viajantes e documentos de arquivos públicos.

O processo de escolarização pública é recente em nossa história somente nas últimas décadas do século passado que universalizou-se a oferta para o ensino fundamental. Portanto, o processo de constituição de trajetórias e de ciclos de vida juvenil em nossa sociedade se dá por implicações diferentes daquelas dos países centrais, onde estariam relacionadas, sobretudo, pela expansão e prolongamento do período de escolarização e preparação para o mundo do trabalho e para o universo adulto.

Conforme apuração de Corrochano (2008), as investigações sobre a juventude no Brasil, começam pelas manifestações estudantis com os clássicos estudos de Marialice Foracchi e Otávio Ianni, como apresentado no primeiro capítulo, distante da problemática do trabalho e da produção capitalista.

A autora aponta as pesquisas de Felícia Madeira e Helena Abramo acerca da juventude dos anos 70, 80 e 90 relacionadas com a inserção destas na esfera do trabalho, mas também, com a aparição em cena de jovens ligados às manifestações de vida urbana mais ‘modernas’ na área da cultura, arte, lazer e consumo.

Para Madeira⁶⁰ (1986 apud CORROCHANO, 2008) essas outras dimensões da vida juvenil estariam relacionadas e possibilitadas pela inserção massiva de jovens na esfera do trabalho. Problematizando a compreensão corrente de que a inserção infantil e juvenil na esfera do trabalho estaria simplesmente relacionada aos índices de pobreza das famílias.

Segundo aquela autora, essas atividades laborais estavam inseridas estruturalmente no sistema produtivo. Para além da inquestionável contribuição na renda familiar, o trabalho seria condição de uma vida urbana e juvenil mais independente e que possibilitava o consumo e o lazer, bem como os estudos, permitindo, inclusive, certa mobilidade social e pessoal (CORROCHANO, 2008).

O que se entende é que, assim como a ascensão do trabalho feminino, citado pela autora, deve ser visto para além de uma demanda de mercado e das necessidades da família, tendo uma dimensão simbólica e de emancipação da mulher, essas dimensões emancipatórias e subjetivas, se fazem presentes, ainda que em condições diferenciadas, na juventude atual,

⁶⁰ CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo*. 2008. 444 p. Tese de Doutorado (Área de Concentração: Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

sobretudo das camadas pobres.

Madeira (1986 apud CORROCHANO, 2008) teria apontado a situação fortemente marcada entre os jovens de intermitência, ou seja, as passagens recorrentes e relativamente rápidas entre o desemprego, emprego, emprego e estudo, estudo e desemprego, desemprego e ausência de estudo.

A condição de jovens possibilitaria esse rodízio de situações vivenciadas com certa naturalidade e (des)dramatização. Madeira (1986 apud CORROCHANO, 2008) questiona com isto o peso excessivo dado à falta de experiência dos jovens para explicar os altos índices de desemprego, mas sim a alta instabilidade dos jovens na situação de emprego (CORROCHANO, 2008).

No começo desta década, analisando dados da juventude operária, da cidade de Osasco, da década de 90, diante das transformações da reestruturação produtiva e do trabalho, Martins (2001), também percebia tanto a singularidade como a diversidade dentre os jovens brasileiros.

O caráter positivo e precoce de efetivação dos componentes da transição para o mundo dos adultos (casamento, filhos e trabalho) se dava positivamente entre os jovens brasileiros, segundo a autora. Se se comparar com a literatura europeia se verá que nesse período já há muito se configurava um prolongamento do tempo da juventude com o adiamento dessas mesmas componentes do mundo adulto entre os jovens europeus.

Se há diferenças significativas na caracterização da juventude brasileira em relação às de outros países, a autora aponta também, a impossibilidade, e mesmo falta de propósito, tratar de forma homogênea os jovens brasileiros e suas experiências, inclusive e principalmente quanto ao trabalho.

Atenta às observações de Bajoit e Franssem (1997), bem como de Chiesi e Martinelli (1977) acerca das mudanças de sentido do trabalho entre os jovens na Europa, a autora entende, no entanto, que reconhecer isso não representava uma perda da centralidade do trabalho. Martins (2001), inclusive, vê que os jovens operários brasileiros, pelo menos na época de sua pesquisa, mantinham uma valorização do trabalho altamente vinculada à suas vidas. Para a autora, os jovens se agarravam a qualquer possibilidade de trabalho ainda que em tempo parcial, temporário ou como subcontratado.

Portanto, quando indagados se gostariam de deixar de trabalhar, a maioria (90,5%) dos jovens operários entrevistados pela autora respondia que não e se mostravam espantados diante da hipótese inconcebível, pois “além de garantir a sobrevivência,” o trabalho “é uma necessidade física,” não conseguem “ficar parados” e porque “todo homem digno trabalha”

(MARTINS, 2001, p. 5).

De acordo com Chiesi e Martinelli, diante dessas condições, os jovens ainda conseguem desenvolver atitudes positivas diante do trabalho, chegando até a encarar favoravelmente a flexibilidade da relação de trabalho, aí encontrando possibilidades de aquisição de capacidades profissionais e de experiência. Mas, os jovens trabalhadores de Osasco não conseguiram exorcizar, ainda, a preocupação pelo posto de trabalho e, para eles, o mais importante é estar empregado (MARTINS, 2001, p. 05).

Em sua pesquisa Martins (2001) identifica, entre os jovens entrevistados, as seguintes motivações para se inserirem no trabalho: 44,6% apontam a necessidade de ajudar no sustento da família, 21,8% alegaram procurar o trabalho por vontade própria, 25,7% queriam também ter o seu próprio dinheiro.

Pode-se perceber que a grande maioria mantém, portanto, uma relação de dever social e moral com o trabalho. Outro dado relevante, já identificado pela autora e que veio a ser confirmado em pesquisas posteriores, como em Corrochano (2008) e em Abramo (2005), é acerca da importância das redes familiares para se conseguir empregar-se: mais de 80% dos seus entrevistados conseguiram empregos através de indicações de parentes e amigos.

Outra constatação importante foi a relação entre escolaridade e emprego. A autora identificou que, apesar de os jovens entrevistados terem uma escolaridade superior à média verificada no Estado de São Paulo, isto não os permitiu de ocuparem vagas melhores nos postos da indústria local, ficando em geral limitados na função de ajudantes.

Apesar do discurso da importância da escolaridade feito pelas próprias empresas, esta fica em segundo plano na hora da contratação, sendo prioritária a maior experiência e principalmente a responsabilidade e o compromisso com a empresa e com o trabalho (MARTINS, 2001). É preciso entender esse fato diante da explicação do contexto da pesquisa da autora, onde as empresas de Osasco se colocam numa posição secundária e complementar da produção industrial capitalista nacional.

O aspecto mais importante e revelador da pesquisa de Martins (2001) é, entretanto, como a autora capta a assimilação da maioria dos jovens entrevistados acerca das mudanças efetivadas nos processos de adaptação das empresas à reestruturação produtiva global, a modernização do trabalho pelas máquinas mais avançadas e dos discursos empresariais, que funcionariam como justificativas ideológicas à concorrência internacional.

Segundo a autora, mesmo percebendo a diminuição dos efetivos de trabalhadores nas indústrias, os jovens aceitam as afirmações de que os dispensados seriam recolocados noutros

segmentos e postos de trabalho no mercado e que a modernização seria importante para racionalizar, organizar e facilitar o trabalho.

Muitos destacam que tiveram que aprender a operar novas máquinas e atualmente operam um número maior delas, mas não percebem nisso um aumento da intensidade do seu trabalho. Além disso, valorizam bastante as mudanças no tratamento interpessoal diluindo e suavizando as relações hierárquias no processo de gestão e execução do trabalho e da produção. Esse aspecto subjetivo, em especial, parece ter mais impacto sobre os jovens trabalhadores, visto que no seu processo de transição à maturidade, a sensibilidade às relações de reciprocidade torna-se parâmetro fundamental para uma relação mais horizontalizada.

Bajoit e Franssem (1997), em suas entrevistas, também já apontavam esse elemento da esfera das relações interpessoais e do ‘bom’ ambiente de trabalho com caráter mais afetivo e respeitoso como elemento reivindicado pelos jovens em relação à identificação de um bom emprego.

De uma maneira geral, os jovens trabalhadores destacam de forma positiva as mudanças nas relações de trabalho, valorizando a existência do diálogo, com a aproximação maior entre os chefes e os operários. Segundo eles, hoje os encarregados e supervisores são mais amigáveis (MARTINS, 2001, p. 13).

Essa predisposição juvenil parece favorecer as perspectivas empresariais de mudanças na gestão implementando maior autonomia de decisão e de participação na perspectiva de ampliar a produtividade através do ‘envolvimento manipulado’ (ANTUNES, 2007) a captação da subjetividade e do saber fazer, e, portanto, do resolver problemas e avançar o desenvolvimento dos processos produtivos.

Entretanto, percebe-se na pesquisa da autora que, pelo menos alguns jovens, não deixam de ter consciência de que “as empresas querem mesmo é aumentar seus lucros” (MARTINS, 2001, p. 14) e que “[...] ainda que as empresas desenvolvam um conjunto de técnicas destinadas a convencer e envolver os trabalhadores nos programas de reestruturação produtiva, o seu maior aliado é o medo que os operários têm do “facão”, do corte de pessoal” (MARTINS, 2001, p. 14).

Mesmo que nesta predisposição juvenil possa conter elementos de certa espontaneidade na transição do indivíduo que amadurece, e que busca se inserir social e culturalmente, a formação de uma mentalidade predisposta aos valores e ao funcionamento do sistema produtivo capitalista tem se complexificado e ampliado. Isso acontece tanto na esfera da educação

escolar, quanto nas esferas diversas do social, sobretudo com os processos e linguagens da cultura de massa e da tecnologia das comunicações como analisa Santos O. (2004).

Também Santos A. (2001), mostra como que os conceitos de capital humano e capital intelectual operam como instrumentos ideológicos na sociedade. Segundo a autora, a fase de predomínio do modelo produtivo fordista do capital, o padrão tecnológico das empresas estabelecia um perfil e uma formação tecnicista do trabalhador, o qual compreendia a um alto investimento em formação.

Para os teóricos do conceito de Capital Humano, o conhecimento do trabalhador seria um capital, pois constituía uma força produtiva, seu vultoso investimento era um risco para as empresas em termos de investimento, pois seu retorno estaria sob controle do trabalhador, o humano.

Assim, correspondendo ao modelo social do Estado-de-bem-estar-social, a formação do trabalhador, bem como o risco de perda e de manutenção desse investimento era deixada à cargo do Estado. Contudo, com os novos modelos produtivos e tecnológicos e com o trabalho mais coletivizado e polivalente, já não há mais um grande risco de investimento na formação, pois o domínio da complexidade do trabalho se desloca do trabalhador individual para o trabalhador coletivo. Assim, tornam-se possíveis os processos de sistematização dos conhecimentos tácitos. Conhecimentos esses que têm na sua dimensão técnica capacidades informais e difíceis de definir subentendidas no termo 'know-how, e na sua dimensão cognitiva elementos como esquemas, modelos mentais, crenças, e percepções refletindo imagens da realidade, e uma visão do futuro (o que deveria ser). Conforme Santos A. (2001), a atividade de um trabalhador individualmente não sofreu aumento significativo da sua complexidade. Entretanto, o trabalho conjunto de atividades interligadas envolvem relações interpessoais, processos de comunicação, e decisão, bem como a interação com elementos intersubjetivos nas formas mais coletivizadas dos processos de trabalho nas unidades de produção e entre os diversos setores e envolvem uma maior complexidade de controle global.

A dimensão mais coletiva e polivalente das atividades constitui conhecimentos que circulam entre os diversos trabalhadores deixando de ser exclusivo de um trabalhador especializado. Assim, segundo a autora, demanda-se um perfil relativamente diferenciado, como o processo tecnológico demandaria uma implicação de ordem mais subjetiva do trabalhador. A formação dessa base subjetiva favorável ao modelo deve ser, e pode ser constituída nos processos de formação formal, via escola, bem como por outros processos mais diretamente comandados pelo capital, nas próprias empresas, nos meios de comunicação

e até mesmo pelo lazer e a arte.

Se é fato que hoje permanecem as demandas de ocultação ideológica da contradição capital e trabalho, as formas pós-mudanças tecnológicas e produtivas, bem como pós-mudanças no cenário político das lutas de classe (com a derrocada dos sistemas socialistas do Leste da Europa e o enfraquecimento dos sindicatos), a alienação do saber e das capacidades intelectuais se tornam uma realidade.

O valor do capital investido no trabalhador, na forma de capacidade intelectual de trabalho, não representa mais um investimento de longo prazo e de risco. A formação perde seu caráter mais formal e padronizado como na noção de qualificação que serviria de parâmetro coletivo para corresponder o saber, a responsabilidade e o salário. A formação torna-se formação de competências, ou seja, de valores qualitativos como colaboração, engajamento e mobilidade, que requerem a implicação subjetiva do indivíduo que trabalha. Fundamenta-se assim, a idéia predominante no mercado de trabalho expressa pelo neologismo ‘empregabilidade’, a capacidade de se tornar útil e empregável ao sistema e assim competindo com os demais indivíduos, garantir sua sobrevivência bem como seu sucesso pessoal.

Entende-se que não podem ser irrelevantes no entendimento da relação e das condições de trabalho juvenil os altos índices do desemprego e da ocupação precária juvenil apontada por Pochmann (1998). E ainda, as demandas por trabalho e formação profissional apontadas pela pesquisa nacional *Perfil da juventude brasileira*, realizada pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo (ABRAMO, 2005), sobre as condições e opiniões da juventude brasileira e os índices altos índices de baixa qualidade da educação e mesmo de um chamado analfabetismo funcional entre os jovens, não podem ser irrelevantes no entendimento da relação e das condições de trabalho juvenil.

A intermitência, da forma analisada por Madeira⁶¹ (1986 apud CORROCHANO, 2008), para a juventude dos anos 70 e 80, deve ser compreendida em situações com mais opções de escolha para os jovens e maior adequação destes aos postos de trabalho. Entretanto, o que se percebe hoje é que há total falta de opções dignas para a juventude, bem como para um contingente crescente das classes trabalhadoras.

Assim, numa situação de desemprego estrutural e prolongado, só pode-se entender como

⁶¹ CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo*. 2008. 444 p. Tese de Doutorado (Área de Concentração: Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

intermitência entre as diversas situações ocupacionais dos jovens (e dos trabalhadores em geral) de hoje, a rotatividade produzida pela ausência e pela precariedade das ocupações, bem como pela falta de qualidade e perspectivas com a vida escolar, por parte dos jovens das camadas populares como esclareceu Santos A. (2004).

Tal intermitência, antes de ser uma ‘atitude juvenil’, estaria, portanto, mais estruturalmente ligada à ausência de possibilidades reais de outra condição com o trabalho. Deve-se estar atento para com os imperativos do metabolismo atual do capital, bem como para os limites esvaziados de poder econômico e político de um Estado Restrito para interferir no processo de desenvolvimento.

O que implica a necessidade de geração de trabalho, a formação e a profissionalização dos jovens para que possam assumir em condições mais qualificadas e críticas o mundo do trabalho. Entretanto, essa demanda não está no horizonte de possibilidades de ser resolvida por políticas públicas nos marcos do Estado, seja na sua dimensão ampla ou restrita, visto que deverá ser parte constituinte de um projeto mais global de lutas e de conquistas da classe trabalhadora por uma emancipação social como um todo.

Corrochano (2008), a esse respeito apresenta alguns estudos mais recentes que descrevem e analisam as formas em que as mutações no mundo do trabalho atingem os indivíduos. A autora parte primeiro das preocupações de J. S. Martins acerca do desemprego no Brasil, e da falta de abordagens nos estudos, em especial, sobre o ‘desemprego prospectivo das futuras gerações’.

Parece que a preocupação não deveria se restringir ao fato do desemprego juvenil atual, mas de como gerações de desempregados *congênitos* estariam surgindo. Ou melhor, as gerações atuais não enfrentariam as tradicionais dificuldades de inserção juvenil no mercado de trabalho, nem as vicissitudes de situações de estar eventualmente desempregados, mas uma condição mais permanente de ‘ser’ desempregado.

Corrochano (2008) aponta que nos anos 2000 vem crescendo no Brasil estudos acerca dos sentidos do trabalho e do desemprego especificamente juvenil. Alguns estudos apontariam as diferentes formas de vivenciar as situações de desemprego, inclusive dentre um mesmo grupo social ou comunidade.

Citando os estudos de Jardim, a autora verifica a diferenciação entre a noção de trabalho e de emprego para as pessoas em situação de desemprego por desalento, entrevistadas pela autora. O emprego seria a situação de trabalho com maior estabilidade e formalidade. Assim, demonstra-se a continuidade da valorização dos padrões mais formais de trabalho, mesmo entre

os jovens, não estando esses, portanto, mais conformados com uma ‘natural’ instabilidade do mundo do trabalho.

Até que ponto as implicações destrutivas das transformações do mundo do trabalho e as ofensivas discursivas e ideológicas da empregabilidade estão assimiladas pela juventude? Ou, ao contrário, até que ponto há resistências, ainda que não de todo consciente a essa lógica e discurso, é objeto para investigações mais profundas e abrangentes?

Esses seriam pontos de partida para se compreender como são produzidas pelas novas gerações subjetividades acerca da realidade da esfera do trabalho e da produção capitalista. Entendimentos esses que poderiam contribuir para subsidiar ações políticas dos movimentos de trabalhadores e populares que têm como concepção a necessidade de contraposição política e ideológica ao capitalismo, de ruptura da lógica excludente e concentradora da produção e da exploração do trabalho alienado, para seguir rumo a outro projeto mais humano de sociedade.

Assim, mesmo que a situação e a preocupação com o desemprego seja uma questão generalizada mundialmente em relação à juventude, a referida diversidade de situações e condições será elemento de diferenciações de experiências juvenis com o desemprego assim como com o emprego.

Na situação da juventude pobre no Brasil, pode-se dizer que essa imbricação entre a situação de ocupação e desemprego é ainda maior, visto os níveis de intermitência entre as situações de trabalho, não-trabalho, ocupação precária, parcial, eventual e informal.

Essa intermitência gera um ambiente e uma sensação de ‘um se virar’, enquanto ‘algo melhor’ não chega. Essa situação, vivenciada por alguns jovens analisados nas pesquisas de Bajoit e Franssen (1997) na Europa, é também apontada por Corrochano (2008) analisando as narrativas dos jovens da sua pesquisa.

Também os jovens entrevistados por este estudo demonstraram na sua grande maioria essa intermitência acentuada entre desemprego e ocupação de diversas formas e condições. Diante das condições atuais esse ‘algo’ raramente tem chegado para esses jovens que se situam nas bases mais ‘baixas’ dos trabalhadores urbanos. A contradição que fica é que, se por um lado, o desemprego vivido e sentido por parte dos jovens não significa ausência absoluta do trabalho, por outro permanece de forma prolongada essa intermitência e sentimento de instabilidade, bem como um sentimento de que ainda não se adentrou, efetivamente, no mundo do trabalho.

Corrochano (2008) analisa que alguns estudos na Europa têm graduados e categorizados por diferentes modos, variadas reações juvenis diante da situação de desemprego. A autora

também apresenta algumas identificações e tipificações de como os jovens no Brasil vivenciam situações de desemprego. Guimarães (2006 apud CORROCHANO, 2008) expõe as análises de aspectos discursivos e formula três grupos de discursos ou posturas entre os jovens: a) um discurso de permanente procura por trabalho formal e profissional para o presente ou futuro; b) um discurso preso a situação de perda e sofrimento com o desemprego e com a necessidade de ‘fazer qualquer coisa’ para a sobrevivência, perdendo as vezes as perspectivas de longo prazo e; c) falas que apontam para uma situação de desalento, de entrega e desistência de se colocar no mercado de trabalho mesmo de forma precária ou informal.

Os jovens entrevistados têm muito receio do desemprego. Alguns, por motivos já de responsabilidades adultas como prover a casa e os filhos; outros, apresentam uma preocupação mais voltada para si, os que têm mais suporte familiar para garantir o básico da sobrevivência.

Só Lilian, que é solteira, 20 anos, negra, sem filhos e mora com os pais, diz estar desempregada, mas diz que já tem um “emprego arrumado”. Nenhum dos jovens admitiu que já tivesse algum dia desistido de procurar emprego, configurando uma situação de desalento. Parece que estar procurando emprego já denota um valor. Três desses jovens dizem que fazem qualquer serviço para não ficarem sem dinheiro, principalmente os que têm família e filhos.

O que se percebe pelos diversos estudos e pesquisas, como também pelas entrevistas realizadas durante a pesquisa, os jovens do ProJovem, é que a identificação de diferentes manifestações não impede que essas se mesquem e se sobreponham. Ou seja, numa mesma trajetória pessoal o indivíduo pode passar por variadas vivências, perspectivas e reações. Assim, falar de tipos de desemprego pode não significar uma tipologia, mas processos complexos que podem perpassar sequencialmente como fases, ou estarem presentes simultaneamente de forma contraditória ou complementar.

Relacionar as vivências e representações dos jovens acerca do trabalho, da atividade, do desemprego e das interseções com outras esferas das vidas dos jovens para além de suas narrativas demandaria, entretanto, novas perspectivas metodológicas e um estudo mais prolongado, que pudessem relacionar representações com as experiências e condições concretas dos jovens observadas diretamente. Remete-se, portanto, tal análise para possível continuidade desses estudos.

Corrochano (2008) traz análises substanciais das narrativas dos jovens com relação

à sua formação no Programa Bolsa Trabalho do governo do Estado de São Paulo⁶². A autora divide em quatro grupos os jovens que entrevistou partindo das suas representações e de suas vivências narradas: um primeiro grupo marcado desde cedo pelo trabalho como eixo estruturante de suas vidas, inclusive acima da vivência escolar. A situação de desemprego formal não era percebida como desemprego real já que não “ficavam parados”, mas estavam sempre fazendo algo para garantir a sobrevivência própria e de suas famílias.

Um segundo grupo, a maioria formada por jovens que estavam inseridos de alguma forma no mercado de trabalho, mas que devido as condições diversas de trabalho precário, não consideravam que já estivessem com um “trabalho de verdade”, estavam buscando um trabalho formal, regular, que lhes permitissem também um investimento em si e em outras dimensões da vida. Contudo, encaixavam-se em qualquer trabalho possível, enquanto ainda não conseguiam o idealizado emprego. Quando em situação de desempregados, não se consideravam como tal, pois estavam à procura de emprego e não haviam se entregado ao desemprego.

Outro grupo formado por jovens que alcançaram maior escolaridade e também empregos formais e regulares, não se colocavam, porém, numa situação estabilizada e final, pois apresentavam demandas de ‘melhorar de emprego’ via aumento de nível de escolaridade e de projetos para novas experiências de trabalho.

As situações de desemprego não eram negadas como experiências negativas em seus percursos, mas alimentavam forte otimismo e confiança pessoal, creditando em suas potencialidades para alcançar mobilidade social e profissional para além dos limites familiares. Um último grupo seria marcado por certo desprendimento da centralidade do emprego formal, buscando alternativas como cooperativas e de formação em uma profissão que almejassem. Em geral, os jovens deste grupo tinham terminado o ensino médio e alçavam passos na direção do ensino superior considerado como elemento fundamental na tentativa de dar direção às suas vidas.

Corrochano (2008) demonstra, assim, que nesse conjunto de jovens de sua pesquisa, a despeito das condições sociais muito próximas, e da participação em comum no programa social em questão, havia uma diversidade de experiências e de representações com o trabalho bem como com a ausência deste.

⁶² O Programa Bolsa Trabalho foi implementado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) do município de São Paulo (gestão Marta Suplicy/ 2001- 2004) e integrou um conjunto de programas articulados em torno da chamada “Estratégia Paulistana de Inclusão Social” (CORROCHANO, 2008, p. 70).

Entretanto, um fator destacado pela autora como presente no conjunto dos jovens seria a demanda que apresentam diante de um sentimento de vulnerabilidade e solidão em relação à transição para uma esfera mais sólida e adulta do trabalho. A autora entende que se trata de fornecer suportes institucionais para além das redes familiares e afetivas, que poderiam corresponder a outras instituições sociais, mas, sobretudo de implementação de políticas que realmente os retirasse de uma autoresponsabilização do sucesso e do fracasso em relação a sua vida no trabalho (CORROCHANO, 2008).

Sem negar a responsabilidade do Estado e a necessidade de ações institucionais apontadas pela autora, não se deve esperar, de forma idealista e espontânea, que o Estado seja destituído de seu caráter de dominação de classe, sem que uma nova correlação de forças favorável à classe trabalhadora esteja configurada nas relações econômicas, políticas e sociais. Assim, é preciso identificar espaços de contradições em todas as esferas sociais que apontem para a necessidade da superação das atuais relações de dominação em favor de uma nova ordem social que aponte para a emancipação humana.

Entretanto, sem compreender a estruturação e as contradições no campo do trabalho e da produção, não há como avançar na superação de um modelo societal que se baseia continuamente na exploração do trabalho humano a partir da base da propriedade privada.

Lima (2002) salienta como as novas condições e necessidades do capitalismo se constituem, também, em elementos de contradições e necessidades de superação do sistema.

Para ele, as exigências de um novo paradigma de competências e de relações na esfera do trabalho como o diálogo na atividade produtiva, a maior participação do trabalhador nas decisões, a diminuição dos espaços entre a administração, o planejamento e a execução das tarefas, o aprender com os erros, a atenção para com a satisfação do cliente e do trabalhador, a responsabilidade social, ética e ambiental das empresas, não são apenas retóricas, mas condições colocadas pelo atual padrão de desenvolvimento e acumulação do capital, ainda que de forma contraditória, e, às vezes reduzidas e simplificadas.

Concordando com o autor, “Acreditamos que esta fumaça não surge do nada, mas da necessidade permanente de reavivar e dominar o fogo criador que está contido no trabalho vivo” (LIMA, 2002, p .74). O autor se opõe a posição da crítica à sociedade do trabalho que, baseando-se na teoria de Habermas que concebe a esfera social (do agir comunicativo) separada da esfera da produção (do agir instrumental e estratégico), e, portanto, uma autonomia do campo ideal e moral, tendo apenas discursos e apelos competitivos externos e ideológicos nos discursos e apelos por uma responsabilidade social das empresas.

Capacidades como a criatividade, a iniciativa, a responsabilidade, a atenção, o cuidado, o trabalho em equipe, a capacidade de negociação, de improvisação e decisão para resolver problemas, a comunicabilidade, a honestidade, capacidade de inovar e aprender, plasticidade e flexibilidade, entre outras, são apregoadas como novos componentes de um ‘novo perfil’ ideal para o trabalhador atual.

Entretanto, esses componentes não deixam de fazer parte, também, de um discurso ideológico e de controle moral que apregoa e se fixa na idéia de ‘empregabilidade’ como o valor central do novo mundo do trabalho. Para Lima (2002), as tão exigidas novas capacidades e envolvimento do trabalhador, mesmo que necessárias, não podem, entretanto, se constituir plenamente desenvolvidas. Não podem ser colocadas em efetividade, sem limitações e contradições internas, na produção e em relação com outras esferas sociais.

A plenitude humana do colocar-se no trabalho, ou seja, a autodeterminação subjetiva do indivíduo em dispor de suas energias físicas e cognitivas diante de uma atividade de trabalho que lhe dê sentido entra em contradição com as relações sociais dominadas pela hierarquia entre as classes, constituindo-se na condição alienada do trabalho.

Assim, podem-se entender as contradições existentes nas empresas onde a autonomia será vigiada, a criatividade e os saberes do trabalhador serão cerceados pelas estratégias dos empresários, o diálogo na atividade e nas relações de trabalho não serão abertos e sinceros devido aos conflitos de interesses, o “aprender com os erros” serão de fato a busca de culpados, a participação do trabalhador (colaborador, parceiro) será limitada até o ponto da manutenção dos interesses econômicos dos proprietários.

Porém, o trabalho como prática social, justamente porque está sob as condições da expropriação da mais-valia e da alienação, é um campo de contradição social entre capital e trabalho. Assim, a própria força de trabalho não se reduz a uma categoria puramente econômica, mas nela estão também contidos elementos históricos e morais conforme uma compreensão marxiana.

Portanto, no próprio gesto do trabalhador em atividade de trabalho está posta a contradição entre capital e trabalho, está refletida a contradição entre de interesses antagônicos nas relações sociais de trabalho. Frutos de uma relação de venda e compra, cuja mercadoria tem particularidades próprias, visto que a força de trabalho nunca se descola absolutamente de seu possuidor. O trabalhador, portanto é um ato temporário.

A medida e o valor da força de trabalho é o tempo de sua efetivação, contudo, a definição desse tempo é um campo de luta política. As condições de tolerância e concessões na

definição de um ‘tempo normal’, considerado ‘moral’ de trabalho serão definidas pelas condições colocadas pela correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores em cada contexto sócio-histórico.

Para Lima (2002), atentar para esses processos contraditórios é a forma de perceber que a ordem social e produtiva do capital não são estáticas e perpétuas e que outras formas sociais são possíveis.

Não cabe aqui desenhar sociedades utópicas, mas sim, cavar até o fim as contradições para entrever suas raízes no cotidiano dos atos de trabalho e as razões que tornam necessária sua superação. Somente dessa forma podemos perceber a articulação possível (e necessária) entre ética e economia, para além das falsas e fáceis ilusões da reconciliação atual entre economia de mercado e sociedade. Somente assim, “se pode entrever as novas formas de sociabilidade que germinam no interior mesmo da produção capitalista e que os gestores, de forma paradoxal e manipuladora, tentam, hoje, fazer emergir para aumentar a rentabilidade econômica” (LIMA, 2002, p. 86).

Ainda assim, segundo Lima (2002), isso não impede o desenvolvimento de um ethos específico do trabalho, que processe, contraditoriamente, valores no próprio âmbito do trabalho e não apenas um moral do trabalho vindo de esferas externas com funções de moralização e controle do trabalhador.

Para Lima (2002), as suas análises das atuais situações concretas de trabalho já apresentam a necessidade de uma associação entre os produtores onde o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 1985) para que se efetive uma produção eficaz e plena.

Para Lima (2002), a cooperação humana existente no trabalho, ainda que estrangida, já se constitui numa força produtiva em contradição com as relações de produção atuais. As exigências reais de relações de confiança intersubjetivas e subjetivas, valores de outras esferas sociais, para impulsionar a dinâmica e o desenvolvimento pleno dos processos produtivos complexos entram em choque, e são restringidas em função das necessidades de controle do capital.

Assim, esses valores são reduzidos, subsumidos à esfera econômica e produtiva dominada pela lógica da expropriação capitalista. O que, portanto, se faz necessário, para Lima (2002) é desenvolver uma personalidade do indivíduo social capaz de proceder a uma autonomia frente às determinações alienadas e alienantes das esferas sociais diversas, e inclusive do trabalho.

Contudo, seria necessário analisar detidamente o potencial de tais análises para os

amplos e diversos setores e situações de trabalho na sociedade brasileira. Se o desenvolvimento de indivíduos sociais nas áreas de ponta para a superação das contradições capitalistas é estratégia e condição necessária para proceder a uma transformação social, ainda é preciso considerar que uma massa enorme, sobretudo nos setores periféricos como o Brasil, se encontra fora desses setores de ponta.

Seria, então, desafiador buscar perceber elementos dessa contradição presente mesmo para além dos setores de ponta da produção capitalista. Partindo do princípio de que o sistema estende capilarmente suas lógicas de extração, canalização e de concentração de capital via exploração diversificada e desigual, mesmo em setores e atividades antes não-capitalistas, é possível entender que as contradições geradas nos processos centrais da produção capitalista possam ‘contaminar’ outras esferas da sociedade e setores secundários e complementares de trabalho, produção e serviços.

Portanto, seria plausível a possibilidade de antever contradições da mesma natureza capitalista nas relações de trabalho e de consumo, mesmo nesses setores secundários e complementares do sistema. São nesses setores onde, predominantemente, atuam e sobrevivem precariamente a maioria dos jovens da classe trabalhadora atual.

Os mecanismos mais intensos e complexos de ocultação ideológica, possibilitados e impulsionados pelas tecnologias de comunicação e de produtos culturais, efetivam sua intenção em relação à universalização de valores sociais e produtivos importantes para a lógica econômica e a ordem social capitalista. Tais valores são instrumentalizados e realizados na esfera produtiva nos setores desenvolvidos. Conforme Tavares (2010, n.p.) “a subjetividade torna-se ‘objetividade’ sob o sistema Toyota; quer dizer, me parece que o toyotismo está conseguindo racionalizar quase que absolutamente a subjetividade humana. Por isto as pessoas não são mais seres humanos, mas capital humano”.

Entretanto, a sobrevivência dessa mentalidade capitalista universalizada nas diversas esferas da sociedade é constantemente confrontada com suas reais possibilidades de efetivação, principalmente para os amplos setores sociais populares. Os valores construídos em torno de uma pretensão universalizante possuem funcionalidades ideológicas.

Os principais valores difundidos pelo atual poder de comunicação de massa do capital são o poder inexorável da autoregulação econômica e social do mercado; o princípio da justiça meritocrática; o correspondente princípio individualista e hedonista; a idéia do ‘possuir’ e do ‘consumir’ como forma de realização pessoal e de identidade social; a racionalidade da produtividade em todas as esferas do social; a lei ‘natural’ da competitividade, elemento

básico da idéia de empregabilidade e empreendedorismo; a mitificação do conhecimento das linguagens e dos sistemas e produtos tecnológicos; a flexibilidade de saberes, das funções profissionais e sociais e de idéias; o falso princípio da qualidade e dos direitos do consumidor; o altruísmo da sustentabilidade ambiental e social.

Cada uma dessas noções pode ser um campo ou objeto específico de estudos de sua constituição e funcionalidade. Porém, esses diversos valores que podem ser apreendidos de forma fragmentada por cada pessoa em suas relações sociais, estão na verdade, conectados entre si e produzem uma espécie de ‘naturalização’ do sistema. Traduzem-se mesmo em um senso comum.

A questão que deve ser aqui colocada, diante dessa ofensiva ideológica do capital, é acerca do potencial e extensão de um campo de contradições entre esses valores e uma realidade social e econômica desumanizadora, destrutiva e excludente. Um campo de contradição entre um discurso moral de liberdade do indivíduo e da democracia burgueses e uma ética restringida pela dominação ditatorial da economia e dos conhecimentos e da informação.

Os jovens do ProJovem entrevistados neste estudo apontam, em geral e muito fortemente, um otimismo e uma expectativa de realização pessoal, de valorização do trabalho, da importância dos estudos, da formação de uma profissão, não só para sua sobrevivência, mas também, para sua realização pessoal. Acreditam no futuro, mesmo que estejam em condições muito difíceis de investirem nessas projeções, considerando que o capitalismo não pretende incluir em seu metabolismo toda a potencialidade humana para a criatividade e plenitude de vida.

De fato, as jovens gerações que surgem com as energias próprias e potencialidades de realização e desenvolvimento de si e da sociedade humana, são facilmente descartadas ou precariamente mantidas. Um desperdício humano, desperdício de poder de humanização da sociedade e da vida.

Nas conclusões a seguir, serão sistematizadas algumas das relações dos jovens com a atividade do trabalho, da centralidade deste na construção do indivíduo e da sociedade humana, mesmo se considerando as atuais condições, extremamente desumanizadoras do atual patamar de desenvolvimento do capital.

6 CONCLUSÃO

A busca de apreensão dos sentidos do Trabalho para os jovens se coloca, indissolúvelmente, como integrante da questão de se apreender o sentido do Trabalho para o contexto atual da humanidade. Permanece como desafio vital entender e aventar, prospectivamente, formas de superar as limitações e desigualdades nascidas a partir da esfera do trabalho explorado. O que implica reafirmar o papel das classes trabalhadoras como protagonistas desse futuro, como disse Marx.

Nesse estudo, buscamos o entendimento sobre os jovens não no seu aspecto genérico, nem sobre os jovens brasileiros em geral, mas sobre os jovens e juventudes que se inscrevem como atores determinantes e determinados no contexto das relações sociais atuais. Nesse sentido não há porque cindir a análise desses sujeitos em dicotomias conceituais de seu pertencimento à classe ou à geração. Não se manifestou dúvida nessa investigação sobre o fato de que são jovens e que estão inegavelmente inseridos no contexto social da ‘classe-que-vive-do-trabalho’. Manifesta-se em cada jovem entrevistado a centralidade do trabalho e da sua condição de trabalhador como eixo de suas vidas. Condição que, no atual contexto histórico, vive um processo de ataque destrutivo por parte do capital.

Como classe trabalhadora, os jovens pobres vivem as dificuldades desse novo contexto que o velho sistema vem impondo. Como jovens, sofrem de forma específica tais ataques da reestruturação hegemônica do sistema. Numa análise comparativa inter-geracional, estão muito aquém das condições dos jovens das classes médias e altas. Não tendo oportunidade para se inserirem em condições dignas na vida social, visto que a sociedade brasileira se constituiu historicamente com base num distanciamento absoluto entre classes dominantes e dominadas, que ainda se mantém e se renova. Na condição de trabalhadores enfrentam as maiores dificuldades de inserção e de competitividade no jogo do mercado de trabalho, cuja regra da empregabilidade tem suas imbricadas artimanhas. Já que o novo paradigma de trabalhador produtivo e competente conjuga a experiência de trabalho com certa qualificação e com certa subjetividade submetida, para que se configure como empregável pelo capital.

A considerar os jovens que entrevistamos, pode-se entender que estão fragmentados e precarizados nas suas condições materiais e subjetivas, que têm dificuldades em se visualizarem como classe; e, também, muitas vezes, escorrega-lhes a dimensão da juventude, sobressaindo em algumas de suas ‘falas’ a permanente ‘batalha pela vida’ presente e futura. Evidentemente, esses jovens apresentam diferenciações nas suas condições de se inserirem e

se realizar no universo do trabalho, e na perspectiva de sua formação profissional e escolar. Pode-se, por exemplo, perceber como a situação de Gilda (23 anos e uma filha, única renda da família, trabalhando como frentista) retrata a ambiguidade existente entre a conquista do espaço do trabalho pela mulher, mas também, como o trabalho feminino vem servindo de canal de maior precarização do trabalho.

Pode ser percebido, também, algumas diferenças entre aqueles que ainda puderam contar com condição de se formarem numa profissão, ainda no seio das suas relações familiares; e outros, cuja condição de seus entes já não permitiu essa via de acesso ao trabalho. Os casos de Fábio, marceneiro, e de Jonas, joalheiro, que aprenderam a profissão com seus parentes, fizeram maior diferença em relação aos outros jovens, para o caso de conseguirem uma inserção mais concreta no trabalho, ainda que nos marcos da dificuldade, da informalidade. A maioria dos entrevistados manifestou a questão de se obter um trabalho e de enfrentar o mercado como uma atitude sua, individual, ou seja, ‘cada um tem que se virar’.

Situação que não se difere muito daquela, mais geral, da maioria dos trabalhadores na atualidade. A diferença é que para essa nova geração o grau de naturalização desse pensamento (cada um tem que se virar) pode atingir níveis maiores, já que não vivenciaram outras situações históricas de relações de trabalho e que estão ainda mais expostos aos processos de manipulação e ocultação ideológica do sistema, dentro e fora do trabalho. Não quer dizer que os jovens trabalhadores entrevistados não manifestem conflitos e potencial crítico nas suas relações concretas de trabalho. A maioria desses jovens manifestou opiniões e atitudes que tiveram, em algum momento das suas experiências de trabalho, de negar alguns níveis de exploração e de falta de condições dignas de trabalho. Resistiram a alguns tipos de trabalho e atividades que consideraram humilhantes ou muito aquém do que estavam esperando para si. Mas tais reações se inscreveram no campo do pessoal, assim, têm eles a concepção de que só eles próprios, isoladamente, respondem pelo que fazem das suas vidas no trabalho.

Sem uma profissão ou ofício, sem uma formação básica e profissional que os qualifique minimamente, e inseridos num exército de desempregados e subempregados cada vez maior, tendem a se submeter a qualquer situação. Se não o fizerem terão de assumir a responsabilidade por isso perante a sociedade e perante si mesmos.

As gerações mais recentes das classes trabalhadoras estão, portanto, diante de um duplo desafio. Enfrentar as ofensivas destruidoras e desumanizadoras do capital e enfrentar a ausência de projetos e ações políticas efetivas, inclusive os da própria classe. Essa se mantém em uma situação de imobilidade, fruto das desarticulações e fragmentações das últimas décadas.

Assistimos as manifestações, as formas de criatividade e de resistências de vários setores juvenis e populares se tornarem base de elaboração de produtos culturais e estéticos pela indústria cultural, e que são massificados banalizados pela mídia. A cooptação e o simulacro são as vias de efetivação dessa subtração criativa. A cultura popular há muito tem servido de matéria prima para produtos dessa indústria onde o cultural é retirado do conteúdo e inscrito em sua embalagem mercadológica. O *rap* e o *funck*, constituem hoje, a despeito de suas origens e permanências de contestação política e racial, na principal estética musical e visual dos grandes empreendimentos da indústria fonológica e televisiva mundial. Uma espécie de ‘pasteurização’ de todo o germe de contradição e contraposição parece dominar as diversas esferas do social, a política, a educação, a cultura e o trabalho.

Projetos e ações emanadas da esfera estatal, como simulacro de democratização e de redistribuição de renda direcionados às camadas trabalhadoras diversas, sobretudo às mais massacradas pelo desemprego e trabalho precário têm de ser atentamente identificadas, criticadas e descortinadas de seu véu ideológico invisível. A ideologia pode tornar visíveis as idéias mais absurdas, tanto quanto tornar invisíveis as realidades mais palpáveis.

Nesse sentido, todo o discurso pedagógico e de inclusão social contido no projeto do ProJovem, bem como nas propagandas oficiais com a eloquência e profusão de imagens de jovens belos e alegres, mascara a realidade tanto das condições por que passam os jovens pobres, quanto dissimula a ineficiência programada de tais programas. Os jovens que entrevistamos mal se lembravam acerca de que arco⁶³ profissional do Programa tinham se formado. Não tiveram informações mínimas sequer acerca de seus direitos institucionais e legais como trabalhadores.

Quase todos os jovens que entrevistamos se inscreveram no ProJovem a partir da propaganda televisiva. Todos eles acreditam que fizeram “a coisa certa” nas suas vidas. E como negar que o fizeram? Eles fizeram aquilo que individualmente puderam fazer de melhor para si. Mas é preciso que as lideranças e os intelectuais vinculados a classe trabalhadora, reflitam e critiquem tais mecanismos de manipulação da consciência e das esperanças desses jovens.

Se jovens como esses saem mais iludidos com a mitificação da educação como redentora do indivíduo e da sociedade, mesmo que sem nenhuma mudança palpável em suas vidas, torna-

⁶³ Arcos profissionais são áreas de profissionalização inicial do ProJovem.

se necessário a importância teórica da denúncia, enquanto recurso das teorias críticas. É preciso que propostas oficiais e privadas de manipulação e adestramento de corpo e mentes sobre os jovens sejam devidamente criticadas por aqueles que têm a responsabilidade política e intelectual de fazê-lo. Não basta que os intelectuais, educadores e pesquisadores fiquem apenas a observar o desmoronamento contínuo dos sonhos de gerações e gerações de jovens, diante da frustração da educação escolar pública e das falácias de geração de empregos e de políticas redistributivas de bolsas sociais.

A rigor, a juventude trabalhadora parece não apresentar grandes novidades de formulação de sentidos do trabalho em relação às gerações anteriores. Traduzem até mesmo aspirações clássicas de um “bom emprego” nas suas pretensões ideais. Se por um lado, trazem na bagagem um pouco mais de escolaridade formal, e subjetividade supostamente mais maleável aos novos paradigmas, contudo, não detém desses ingredientes o suficiente para suplantar a qualificação e a experiência das gerações de trabalhadores mais antigas. Carregam, como as anteriores gerações de trabalhadores submetidos pela exploração, ainda que com formatos diferenciados, a ambigüidade entre o impulso humanizador e criativo do trabalho e a alienação e opressão da vida pelo trabalho ou por sua ausência.

O trabalho, para a totalidade dos jovens entrevistados, apareceu como um dos elementos centrais na fase atual de suas vidas. Nas suas ‘falas’ os jovens apresentaram aspectos diferenciados, mas conjugados sobre a questão. Ficou evidente a importância do trabalho como necessário à manutenção material e à vida em geral, mas também com uma dimensão de existência pessoal e de valor social e moral. Independente da qualidade e da segurança que cada um dos jovens tenha em relação à sua real condição de trabalho, todos têm grande receio do desemprego, ainda que alguns se sustentem nessa condição sem maiores problemas de sobrevivência.

Quanto às condições de trabalho concretas dos jovens entrevistados, e que devem refletir uma situação dada para essas camadas sociais, não manifesta as condições diferenciadas de um trabalho mais humanizado pela tecnologia e pelas novas relações interpessoais de trabalho. Se se manifesta elementos desses novos elementos são para potencializar ainda mais a sua exploração.

As dificuldades que enfrentam no campo da sobrevivência, que depende das suas condições de trabalho, se ampliam, precarizando outras dimensões de suas vidas. Toda a potencialidade e plenitude de suas vidas esvai-se nas necessidades pela sobrevivência. Há poucas condições desses jovens para acessarem ou criarem cultura, arte, lazer, práticas

esportivas, formação, e mesmo de ir e vir pelo espaço da cidade.

Outrossim, os jovens entrevistados ainda demonstram manter seus sonhos, que consistem, para a maioria, em realizar necessidades básicas como moradia, emprego, educação e saúde para si e para seus filhos. Mas os sonhos de futuro estão ‘presos’ aos sonhos (irrealizáveis?) do presente. O futuro se torna um eterno adiamento do presente desumanamente irrealizado.

Os jovens estão submetidos a um novo contexto de mudanças do capital. Não estão apenas inseridos numa crise institucional e cultural, produzidas por um processo de enfraquecimento das instituições socializadoras tradicionais como a família e a escola e pelo desenvolvimento de sistemas e produtos tecnológicos, mas estão inseridos num contexto de mudanças no qual, a partir da lógica de acumulação de capital e de opressão de classe, são afetadas as suas formas de inserção e sobrevivência na esfera do trabalho. Manipulam-se seus sonhos e expectativas, enquanto retiram-lhes suas condições reais de efetivação. Mitificam ideologicamente os reais potenciais da educação, sobretudo escolar, cultuam os produtos da indústria cultural e o ‘valor’ do consumo.

Como já dissemos anteriormente, tratar das questões que afetam a juventude atual da classe trabalhadora significa estar agindo sobre o futuro político e social da própria classe, pois, isso refletirá nas condições em que esta classe estará se renovando e fortalecendo sua identidade e seu potencial transformador da própria humanidade.

Os desafios de apreender as questões específicas dessa juventude se estendem para as esferas estruturantes da vida humana contemporânea. Aqui se põe as possíveis lacunas deste estudo.

Contudo, nosso intuito foi o de colaborar em direção à ampliação da compreensão acerca dos sentidos, para um parcela da juventude, em relação ao trabalho, de seu potencial transformador individual e da sociedade, a partir mesmo das contradições inseridas em sua própria atividade de trabalho. Mesmo diante das atuais condições produtivas, políticas e sociais, que atinge um estágio superior de controle material e das idéias. Esperamos que este estudo integre a construção de uma saber que deve estar a serviço das classes trabalhadoras, da importância de se autodeterminarem, de apreenderem a lógica das condições sociais exploradoras e dominadoras, e de transformá-las.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil”. **Ultima Década**, Viña Del Mar, n.16, p. 119-55, mar. 2002.
- ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. *In*: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 jul. 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANHA, Antônia V. S. Representações de classe e trabalho no Brasil sob os impactos da escravidão. *In*: ARANHA, Antônia Vitória Soares; CUNHA, Daisy Moreira; LAUDARES, João Boscos. (Org.). **Diálogos sobre trabalho: perspectivas multidisciplinares**. Campinas- SP: Papyrus, 2004. p. 93-113.
- ARANHA, Antônia V. S. **Novo padrão produtivo e suas implicações**. Belo Horizonte: Sindieletró/MG, 2006. Mimeografado.
- BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. Tradução de Denise B.Catani. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5, p. 76-95, mai/ago. 1997.
- BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. *In*: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BELO HORIZONTE. **Dados do ProJovem Original (2005/2008)**. 2009a. Cartilha.
- BELO HORIZONTE. **Programa Nacional de Jovens**. Relatório de Qualificação Social Profissional, 2009b. Cartilha.
- BELO HORIZONTE. **ProJovem-Expansão 2007/2008**. Relatório de Avaliação da Coordenação Municipal. 2009c. Cartilha.
- BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. *In*: BRANCO, Pedro Paulo Martoni *et al.* **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p 129-148.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.069**, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 10 mai. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília-DF, 1º out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM)**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do Projovem, 2005, março, 66p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12920&Itemid=86. Acesso em: 23 jul. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.692**, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Brasília-DF, 10 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm. Acesso em: 10 mai. 2010.

CARRANO, Paulo César Rodrigues; SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 24-39, set-dez. 2003.

CHIESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 110-125, mai/dez. 1977.

COHEN, A. K. A delinquência como subcultura. In: BRTTO, Sulamita de. (Org.). **Sociologia da Juventude: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 133-146.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo**. 2008. 444 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06042009-102813/>. Acesso em: 23 jan. 2010.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude, Escolarização e Poder Local: Relatório da Primeira Fase da Pesquisa Políticas Públicas de Juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2005. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/rel_mg1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2010.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A Escola “faz” as juventudes?: Reflexões e torno da socialização juvenil**. Belo Horizonte, 2006. Apostila.

DIEESE. Departamento intersindical de estatística e estudos sócio-econômicos. **A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos**. 2006. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/dieese.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2010.

DUARTE, Adriana. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 48-61, jul/dez. 2000.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

EINSENSTADT, S.N. Grupos informais e organizações nas sociedades modernas. *In*: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 13-30.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 5 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREITAS, M. Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Org.). **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, M. Virgínia. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Educação e Crise do Trabalho: crise de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 25-54.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A dupla face do Trabalho: criação e destruição da vida. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A experiência do trabalho e educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FURTADO, Celso. **O capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE Carla Coelho de. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

IANNI, Otávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n. 8, p. 15-35, jan/mar, 1994.

JANUCCI, Flávio. **Juventude, trabalho e emprego**. Belo Horizonte: Monografia de conclusão de curso de Geografia do IGC/UFMG, 2001. p. 54-60. Mimeografado.

KUENZER, Acacia Zeneida. **A Educação Profissional nos Anos 2000: A dimensão subordinada das Políticas de Inclusão**. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23 jun. 2010.

KUENZER, Acacia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. *In*: FRIGOTTO, G. **Educação e Crise do Trabalho: crise de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 55-75.

LEÃO, Geraldo; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Formação docente e diversidade sociocultural: reflexões com base na experiência de formação de educadores do ProJovem- BH. *In*: LEÃO, Geraldo; DINIZ- PEREIRA, Júlio Emílio (Org.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 155-167.

LEITE, Mirim L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. *In*: FREITAS. Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 19-52.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. *In*: FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

LESSA, Sergio. **A ontologia de Lukács, uma introdução**. 2006. Disponível em: http://www.reocities.com/srglessa/Onto_de_Lukacs.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2010.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. Ética e Trabalho. *In*: GOULART, Iris B. (Org.) **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 69-122.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 244.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Ontologia social, formação profissional e política**, São Paulo, v.1., p. 8-44, 1997.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. *In*: BRITO, Sulamita (Org.) **Sociologia da juventude**: da Europa de Marx à América Latina de Hoje. Zahar: Rio de Janeiro, 1967.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. *In*: FORACCHI, Marialice (org). **Karl Mannheim**: sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador**: conhecimento e participação. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 fev. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manuscritos econômicos e filosóficos. *In*: FROMM, Erich. **O conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MÉZÁROS, Istvan; TAVARES, Isa. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a Exclusão**. Pelotas-RS: Seiva, 2004.

PAULA, João Antônio de. **A crise econômica atual e os desafios da esquerda socialista no Brasil**. Belo Horizonte: Sind-REDE BH, 2009. Cartilha.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RODRIGUES, Luiz. Existencialismo. *In*: AIRES, Almeida (Org.). **Dicionário Escolar de Filosofia**. Lisboa: Plátano, 2003. Disponível em: <http://www.defnarede.com/a.html>. Acesso em: 13 jul. 2010.

RUMMERT, Sonia Maria. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI**: o “novo” que reitera antiga destituição de direitos. 2007. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt> . Acesso em: ago. 2009.

SANCHIS, Enric. **Desemprego Juvenil**: da escola ao desemprego. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano**: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SANTOS, Oder José dos. Reestruturação Capitalista, Educação e Escola. *In*.: FÓRUM NACIONAL DE PEDAGOGIA, **Anais...** Belo Horizonte, 2004. 24 p. Mimeografado.

SOUZA-JÚNIOR, Hormindo Pereira. **A centralidade ontológica do trabalho como a essência da educação e dos conhecimentos**. São Paulo, 2008. Mimeografado.

SOUZA, Nícia Raies Moreira de. (Coord.) **A inserção dos jovens no mercado de Trabalho**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003. Cartilha.

SPOSITO, Marília Pontes. Educação e juventude. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 29, p. 07-13, jun. 1999.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. *In*: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Org.). **Políticas Públicas**: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003a.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003b.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In*: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TAVARES, Rosilene Horta. Notas de aula. Faculdade de Educação - Universidade do Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo (org.). **Relatório de desenvolvimento juvenil**. Brasília: UNESCO, 2004.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Sobre a atualidade do conceito de Indústria Cultural. **Cadernos Cedes**, Campinas-SP: Unicamp, n. 54, p. 9-18, 2002.